

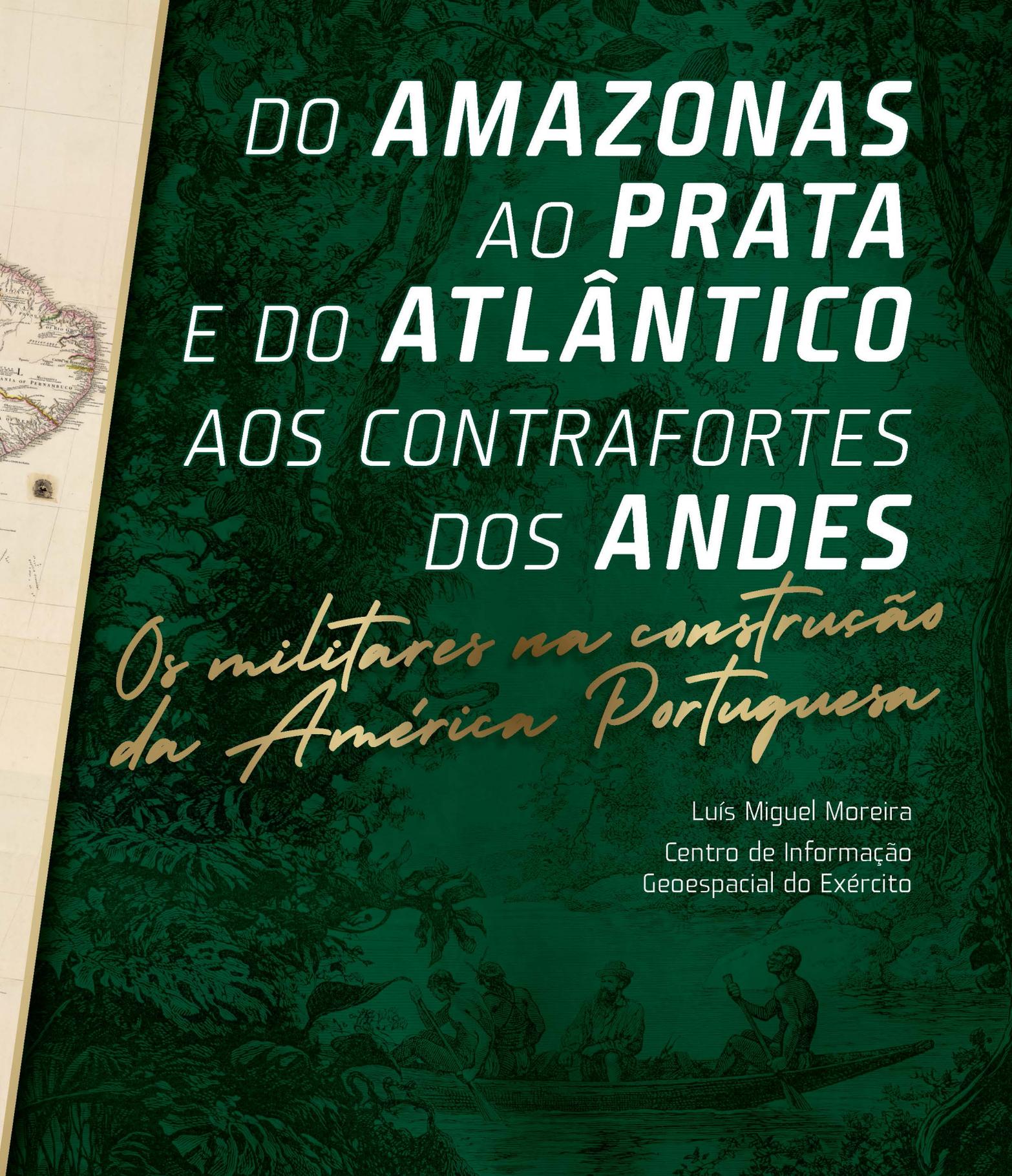


DO AMAZONAS AO PRATA E DO ATLÂNTICO AOS CONTRAFORTES DOS ANDES

*Os militares na construção
da América Portuguesa*

Luís Miguel Moreira
Centro de Informação
Geoespacial do Exército

Colombia Prima
SOUTH AMERICA
As which has been attempted to bring the extent of our knowledge of this Continent
to the most accurate and complete
FROM THE ORIGINAL MANUSCRIPT MAPS OF
His Excellency Don Antonio de Ulloa
His Excellency Don Juan de Castro, Governor
AND FROM THE MOST AUTHENTIC EDITED ACCOUNTS OF THOSE COUNTRIES.
Designed & Constructed
By the eminent and learned Geographer
LOUIS STANISLAS D'ARCY DE LA ROCHETTE.
1783
Paris, chez M. la Comtesse de Senecey.



**DO AMAZONAS AO PRATA
E DO ATLÂNTICO AOS
CONTRAFORTES DOS ANDES**

*Os militares na construção
da América Portuguesa*

Ficha técnica

Título

Do Amazonas ao Prata e do Atlântico aos contrafortes dos Andes:
os militares na construção da América Portuguesa

Autoria e Edição

Luís Miguel Moreira e Centro de Informação Geoespacial do Exército
Av. Dr. Alfredo Bensaúde
1849-014 Lisboa
Portugal

Design gráfico

Good Dog Design – Comunicação e Publicidade

Impressão

Seleprinter, Sociedade Gráfica, Lda

ISBN

978-989-21-0317-4

Depósito legal

507891/22

Tiragem

750 exemplares

1.ª Edição / Novembro de 2022



Nota Prévia

Esta obra – catálogo e exposição – corresponde à etapa final de um processo colaborativo que envolveu várias pessoas e instituições, merecedoras de um reconhecimento público. Em primeiro lugar, devo um agradecimento ao Centro de Informação Geoespacial do Exército, nas pessoas do seu diretor, o senhor Coronel Luís Crispim, do senhor Tenente-Coronel Manuel Santos e da Major Sónia Baldaia. O seu apoio e o interesse com que acompanharam o desenvolvimento dos trabalhos foram fundamentais para a sua concretização.

Devo um reconhecimento especial à Professora Doutora Maria Helena Dias, pelas suas sugestões, correções e, sobretudo, pelos dados rigorosos que recolheu sobre a biografia dos militares portugueses.

Ao Professor Doutor João Carlos Garcia, pela sua leitura atenta e interessada, bem como as suas úteis sugestões, próprias de um reconhecido especialista, que muito beneficiaram o texto final.

Finalmente, dedico este trabalho à Filipa, à Mariana, ao Duarte e ao Diogo.



Prefácio

É com elevado orgulho e sentida gratidão que hoje, como Diretor do Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE), escrevo o prefácio deste catálogo da exposição “Do Amazonas ao Prata e do Atlântico aos contrafortes dos Andes: os militares na construção da América Portuguesa” da autoria do Professor Luis Moreira, professor na Universidade do Minho e reconhecido investigador sobre temas relacionados com a História da Cartografia Portuguesa, que há vários anos colabora com o CIGeoE.

Esta ideia foi-nos apresentada pelo próprio em 2020, após a inauguração da sua exposição no 88.º aniversário do Centro, intitulada “Mapas das regiões de Portugal: mal se governa o país que se não conhece...”, afirmando que seria interessante associarmo-nos às comemorações dos 200 anos da independência do Brasil e fazermos uma exposição alusiva ao tema no 90.º aniversário do CIGeoE, a qual foi prontamente por nós aceite, pois somos conhecedores do seu profissionalismo, saber e do rigor científico que empresta em todas as suas realizações.

Através desta exposição conseguimos viajar em praticamente três séculos de mapas diversos, desde meados do século XVI até ao primeiro quartel do século XIX, observando não só as diferentes configurações que a delimitação daquele território

foi sofrendo, quer as fronteiras terrestres como a linha de costa, mas também mapas gerais de enquadramento de toda a América do Sul e plantas de algumas povoações e fortificações, sendo em praticamente todas elas evidente a intervenção dos militares portugueses. São notórias as diferenças entre muitos destes mapas, apesar de alguns partilharem a mesma base, o que realça o momento da sua edição e aquilo que se pretendia enfatizar.

Esta obra, exposição e catálogo, é fruto do trabalho intenso de investigação e dedicação do Professor Luis Moreira, o qual de uma forma despretensiosa e generosa colocou ao dispor do CIGeoE, para que nos pudéssemos associar às comemorações desta efeméride, realçando aquilo que nos identifica, a cartografia, por isso os meus sinceros agradecimentos. O reconhecimento é ainda extensível a todos os colaboradores deste Centro que estiverem diretamente envolvidos neste projeto, em particular do Tenente-Coronel Manuel Santos, cujas ações de coordenação e revisão foram fundamentais para que se conseguissem produzir, em tempo oportuno, os vários produtos finais.

O Diretor
Luis Henrique Ribeiro Crispim
Coronel de Cavalaria



Apresentação

No ano em que celebra o seu 90º aniversário, o Centro de Informação Geoespacial do Exército associa-se às comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, preparando uma exposição cartográfica dedicada a este país lusófono. Com esta iniciativa pretende-se atingir dois objetivos: o primeiro é o de divulgar o papel ativo dos militares portugueses no reconhecimento geográfico e cartográfico do território brasileiro e no alargamento das suas fronteiras; o segundo, é o de dar a conhecer uma parte dos mapas, plantas e vistas que, presentemente, se conservam em alguns dos mais importantes acervos bibliográficos e cartográficos do Exército português.

A escolha dos documentos foi feita a partir da consulta dos catálogos em linha de cinco instituições do Exército reunidos na “Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional”, a saber: o Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar – Direção de Infraestruturas (GEAEM-DIE); a Biblioteca do Exército (BE); a Biblioteca do Colégio Militar (BCM); a Biblioteca da Academia Militar (BAM) e o Arquivo Histórico Militar (AHM).

Assim, foi selecionado um universo composto por quase seis dezenas de mapas que definem um friso cronológico que se estende desde meados do século XVI até 1824. Trata-se de um conjunto bastante heterogéneo, apresentando diversidade quanto aos modos de produção, tipologia e, sobretudo, nas escalas, que variam desde as mais pequenas, que representam toda a América do Sul, a plantas de grande escala, de fortificações ou de povoações brasileiras.

O corpo principal é formado por exemplares manuscritos provenientes do GEAEM-DIE, cuja coleção já foi estudada e divulgada (Almeida e Garcia, 2011). Na sua maioria, os mapas foram elaborados entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, por oficiais do Real Corpo de Engenheiros, instituição que tinha a seu cargo o levantamento cartográfico do território metropolitano e ultramarino, e cuja produção era enviada para o Real Arquivo Militar, para aí ser copiada e guardada.

Esta maior atividade cartográfica no século XVIII está, pelo menos em parte, associada à definição dos limites entre o Brasil e a América espanhola, processo que se desenvolveu desde 1750, ano da assinatura do Tratado de Madrid, mas que conheceu novos desenvolvimentos a partir de 1777, com a ratificação do Tratado de Santo Ildefonso, que visava a delimitação da fronteira sul (Cruz, 2019). Mas será conveniente dar uma breve explicação sobre a proveniência dos mapas e fazer uma contextualização sobre os arquivos cartográficos portugueses daquela época.

No início do século XIX, Portugal dispunha de algumas “cartotecas” dispersas por diferentes instituições, ainda que, nem todas formalmente constituídas como Arquivo. Assim, muita da documentação cartográfica estava à guarda da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, da Academia Real de Marinha, da Academia Real dos Guardas-Marinhas e da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho.

A partir do final do século XVIII, seguindo o exemplo de muitos países europeus, a Coroa portuguesa promoveu a criação de instituições especializadas na produção e na conservação

de mapas, para uso da administração civil e militar. Deste modo, a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares, criada em 1798, permitiu a constituição de uma importante coleção cartográfica elaborada pelos seus membros, quase todos militares e académicos. Enquanto os mapas geográficos, geralmente, acompanhavam memórias descritivas que se destinavam a promover iniciativas de desenvolvimento territorial, como obras públicas, reformas administrativas, reformas agrárias e florestais, etc., os mapas hidrográficos, destinavam-se a apoiar a navegação marítima e fluvial, de forma a estimular o comércio nacional.

Na sequência da derrota militar portuguesa na denominada “Guerra das Laranjas” (1801), a Coroa sentiu necessidade de proceder a uma reforma dentro do Exército. Nesse sentido, em 1802, foi criada a Inspeção Geral das Fortificações e Fronteiras Marítimas e Terrestres do Reino cujos oficiais deveriam proceder ao reconhecimento do território, de forma a produzirem memorandos e mapas que facilitassem a tomada de decisões por parte dos Comandos militares, no sentido de prepararem eficazmente a defesa do território nacional, num contexto de permanente ameaça de invasão territorial.

Simultaneamente, foi instituído o Real Archivo Militar, que tinha por missão principal a de conservar as cartas militares, geográficas e marítimas, ficando na dependência direta da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Deste modo, seria possível centralizar o arquivo dos relatórios, descrições, memórias, bem como de mapas e plantas militares, tanto sobre os territórios da Coroa portuguesa, como sobre os países estrangeiros, produzidos nas várias instituições, colocando-se um fim à dispersão documental (Caixaria, 2006, vol. I). Desde a sua fundação coube ao Real Corpo de Engenheiros assegurar a sua organização e funcionamento, primeiro, de um modo

informal, mas a partir de 1812, de forma oficial, com a aprovação do “Regulamento Provisional do Real corpo de Engenheiros” (Dias, 2022, p. 27).

Aquando da primeira Invasão francesa (1807), seguiu-se a transferência da Corte e da Administração para o Rio de Janeiro, seguindo também o Arquivo Militar, que ali foi (re)criado, logo em 1808. Disso mesmo dá nota um ofício do Arquivo Militar datado de 24 de setembro de 1808, referindo que [foram enviados para o Brasil] “todos os documentos, memórias, manuscritos, cartas e planos que nele [Arquivo Militar] existiam, ficando somente os livros impressos e algumas cartas e planos de nenhum interesse para o serviço do inimigo” (Caixaria, 2006, vol. I, p. 182). Aqui também se incluía a numerosa documentação produzida na Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (Kantor, 2010).

Apenas uma parte da documentação produzida pela Inspeção Geral das Fortificações e Fronteiras Marítimas e Terrestres do Reino, na posse do seu diretor, o francês realista marquês de La Rosière (1735-1808), ficou em Portugal. Contudo, na sequência da ocupação de Lisboa pelo Exército francês, esta documentação foi entregue ao comandante da Engenharia Militar, o então Coronel Charles Humbert Marie Vincent (1753-1831), que a enviou para o Dépôt de la Guerre, em Paris (Moreira, 2012, p. 364).

Assim, embora mantendo a suas funções, o Arquivo Militar, em Lisboa, viu-se privado da maior parte da sua documentação, sentindo necessidade de obter novas cópias para ali serem arquivadas. A época após o regresso da Corte a Portugal (1821) foi aproveitada para a realização de inúmeras cópias que se encontravam na posse dos militares portugueses que tinham acompanhado D. João VI na viagem de regresso à Europa, ou que pertenciam à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e que constituem, praticamente, o atual acervo histórico do GEAEM-DIE. Os últimos anos do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, sobretudo após o regresso da Corte a Lisboa, e da

declaração de independência do Brasil, foram muito conturbados e originaram um clima de guerra de características simultaneamente colonial e civil. Com o intuito de preparar uma expedição militar, que tinha por objetivo principal o de repor ou consolidar a autoridade do governo de Lisboa, foram solicitadas ao Arquivo Militar várias cópias de mapas do Brasil, assim justificando o número de exemplares produzidos entre 1822 e 1824, tanto de cartografia terrestre como hidrográfica.

Ainda antes do final da Guerra Civil portuguesa (1828-1834), a 14 de fevereiro de 1834, foi elaborada uma “Relação das Memórias, Planos, e Cartas que dizem respeito ao império do Brasil, e que se acham no Arquivo Militar, estando no caso de se enviarem cópias ao Governo do Brasil” (Caixaria, 2013, vol II, p. 451). Era a resposta à petição do Ministro da Guerra a um pedido que o Cônsul do Brasil apresentava em nome do seu governo, para obter os mapas do território brasileiro, assim como, os documentos sobre as negociações que tiveram lugar relativamente aos limites entre o Brasil e as ex-colónias espanholas do Rio da Prata.

Refira-se que só em 1867 foi assinado um Convénio entre Portugal e o Brasil, para se efetuar uma troca de documentação cartográfica entre estes dois países, num processo que foi liderado, pela parte portuguesa, por Filipe Folque (1800-1874) e, pela parte brasileira, por Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), e que deu origem a duas importantes mapotecas existentes no Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty (Brasil) e na atual Direção Geral do Território (Portugal) (Neto, 2014, p. 152).

No nosso universo cartográfico selecionado, os exemplares impressos datam dos séculos XVI a XVIII. Contrariamente aos mapas manuscritos, de circulação mais restrita e reservada, estes mapas foram concebidos para serem difundidos e, desse modo, darem a conhecer a um público cada vez mais interessado e culto, outros territórios longínquos, especialmente no Novo Mundo.

Alguns dos mapas foram adquiridos diretamente pelas

instituições militares a editores e livreiros estrangeiros, em folha solta ou integrados em atlas (muitos “factícios”), através do circuito comercial livreiro e cartográfico existente na Europa no início do século XIX (Nipotti, 2008). As imagens provenientes de atlas editados por alguns dos mais consagrados geógrafos-e editores dos séculos XVII a XVIII, que ocupavam um lugar de destaque nas principais bibliotecas públicas e privadas, já que o conhecimento geográfico era considerado central na formação dos indivíduos, mas, especialmente, dos militares, correspondem a doações de acervos particulares, como por exemplo, o do Barão de Wiederhold (Brito, 2018, pp. 263-277) ou a incorporações a partir de outras instituições, sobretudo das bibliotecas religiosas, após a secularização de mosteiros e conventos, decretada em 1834 (Campos, 2018, pp. 51-68).

Ao divulgarem novas imagens, muitas destas obras deram um impulso significativo para a “revolução geográfica” que caracterizou o ambiente cultural europeu entre os séculos XVI e XVIII. Entre estas, merecem destaque os mapas do continente americano *Die New Welt* (nº 1), retirado da obra *Cosmographiae universalis*, editada por Sébastien Münster (1489-1552), em Basileia, em 1550 e *Americae Sive Novi Orbis Nova Descriptio* (nº 2), que integrava a obra *Theatro d’el orbe de la tierra*, da autoria de Abraham Ortelius (1517-1598) e editado em Antuérpia, em 1602.

Para o estudo do universo selecionado revelou-se fundamental a consulta de informação proveniente de duas referências incontornáveis. A primeira foi o Projeto *SIDCARTA (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa)*, desenvolvido entre 2002 e 2005, coordenado pela Professora Doutora Maria Helena Dias, que envolveu o Exército, através da então Direcção dos Serviços de Engenharia (atual Direcção de Infraestruturas), e do Instituto Geográfico do Exército (hoje Centro de Informação Geoespacial do Exército), e ainda o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Ao longos de três anos, o Projeto procedeu ao tratamento documental do acervo cartográfico do GEAEM-DIE, constituído por cerca de 12.000 documentos, organizando-os numa base de dados constituída pela pré-catalogação e catalogação, pela sua imagem digital e por uma descrição sumária da biografia de alguns autores das plantas, cartas e outros documentos, que foi disponibilizada ao grande público através do sítio das bibliotecas da Defesa, na internet (Dias, 2002).

A segunda referência é a obra *Libros, relege, volve, lege. O livro antigo na Biblioteca do Exército*, coordenada por Mário Freire da Silva e Tiago dos Reis Miranda, editada em 2018. Reunindo cerca de duas dezenas de estudos, o livro permite aprofundar o conhecimento dos 1386 títulos e 2739 volumes que integram a coleção de livro antigo da Biblioteca do Exército, aqui se identificando a proveniência dos exemplares.

Tendo em consideração os mapas que constituem o nosso universo, e comparando com estudos desenvolvidos sobre outras coleções cartográficas relativas ao Brasil, existentes noutras instituições portuguesas, públicas e privadas, verificou-se que apresentam um conjunto de características gerais em comum (Garcia, 2004). Assim, partindo de critérios temáticos, geográficos (escala) e cronológicos, foi realizada uma nova seleção de mapas para integrarem a exposição, que se organiza em torno de quatro núcleos principais, os quais, por sua vez, se subdividem em temas mais específicos: o primeiro denomina-se “Mapas Gerais” e inclui imagens do conjunto da América do Sul e do Brasil, servindo de enquadramento geral às restantes representações. Este núcleo é constituído, fundamentalmente, por exemplares impressos, muitos dos quais insertos em obras como Atlas, Geografias, Corografias, Livros de Viagens, etc.

O segundo núcleo, “O reconhecimento do território”, compõe-se de exemplares manuscritos de escala regional, preferencialmente figurando Províncias e Capitánias. Muitos destes

mapas foram produzidos a pedido dos Capitães-Generais, cuja ação governativa (administração, defesa e desenvolvimento do território), se baseava no seu uso. Constituem dois bons exemplos os governos dos Capitães-Generais da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), e do seu sucessor, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789).

O núcleo “A definição dos Limites”, engloba tanto as fronteiras terrestres como a linha de costa. Os mapas produzidos no contexto da assinatura dos dois tratados de definição de fronteiras, Tratado de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777), permitem reconstituir os processos que conduziram à definição dos contornos interiores do Brasil, sobretudo no sul. Os exemplares hidrográficos selecionados, privilegiam o troço de litoral compreendido entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, assim como o espaço envolvente aos principais portos marítimos brasileiros.

Finalmente, o núcleo “A ocupação do território” inclui imagens, sobretudo plantas e vistas de fortificações e de povoações, que testemunham a progressiva ocupação humana do território, ao mesmo tempo que deixam um registo das principais formas urbanas definidas pelos engenheiros militares que trabalharam na América do Sul.

O presente catálogo é constituído por uma breve introdução histórico-política sobre o processo de independência do Brasil e das profundas transformações sociopolíticas que marcaram a sociedade portuguesa, de forma a contextualizarmos o universo cartográfico que se encontra à guarda do Exército português.

Segue-se uma apresentação e comentário individual dos mapas, organizados de forma a permitir uma leitura autónoma, pelo que, se repetem nomes, instituições e acontecimentos. Finalmente, adverte-se que todo este trabalho foi concebido, fundamentalmente, para o leitor português.

Introdução

A transferência da Corte portuguesa e do Governo de Lisboa para o Rio de Janeiro, no início de 1808, na sequência da primeira invasão francesa a Portugal, constituiu um dos acontecimentos políticos mais significativos da História política de Portugal e do Brasil, na primeira metade do século XIX. Como consequência imediata, aquela cidade sul americana foi elevada a capital “de facto” da qual, alguns anos mais tarde, se constituiu no Reino Unido de Portugal, Brasil e dos Algarves.

Se, no início, muitos acreditavam que esta tinha sido uma solução de recurso e de natureza provisória para fazer face à ameaça napoleónica na Europa, o facto é que o regresso da Família Real foi sendo protelado sob os mais diversos pretextos, fazendo eternizar a inversão de estatuto político entre Metrópole e Colónia, o que desagradava profundamente à elite liberal portuguesa.

Embora motivada por razões diferentes, a insatisfação política e social há muito se fazia sentir nos dois territórios atlânticos, materializando-se em dois acontecimentos ocorridos em 1817: em Portugal, a frustrada conspiração de Gomes Freire de Andrade, na realidade uma tentativa de golpe de estado conduzida por alguns oficiais militares e maçons contra os governadores do Reino e o protetorado britânico, e que mereceu uma exemplar punição aos seus líderes; no Brasil, a Revolução Pernambucana, de forte inspiração republicana e maçónica, precursora de um movimento independentista semelhante àqueles que varriam a América espanhola, também foi violentamente reprimida pelas forças leais a D. João VI. Estavam lançadas as sementes da discórdia.

Assim, foi sem surpresa que no dia 24 de agosto de 1820 eclodiu a Revolução Liberal do Porto, que rapidamente alastrou a todo o país e, um pouco mais tarde, ao Brasil onde estavam estacionados vários regimentos de militares portugueses. Os principais objetivos políticos dos revoltosos passavam por colocar um fim ao protetorado britânico em Portugal; estabelecer um governo constitucional; convocar as Cortes; aprovar uma Constituição e restaurar o pacto colonial em relação ao Brasil.

A mudança sociopolítica imposta pela revolução de 1820 teve como um dos efeitos mais imediatos, o de apressar o há muito desejado regresso do rei. Assim, no meio de muita agitação política e social, e só depois de ter sido pressionado a aceitar a futura Constituição, em finais de abril de 1821, D. João VI iniciou a sua viagem de volta a Portugal, desembarcando em Lisboa no início de julho. No Brasil ficou o seu filho, o príncipe real D. Pedro, na qualidade de regente e de lugar-tenente do rei (Ferreira, 2021).

Entretanto, tanto os membros da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, como os deputados das Cortes Constituintes, exortavam D. Pedro a restabelecer a ordem colonial anterior e a regressar à metrópole. Por sua vez, uma parte da sociedade brasileira (sobretudo as províncias do centro-sul do território) recusava a perda de estatuto representado pela saída da corte, contribuindo, cada vez mais, para o extremar de posições. Neste sentido, eram crescentes os movimentos que se posicionavam a favor de um corte de relações com Lisboa, como o Movimento Constitucionalista, ocorrido em Pernambuco, em agosto de 1821, resultando na expulsão das tropas portuguesas desta província

e prenunciando o início de uma guerra civil, que novamente se manifestaria em janeiro de 1822, após o “Dia do Fico”, momento em que D. Pedro renunciou ao regresso a Portugal.

O culminar desta situação de grande agitação social ocorreu a 7 de setembro de 1822. Lançando o famoso brado “independência ou morte” nas margens do rio Ipiranga, o até então Príncipe Real, D. Pedro de Alcântara, oficializava o processo de secessão do Brasil, colocando um fim a mais de 300 anos de domínio colonial português na América do Sul.

Ironicamente, cerca de duas semanas mais tarde (a 23 de setembro), em Lisboa, as Cortes aprovavam a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, que ainda consagrava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. De facto, o desejo manifestado pelas novas autoridades políticas de manter o Brasil sob domínio colonial, respaldado pelo apoio obtido nalgumas províncias e nas praças onde estavam estacionadas tropas portuguesas metropolitanas (cerca de 20 mil homens dispersos pelo Grão-Pará, Piauí, Bahia, Maranhão e Cisplatina), alimentou uma situação de guerra efetiva entre 1822 e 1824, que se materializou na realização de campanhas terrestres e navais contra as posições portuguesas, chegando-se a travar alguns combates, batalhas, cercos e bloqueios, tanto terrestres como navais (Neto, 2015).

Da parte do governo de Lisboa, ao longo dos anos de 1822 e 1823, foram preparadas expedições de socorro e de reforço a Salvador da Bahia, numa infrutífera tentativa de firmar a posição pró-portuguesa. Foi este o contexto sociopolítico e militar que permitiu ao Arquivo Militar a realização de inúmeras cópias de mapas referentes ao território brasileiro e que constituem o núcleo principal do universo em análise. A guerra terminou formalmente a 29 de agosto de 1825, com a assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Aliança, ratificado no Rio de Janeiro, onde Portugal reconhecia oficialmente a independência brasileira. Separavam-se os dois reinos e, desse modo, esfumava-se o Império lusitano transatlântico, embora em ambos reinasse a mesma família.

Mapas Gerais

América do Sul

Tabula Novarum Insularum, Quas Diversis Respectibus Occidentales & Indianas uocant, Sebastian Münster, 1550

A *Cosmographiae universalis* de Sebastian Münster foi publicada pela primeira vez, em 1544 e em língua alemã. Até 1628 conheceu nada menos do que 35 edições, fazendo desta “descrição do Mundo” um verdadeiro sucesso editorial, tanto mais que, foi sendo traduzida em diferentes línguas, nomeadamente em francês, em italiano, em checo e em latim, o que permitiu chegar a um público alargado (Shire, 2021).

A obra encontra-se dividida em seis livros, sendo profusamente ilustrada com xilogravuras de mapas e outras imagens (cidades, habitantes, costumes, animais e plantas), dos diferentes territórios descritos. O autor demorou cerca de 18 anos a reco-

lher as informações necessárias, muitas delas de forma empírica, tendo, para tal, empreendido viagens a algumas das cidades que descreveu e estabelecido uma rede de contactos que lhe forneceu as indicações mais atualizadas.

Münster foi, entre outras coisas, um geógrafo e professor – lecionou nas Universidades de Heidelberg e de Basileia –, tendo publicado anteriormente outras obras de índole geográfica, como sejam *Germania Descriptio* (1530), *Mappa Europae* (1536) e uma edição em latim da *Geographia* de Ptolomeu (1540).

O exemplar da *Cosmographiae* que se conserva na Biblioteca do Exército corresponde à primeira edição latina, datada de 1550. Aqui, no livro quinto, foi incluído um mapa xilogravado da

América, em dupla folha, intitulado *Tabula Novarum Insularum, Quas Diversis Respectibus Occidentales & Indianas uocant*, correspondendo a uma versão ligeiramente retocada daquela que o autor já havia incluído na sua *Geographia*, pelo que terá reaproveitado a matriz utilizada na primeira edição alemã, como é perceptível pela manutenção da legenda “Nüw Welt”, complementada com as indicações “Novus Orbis” e “Insula Atlantica quam vocant Brasili & Americam”.

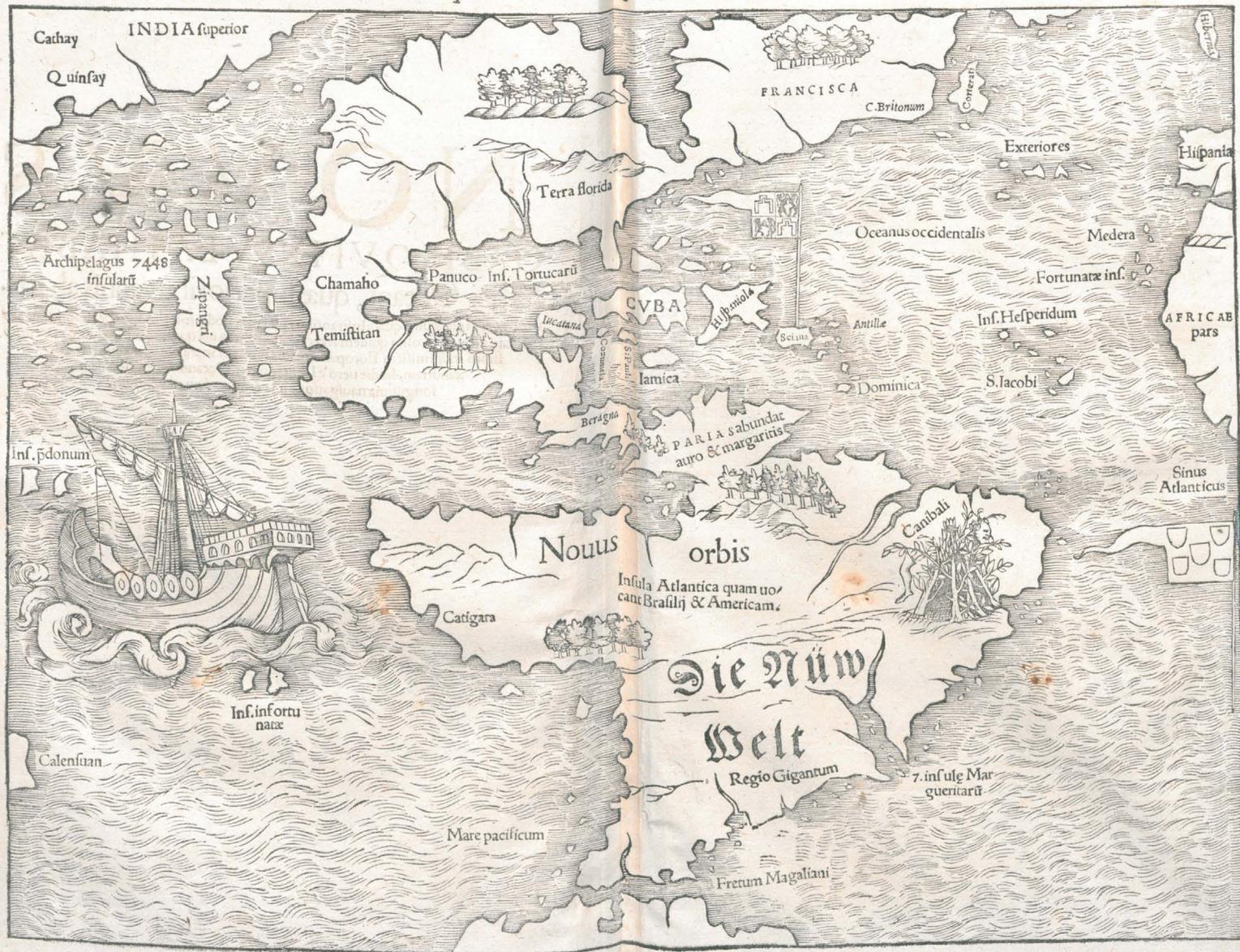
Duas bandeiras, uma de Castela colocada nas Antilhas e outra de Portugal localizada no Atlântico Sul, balizam os domínios territoriais das respectivas coroas. Sobre o continente, foram desenhadas figuras que identificam duas áreas de floresta e uma montanha.

Há poucos topónimos, embora seja possível localizar o “Regio Gigantum” no atual território da Argentina, assim como o “Fretum Magaliani”, o estreito que o navegador português explorou, ligando o Atlântico ao “Mare pacificum”. No oceano Atlântico, em frente do estuário do rio da Prata, o autor registra “7. insule Mar gueritaru”, expressão traduzida como “ilhas das pérolas” (Bechis, 2006).

Em todo o caso, o pormenor que mais capta a atenção do leitor é um desenho de uma habitação indígena feita com ramos de árvores, onde estão penduradas uma perna e uma cabeça humana, com a indicação de “Canibali”. Estas informações eram provenientes de relatos de viagens que vários autores europeus dedicaram ao continente americano durante as primeiras décadas do século XVI e que contribuíram para propalar a crença na existência de povos canibais (Corrêa-Martins, 2018, pp. 42-72).

Este mapa, bem como a obra onde se insere, constituem um marco no pensamento renascentista europeu, porquanto contribuíram para a desconstrução do conhecimento geográfico do Mundo herdado da tradição medieval, em particular, pelos ensinamentos transmitidos por Cláudio Ptolomeu (ca. 100-170).

Tabula nouarum insularum, quas diuersis respectibus Occidentales & Indianas uocant.



Americae Sive Novi Orbis, Nova Descriptio, Abraham Ortelius, 1602

Em 1570, Abraham Ortelius (1527-1598), um editor de Antuérpia, decidiu publicar uma obra diferente dos seus concorrentes: um álbum cartográfico com o mesmo formato e aparência, retratando todo o mundo recém-descoberto, apresentando-o em mapas organizados do geral para o particular e baseando-se em diversos documentos cartográficos antigos e modernos. Pelas suas características inovadoras é considerado uma das obras primordiais do Renascimento europeu e o primeiro atlas moderno, tido como modelo para os seus sucessores. Intitulava-se *Theatrum Orbis Terrarum* (o “Teatro do Globo Terrestre”).

A sua primeira edição, em latim, datada de 20 de maio de 1570, contava com 70 mapas e uma lista de 87 cartógrafos cujas obras contribuíram para a elaboração do atlas. A procura foi tão grande que, no mesmo ano, foram publicadas mais duas edições e, ao longo das décadas seguintes, foram feitas cerca de outras 40, nas mais diversas línguas europeias. Embora a estrutura do atlas não tenha sofrido alterações significativas nas sucessivas edições, o número de mapas, de nomes na relação de colaboradores (alguns dos quais portugueses) e de correções ou atualizações cresceu

continuamente, ao ponto de Ortelius ter editado cinco *Addimenta*, ou seja, suplementos de atualização das anteriores edições.

Em 1588 foi editada a primeira edição em língua castelhana – outras versões vernaculares, em neerlandês, francês e alemão haviam sido publicadas logo em 1573 – não por iniciativa do autor, mas sim do seu editor, Christophe Plantin (1514-1589), que o dedicou ao “Príncipe de Espanha Don Filipe d’Austria”, o futuro Felipe III de Espanha. A edição do *Theatro de la Tierra Universal* foi cuidadosamente preparada como uma iniciativa simultaneamente académica, comercial e laudatória, que procurava o apoio e o patrocínio da Coroa espanhola, num contexto de graves convulsões políticas e religiosas nos Países Baixos sob administração espanhola e de graves dificuldades financeiras pessoais para Plantin (Harris, 2010, pp. 75-89).

Tal como se indica no frontispício, esta versão corresponde a uma tradução de uma edição latina, mais erudita (concretamente, a de 1584), e, para além dos textos, também os mapas do atlas não sofreram alterações significativas. A esta primeira edição em castelhano, seguir-se-iam mais duas, em



1602 e 1612, o que dá conta do sucesso que obteve durante a União Ibérica (1580-1640).

O exemplar do atlas de Ortelius que se conserva na biblioteca da Academia Militar, corresponde à segunda edição em castelhano, datada de 1602. O mapa que representa a América intitula-se *Americae Sive Novi Orbis, Nova Descriptio* e apresenta a data de 1587.

Ao longo da sua vida profissional, Ortelius utilizou sucessivamente três chapas de impressão para representar o continente americano, refazendo, corrigindo e completando a sua imagem cartográfica. Assim, à primeira edição de 1570, seguiram-se outras duas em 1579 e em 1587, sendo esta última, aquela que integra o atlas em análise.

Do mapa da América, em especial na parte sul, destacam-se três características que o distinguem dos seus contemporâneos: a profusão de topónimos, a maioria dos quais de origem espanhola, embora na costa do Brasil seja possível identificar a origem portuguesa de alguns dos nomes aí inscritos e que se relacionam com as fontes consultadas; evidencia-se um contraste na ocupação do território, entre o litoral atlântico relativamente esparso e sem vestígios da presença humana e a costa do Pacífico, entre o México (“Hispania Nova”) e o Perú, densamente povoada e onde abundam os símbolos que tradicionalmente representam núcleos de povoamento, como evidência da presença das civilizações pré-colombianas, como os Maias, os Aztecas e os Incas; finalmente, a inclusão de uma linha ponteadada que delimita a extensão interior do Brasil, identificado como “BRESILIA à Lusitanis A.º 1504 inuenta”, estendendo-se desde a foz do “rio Maranhão” (possivelmente o Tocantins), a norte, até ao rio de “S. Vincente”, a sul. Tal como seria de esperar numa obra que se constituía como uma referência científica na área da Geografia, desapareceram as sugestões iconográficas à existência de canibais.

Amérique Méridionale, Gilles Robert de Vaugondy, [1797]

Gilles Robert de Vaugondy (1688-1766) que, frequentemente, assinava os seus trabalhos como “Sr. ou M. Robert”, foi um dos mais conhecidos e respeitados geógrafos franceses do século XVIII. Associado ao seu filho Didier (1723-1786) – que se identificava como “Robert Vaugondy” –, formaram uma das mais importantes casas editoriais parisienses especializadas em obras geográficas, nomeadamente na gravação, impressão e edição de mapas, de atlas e de globos.

Descendentes e herdeiros do acervo cartográfico da família Sanson, os Vaugondy não só foram os seus divulgadores, como ampliaram o material comercializado, merecendo ambos o título de “Geographe ordinaire du Roy”. Na composição dos seus mapas esforçavam-se por consultar inúmeras fontes, procurando utilizar as mais fidedignas e atuais e, desse modo, ganhando a o reconhecimento do público (Pedley, 1992).

Entre as obras cartográficas mais conhecidas figuram dois atlas que conheceram um grande sucesso editorial e comercial, especialmente o *Atlas Universel*, editado em 1757, em colaboração com o conhecido livreiro e impressor Antoine Boudet (1717-1787), reunindo mais de uma centena de mapas (Petto, 2007, pp. 161-167). De forma a garantir o devido retorno financeiro, os editores abriram uma subscrição pública internacional de aquisição antecipada, tendo conseguido quase 700 pedidos (os nomes dos subscritores figuram na própria obra), que permitiram assegurar a impressão de mais de 1100 exemplares

do atlas, editado em dois formatos, o *Petit Papier*, de dimensões um pouco mais reduzidas e de preço mais baixo, e o *Grand Papier*, mais caro, mas de maior dimensão e com alguns mapas extra (Pedley, 1979). O *Atlas Universel* foi considerado o melhor atlas mundial da sua época, à luz dos padrões da geografia científica promovida pela escola francesa, considerada modelo em toda a Europa.

Após a morte de Didier, o acervo cartográfico, assim como as chapas de impressão, foram adquiridas por Charles François Delamarche (1740-1817), um bem-sucedido geógrafo e editor cartográfico, que continuou a republicar os seus trabalhos, introduzindo algumas alterações/atualizações e identificando-se como “sucessor de Robert de Vaugondy”.

Assim terá sucedido com esta nova edição do *Atlas Universel*, cuja novidade maior corresponde à inclusão de um mapa adicional, datado de 1797, intitulado *La République française divisée en 89 départemens*, testemunhando as alterações sociopolíticas que se faziam sentir em França, desde a Revolução de 1789.

Quanto ao mapa da América do Sul, não constitui uma novidade, nem introduz alterações à imagem produzida em 1757. Os limites figurados são demasiado genéricos e não traduzem a realidade geopolítica que as autoridades ibéricas produziram na segunda metade do século XVIII. É, por isso, uma imagem anacrónica, que só a grande reputação do seu autor permitiria fazer face à competição.



Mapa Geográfico de America Meridional, Juan de la Cruz Cano y Olmedilla-William Faden, 1775-1799

Juan de la Cruz Cano y Olmedilla (1734-1790) foi um destacado geógrafo/cartógrafo e acadêmico espanhol da segunda metade do século XVIII. Entre 1752 e 1760, por iniciativa do marquês de la Ensenada, foi enviado a Paris, juntamente com outros técnicos e artistas espanhóis, para ampliar a sua formação como técnico gravador nas oficinas do famoso geógrafo francês, Jean Baptiste Bourguignon d'Anville.

Pouco tempo depois do seu regresso, o então Secretário de Estado, marquês de Grimaldi, encomendou a Cruz Cano e a Tomás López a gravação e impressão de um mapa da América do Sul, de pequena escala, mas de dimensões consideráveis, cujo protótipo manuscrito seria da autoria de D. Francisco Millau y Maravall (Almeida, 2009, p.83). Contudo, como o projeto não foi concluído, a partir de 1767, Cruz Cano propôs a realização de um novo mapa, composto a partir de inúmeras fontes, principalmente cartográficas, tanto manuscritas como impressas, mas também relatórios e descrições geográficas (Jiménez, 2015).

Foi somente em novembro de 1775 que ficou concluída a primeira versão deste mapa, impressa em oitos folhas de grandes dimensões, e que podia ser comercializado na sua versão de “aparato” completo, com as oito folhas coladas, ou numa versão

“atlas”, mais manuseável. Muito rapidamente seguiram-se duas novas edições, entre 1776 e 1777, muito embora ostentem sempre a data da primeira.

O motivo principal para a realização de correções e de emendas nas sucessivas edições, prende-se com razões políticas e diplomáticas, respeitantes à preparação de um novo Tratado com Portugal a propósito da delimitação das fronteiras do Brasil (Tratado de Santo Ildefonso, 1777). Aparentemente, a primeira versão apresentava as fronteiras meridionais do Brasil de uma forma pouco vantajosa para as pretensões espanholas, pois figurava limites próximos daqueles que tinham sido acordados em 1750 pelo Tratado de Madrid, mas, entretanto, revertidos pelo Tratado de El Pardo, de 1761, pelo que, as delimitações foram apagadas das versões seguintes.

Estas primeiras edições estiveram envoltas em secretismo, conhecendo uma circulação muito restrita e controlada pelas autoridades estatais, embora não suficiente para impedir que uns poucos exemplares tivessem chegado ao estrangeiro (Smith, 1966, p. 68-70). Tal foi o caso de um exemplar adquirido por um representante americano em Madrid, que o enviou a Thomas Jefferson, então embaixador em Paris. Pouco tempo

depois, Jefferson encomendou a William Faden, “Geógrafo do Rei de Inglaterra” e um dos mais importantes editores cartográficos da Europa, uma cópia/reimpressão, que acabou por ser editada em 1799. Tendo tomado conhecimento deste projeto, as autoridades espanholas procuraram desacreditar as informações veiculadas no mapa e, por consequência, também o seu autor foi desconsiderado.

Todavia, à data da sua edição, este era, de facto, o melhor mapa da América do Sul, elaborado por métodos científicos e apoiado em fontes fidedignas e atualizadas, pelo que se tornava útil não apenas para a defesa dos interesses políticos e comerciais espanhóis, como de qualquer outra potência estrangeira (Jiménez, 2015, pp. 556-564).

O exemplar do mapa de Cruz Cano presente nesta seleção corresponde a uma reimpressão da sua terceira edição, em seis folhas, preparada por William Faden em castelhano, tal como se indica numa nota sob o título “este mapa de los dominios Españoles y Portugueses en America Meridional, es una copia literal y exacta de un mapa español mui raro; compuesto y gravado em Madrid, año 1775”. Na realidade, o autor introduziu algumas modificações nos elementos que enquadravam o mapa na sua versão original, desaparecendo toda a decoração de aparato, bem como as duas plantas de pormenor dos portos de Callau e de Angostura.

Esta edição mais sóbria, bem ao gosto do editor londrino, manteve a extensa e detalhada legenda, de onde sobressai uma particular atenção dada à representação do povoamento, assim como das divisões políticas do território sul americano, em particular a configuração do “R.º del Brasil Anter Tierre de Santa Cruz”.

Pela densidade toponímica, assim como dos núcleos de povoamento, será possível concluir que o autor acedeu a um maior número de fontes espanholas do que portuguesas, permanecendo o interior brasileiro vazio de informação.



A map of South America, Jean Baptiste Bourguignon d’Anville/Thomas Kitchin, [1794]-1808

A longa sobrevivência deste mapa, cuja autoria principal é atribuída ao cartógrafo francês J. B. Bourguignon d’Anville (1697-1782), testemunha o crescente interesse britânico – do ponto de vista político, geográfico, económico e comercial –, relativamente ao subcontinente sul americano. A sua análise também permite reconstituir o circuito de produção e de circulação de obras cartográficas ao longo do século XVIII, envolvendo trabalho colaborativo entre geógrafos, gravadores, impressores e editores cartográficos, mas também concorrência e plágio.

A primeira edição do mapa (1748) foi produzida no contexto das negociações ibéricas pelos limites coloniais que culminaram na assinatura do Tratado de Madrid, em 1750. Nesta época, o ministro português na corte francesa era D. Luís da Cunha (1662-1749), um hábil e experiente diplomata que desenvolveu esforços no sentido de defender os interesses portugueses na América do Sul, tendo estabelecido contactos próximos com d’Anville, a quem terá fornecido informações que foram incor-

poradas no mapa *Amerique Meridionale*, de forma a sustentar as pretensões portuguesas na região da Amazónia (Furtado, 2020).

Aquando da segunda edição (1760), no contexto da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e da Guerra Fantástica (1762-1763) e do Terceiro Pacto de Família, as coroas ibéricas anularam o tratado anterior e prepararam-se para uma nova negociação sobre os limites. Refletindo esta aproximação franco-espanhola, o geógrafo francês incorporou várias alterações ao mapa, mais favoráveis à posição de Espanha, sustentadas em informações transmitidas por Charles Marie de La Condamine (1701-1774), com base na sua experiência empírica decorrente da missão que realizou em nome da Academia das Ciências de Paris ao Perú, com o intuito de medir um arco de meridiano (Furtado, 2020).

Atendendo à reputação de d’Anville, este mapa rapidamente se converteu num modelo amplamente copiado, tanto em França como noutros países. Assim, na Grã-Bretanha, logo em 1755, foi preparada uma edição inglesa com atualizações realizadas por Emanuel Bolton (1693 -1767), gravada por Thomas

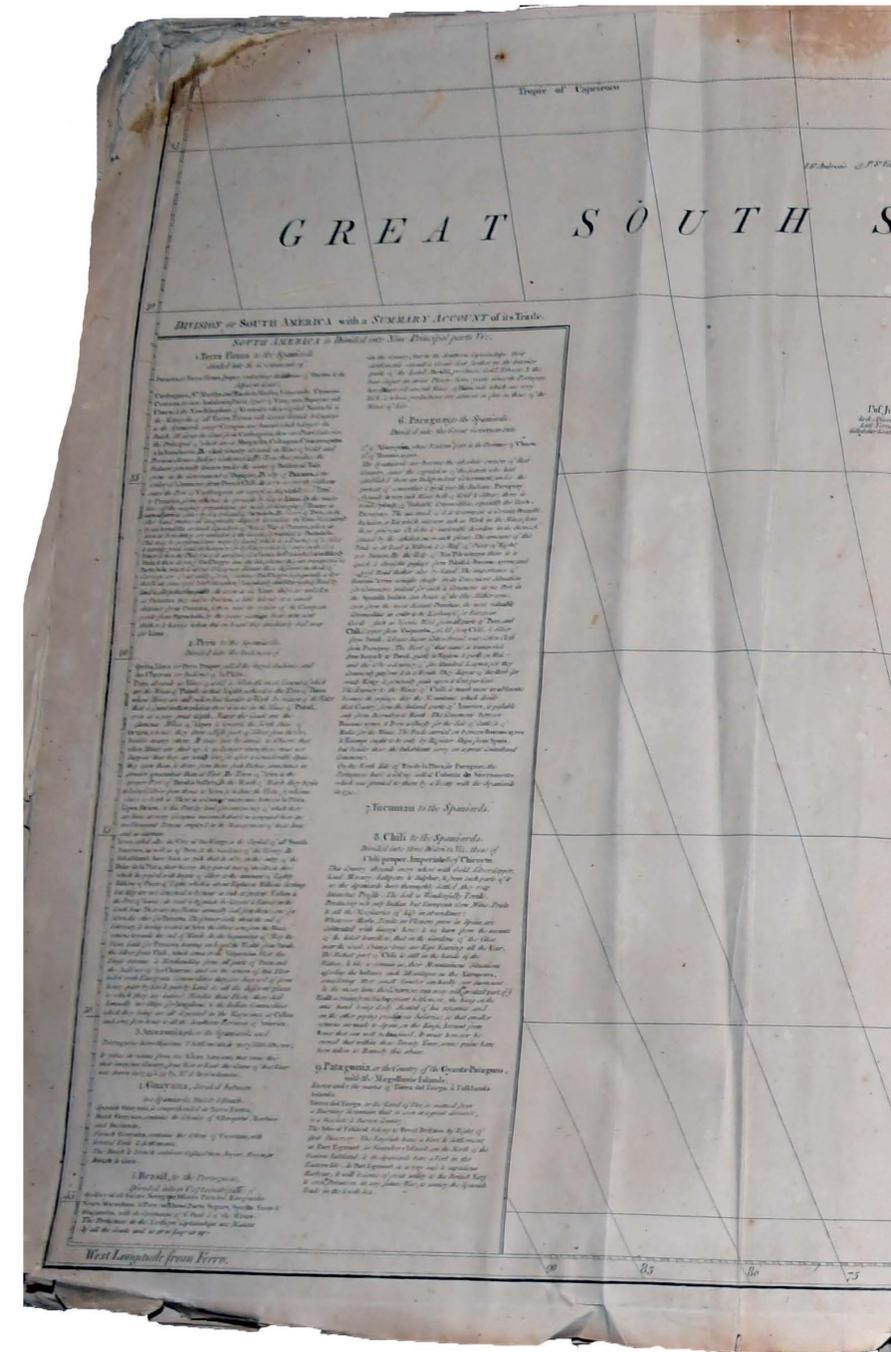
Kitchin (1718-1784) e impressa por Thomas Bowen (?-1790), para integrar o *The Universal Dictionary of Trade and Commerce*, da autoria de Malachy Postlethwayt (1707-1767).

Uma nova versão do mapa de d'Anville foi editada em 1776, por Robert Sayer (1725-1794) e John Bennet (?-1787), cuja casa editorial havia adquirido parte do acervo cartográfico do geógrafo real Thomas Jefferys (1719-1771), aquando da sua bancarrota. Parte deste material incluía vários mapas da América que já haviam sido editados aquando da Guerra dos Sete Anos, mas que ganhavam novo interesse devido ao início da Revolução Americana, pelo que Sayer e Bennet reuniram estas imagens de forma a compor o *The American Atlas: or, a geographical description of the whole continent of America*, que incluía o *Map Of South America... from Mr. D'Anville with Several Improvements and Additions, and The Newest Discoveries*.

Desde o início da década de 1770, Sayer e Bennet haviam estabelecido uma parceria com Thomas Kitchin (1718-1784), à época, Hidrógrafo real, no sentido de editarem o *A General Atlas describing the whole universe...*, um projeto pensado por Thomas Jefferys, mas cuja bancarrota e posterior falecimento impediram de concretizar. A partir de 1787, o atlas incluiu uma nova versão do mapa de d'Anville, cujas contínuas reedições foram conduzidas tanto por Sayer, como pelos seus sucessores, Robert Laurie (1755-1836) e James Whittle (1757-1818), pelo menos até 1816.

Este exemplar do mapa da América do Sul, que se conserva na Biblioteca da Academia Militar, corresponde aos números 40 e 41 do *Kitchin's general atlas describing the whole universe*, na sua edição de 1808.

A inclusão do lago “Parima” nas margens do rio Orinoco, próximo da fronteira do Brasil na Amazónia, mas claramente em território sob domínio espanhol, denuncia que o modelo utilizado corresponde à segunda edição preparada por d'Anville, em 1760.



Colombia Prima or South America, **Louis Stanislas d’Arcy Delarochette, 1807**

Desde os finais do século XVIII o negócio de mapas em Londres era dominado pela casa comercial de William Faden (1749-1836). Filho de um impressor e gravador com quem terá aprendido o ofício, estabeleceu-se por conta própria, primeiro como sócio da família Jefferys e, depois, numa carreira de sucesso a solo, que foi reconhecida e distinguida em diversas ocasiões, destacando-se a sua nomeação, em 1783, como “Geógrafo do Rei e do Príncipe de Gales”.

Os mapas que editou para ilustrar as campanhas da Guerra da Independência Americana obtiveram uma grande aceitação do público e impulsionaram o negócio, o mesmo acontecendo aquando da Guerra Peninsular (1807-1814), quando obteve o privilégio de editar vários mapas e planos destas campanhas militares. Quando se reformou, em 1823, passou o seu espólio a James Wyld (1790-1836), um antigo aprendiz e que também se converteu num famoso editor cartográfico (Pedley, 1996, p. 161-173).

Faden publicou vários mapas de Portugal e dos territórios

portugueses, tendo alguns deles resultado de uma colaboração que manteve com Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º Visconde de Balsemão, Ministro Plenipotenciário em Londres, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e Ministro do Reino.

Um destes mapas é o *Colombia Prima or South America*, que figura todo o território sul americano, impresso em oito folhas de grandes dimensões. O seu desenhador foi o geógrafo de origem francesa, Louis Stanislas d’Arcy Delarochette (1731-1802).

À semelhança da edição do mapa da América do Sul de Cruz Cano, em 1799, também este deve ter levado vários anos a preparar. Faden teve o cuidado de identificar as suas principais fontes cartográficas, em especial os mapas manuscritos de circulação restrita e, muitas vezes, secreta. Para além de indicar os cartógrafos responsáveis pela elaboração do vários mapas regionais consultados, foi destacado o papel desempenhado por Luís Pinto de Sousa Coutinho no patrocínio desta iniciativa, aquando da sua estada diplomática em Londres, ao facilitar o acesso a

estas fontes de informação, sem as quais não seria possível ao editor britânico compor uma imagem atual e diferente das anteriores, em especial no que aos limites dos territórios da América portuguesa dizia respeito, sobretudo após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (Almeida, 2001, p. 63-65).

Por oposição à tradição cartográfica comercial francesa, que valorizava os mapas com a inclusão de cartelas profusamente ornamentadas ou ilustradas, o geógrafo/editor britânico optou por um estilo mais sóbrio na apresentação do título, completando-o com um grande número de informações registadas nas notas. Curiosamente, já não foi tão cuidadoso na composição da legenda, uma vez que aí apenas se indica as cores dos limites das possessões de Espanha (laranja), de Portugal (vermelho), dos Países Baixos (amarelo) e da França (azul).

As seis escalas gráficas, compostas em diferentes unidades de medida de Inglaterra, Espanha, Portugal e Países Baixos, permitem inferir os potenciais públicos leitores do mapa.

Por comparação com outros mapas contemporâneos, este destaca-se pelo facto de o Brasil deixar de apresentar os vazios que anteriormente ostentava, e que reflete a expansão e a ocupação territorial portuguesa para o interior, em particular nas capitânias de Mato Grosso e Goiás.

Adicionalmente, o mapa fornece inúmera informação relacionada com o povoamento, a toponímia, a rede hidrográfica e a navegabilidade dos rios, a extensão da rede viária, dos itinerários terrestres, militares e comerciais, assim como a localização das principais fortalezas e outras fortificações.

Nas décadas seguintes, este mapa conheceu várias e sucessivas edições, inicialmente ainda sob responsabilidade de Faden, mas a partir de 1823 já sob a direção do seu sucessor, James Wyld. Para além de refletir um amplo sucesso editorial, também é indicador da maior atenção prestada pelo governo britânico à América do Sul.



Outlines of the physical and political division of South America, **Aaron Arrowsmith, 1814**

A invasão napoleónica da Península Ibérica em 1807, desencadeou um processo de transformação sociopolítica das sociedades ibero-americanas. O aprisionamento da família real espanhola e a sua substituição por um Bonaparte, foi aproveitado pelas colónias sul americanas para desencadarem os seus movimentos de libertação, devidamente apoiados pelo governo britânico, que viu uma oportunidade para obter vantagens comerciais nos futuros territórios emancipados, algo que lhe esteve vedado durante o domínio colonial espanhol.

Neste contexto geral foi publicado o *Outlines of the Physical and Political Divisions of South America*, um mapa composto em seis folhas de grande dimensão e de escala maior que o de Faden, da autoria de Aaron Arrowsmith (1750-1823), e que é bem revelador da vitalidade e da competitividade do mercado editorial cartográfico londrino.

A uma primeira edição, datada de 1811, seguiu-se esta de 1814, que ilustrava a obra *The Geographical and Historical Dictionary of America and the West Indies*, editada em cinco volu-

mes entre 1812 e 1815, sendo uma tradução inglesa de George Alexander Thompson (ca. 1797-ca. 1849), da obra do militar e geógrafo espanhol Antonio de Alcedo (1735-1812), *Diccionario geográfico-histórico de las Indias Occidentales ó América: es á saber: de los reynos del Perú, Nueva España, Tierra Firme, Chile, y Nuevo reyno de Granada*, originalmente editado em Madrid, também em cinco volumes, entre 1786 e 1789.

A versão inglesa incluía outros quatro mapas de grandes dimensões dos territórios da América do Norte e Central, com destaque para o mapa do México, que alimentou uma polémica com o geógrafo alemão Alexander von Humboldt (1769-1859), que acusou o editor inglês de plagiar o seu trabalho (Allen, 2016).

O mapa contém uma janela, colocada no canto inferior direito, que figura, na mesma escala geral do mapa, os territórios da Patagónia e da Terra do Fogo, bem como o arquipélago das Malvinas, uma vez que não se encontravam representados na área do mapa.

O título colocado numa cartela simples encontra-se no canto superior direito, aí se indicando a autoria e as fontes consultadas, ainda que não tenham sido explicitadas as obras consultadas,

nem os autores. Na sequência, encontra-se o local e a data de edição (Londres, 4 de janeiro de 1811), bem como a morada da casa Arrowsmith, o nome do gravador – Edward Jones –, e a indicação do mapa ter tido “acrescentos” em 1814. Duas escalas gráficas, uma em milhas geográficas e outra em milhas inglesas, completam os elementos do mapa, dado que nenhuma legenda foi incluída.

Por comparação com o mapa de Faden, os limites da Amazônia brasileira encontram-se mais definidos, abandonando as linhas geométricas, correspondentes a paralelos e a meridianos definidos pelos tratados de 1777 (Santo Ildefonso) e de 1801 (Badajoz), ajustando-se, agora, aos elementos oro-hidrográficos do território, o que permite supor a realização de trabalhos de demarcação de fronteira.

Outra importante alteração nos limites, diz respeito à representação da Guiana Holandesa, ocupada pelos britânicos desde 1796 e cujos territórios de Essequibo, Demerara e Berbice, seriam cedidos ao Reino Unido, nesse mesmo ano de 1814, para originar a futura Guiana Inglesa.

Também o desenho da linha de costa foi atualizado, com base nos mais recentes levantamentos hidrográficos realizados pela marinha britânica que, desde 1808, tinha livre acesso aos portos brasileiros.

Aaron Arrowsmith, que se intitulava “Hidrógrafo de Sua Alteza Real, o Príncipe de Gales”, foi o fundador de uma dinastia de cartógrafos/editores, cuja atividade seria continuada pelos filhos e, sobretudo, pelo seu sobrinho. A sua atividade coincidiu com as Guerra Napoleônicas, o que lhe proporcionou uma oportunidade comercial favorável que soube aproveitar ao máximo, presenteando o público com imagens novas e atualizadas

Este exemplar que se conserva no arquivo do GEAEM-DIE, terá pertencido ao Tenente-Coronel Anastácio Joaquim Rodrigues (1767-1818), e foi adquirido pelo Real Arquivo Militar, em 1817, por 24\$000 reis.





Mapas Gerais

O Brasil

Accuratissima Brasiliae tabula, Henrik Hondius, 1633

A história deste mapa do Brasil, começa no final do século XVI, pela mão do célebre cartógrafo flamengo, Gerard Mercator (1512-1594), e constitui um perfeito exemplo da evolução da Cartografia comercial na Flandres e nos Países Baixos.

Nos últimos anos da sua vida, Mercator, que se considerava um académico, dedicou-se a preparar uma Cosmografia, tendo reunido, para tal, um vasto conjunto de informação com o objetivo de produzir os mapas mais atualizados e cientificamente validados, o que exigia uma demorada crítica de fontes. Mas, este desígnio só parcialmente foi concretizado, à medida que o autor foi editando alguns mapas da Europa, constituindo a *Tabulae Geographia*.

Um ano após a sua morte, em 1595, o seu filho Rumold Mercator (1541-1599) e dois dos seus netos (Gerard e Michael) apressaram-se a preparar um apêndice com 34 mapas, composto por 29 mapas da Europa que Mercator havia preparado; um mapa do Mundo e outro da Europa, da autoria de Rumold e três mapas dos restantes continentes, copiados pelos netos, a partir do planisfério de Mercator de 1569, e que constitui um marco na História da Cartografia mundial (Brotton, pp. 261-306). No seu

conjunto, a obra foi editada sob o título *Atlas sive Cosmographicae Meditationes* (Krogt, 1994, pp. 92-104).

Com a morte de Rumold, o negócio familiar não prosperou e em 1604 as chapas de impressão foram adquiridas, primeiro por Cornelis Claesz (1551-1609), um editor de livros e, alguns anos depois, passou para a posse do seu colaborador, o gravador Joost de Hondt ou Jodocus Hondius (1563-1612). Em 1606, os dois reeditaram o Atlas, agora denominado Mercator-Hondius, acrescentando-lhe mais de três dezenas de novos mapas, transformando-o num verdadeiro atlas universal e contribuíram para tornar a cidade de Amesterdão no novo centro produtor cartográfico da Europa (Bowers, 2018).

O negócio editorial do atlas continuou na família Hondius ao longo das décadas seguintes, primeiro pelo filho mais velho, Jodocus jr. (1594-1629) e, depois, pelo segundo filho, Hendrik ou Henricus (1597-1651) que, a partir de 1630, se associou ao seu cunhado Jan Janszoon ou Johannes Janssonius (1588-1664) (Krogt, 1994, pp. 98-102).

Em 1633, Hendrik publicou uma nova edição do atlas Mercator-Hondius, em dois tomos, escritos em língua francesa e contendo 238 mapas, intitulado *Atlas, ou représentation du monde*

universel et des parties d'icelui faites en tables et descriptions tres amples, e onde se inclui esta Accuratissima Brasiliae tabula.

A primeira versão do Atlas não contava com qualquer mapa do Brasil. Este terá sido incluído somente na edição latina do atlas Mercator-Hondius-Janssonius, em 1630, surgindo, desde então, nas sucessivas edições, como nesta de 1633, em língua francesa.

O mapa, orientado com o ocidente no topo, destaca a configuração do litoral do Brasil, entre a ilha do Maranhão a norte e a ilha de Santa Catarina, a sul. A toponímia é abundante, e refere-se a diferentes aspetos do território: a maioria, escrita em itálico, identifica os estuários, os rios e os acidentes de costa, mas também os principais núcleos de povoamento, figurados com símbolos próprios, com destaque para as principais cidades. Os topónimos inscritos em capital romana, identificam as capitánias nas quais se dividia o território brasileiro, enquanto as informações em letra cursiva identificavam os povos nativos.

Em contraste, o interior apenas é preenchido por símbolos que indicam a existência de montanhas e de florestas, especialmente situadas a norte e a sul, sendo o restante território ocupado por desenhos que retratam hábitos de antropofagia das populações locais.

O grande vazio de informação sobre o imenso sertão brasileiro foi disfarçado pela inclusão de duas plantas que ocupam a parte central superior do mapa: uma da “Baya de todos os Sanctos” e outra da “Villa d’Olinda de Pernambuco”. Ambas registam as primeiras duas bem-sucedidas incursões neerlandesas ao nordeste brasileiro: a conquista, ainda que efémera, da cidade de São Salvador e a conquista de Olinda.

Na planta de Olinda é possível observar a poderosa armada da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, formada por um total de 65 navios e comandada por Hendrick Loncq que, no dia 15 de fevereiro de 1630, surgiu à vista da capital de Pernambuco e exigiu a sua rendição, constituindo a primeira etapa da formação de uma colónia denominada Nova Holanda (1630-1654).



Terre de Sainte Croix, nommée à present Bresil, Gilles Robert de Vaugondy, 1749.

Uma década antes da publicação do Atlas Universel, a família Vaugondy preparou a edição do *Atlas portatif, universel et militaire, composé d'après les meilleures cartes, tant gravées que manuscrites, des plus célèbres géographes et ingénieurs*, publicado entre 1748-1749. Os dois volumes reuniam mais de duas centenas e meia de mapas de diferentes regiões do Mundo, gravados em folha dupla por Guillaume-Nicolas Delahaye (1727-1802), um habitual colaborador da casa Vaugondy.

As suas reduzidas dimensões (em 4º) – daí o epíteto “portatif” –, tornavam-no bastante apreciado nas instituições de ensino, não só por ser facilmente manuseável, mas também por incorporar um quadro explicativo dos símbolos e dos sinais cartográficos, intitulado *Introduction à la coñissance et à l'usage des Cartes*, assim como, um pequeno texto sobre o uso das escalas,

o que constituía um elemento pedagógico de valor.

O mapa, *Terre de Sainte Croix nommée à present Bresil*, elaborado por Didier Robert Vaugondy, figura o território do Brasil compreendido entre a foz do rio Amazonas, a norte e a baía de São Vicente, a sul. Mais uma vez, os contornos do litoral e respetiva toponímia mereceram um maior destaque, tal como a delimitação das capitânias, cujos limites interiores se mantêm abertos, com exceção das capitânias do Rio Grande (do Norte) e de São Paulo. Os rios e as montanhas constituem a restante informação.

Como era habitual, o interior do território mantém-se vazio, mas, desta vez, o autor não recorreu a qualquer subterfúgio para disfarçar a falta de comunicação, pelo contrário, assinala em lugar de destaque que “L'Interieur du Pays est inconnu”.



Bresil et Pays des Amazones, 1^{re} et 2^{eme} Feuille, Rigobert Bonne, 1787-1788

Ao longo da segunda metade do século XVIII, várias enciclopédias foram sendo publicadas, numa tentativa de sistematização do conhecimento humano. Uma destas obras era a magistral *Encyclopédie Méthodique*, composta por nada menos que 166 volumes de texto e 51 volumes de imagens. Inicialmente editada por Charles-Joseph Panckoucke (1736-1798), foi concluída por sua filha, Antoinette Pauline Panckoucke (1769-1840), num empreendimento que se estendeu por 50 anos, entre 1782 e 1832.

Esta *Encyclopédie*, foi organizada em 26 diferentes áreas temáticas, sendo uma das mais desenvolvidas a Geografia, que ocupa 11 volumes dedicados à Geografia Física, Antiga e Moderna, que se complementam com um atlas editado em dois volumes, reunindo cerca de centena e meia de mapas (Laboulais-Lesage, 2004).

O *Atlas encyclopédique: contenant la géographie ancienne, et quelques cartes sur la géographie du moyen age, la géographie moderne, et les cartes relatives à la géographie physique* foi preparado por Rigobert Bonne (1727-1794) que, desde 1775, exercia o cargo de *Premier Hydrographe do Dépôt des Cartes et Plans de*

la Marine, instituição responsável pela Cartografia hidrográfica francesa, em colaboração com Nicolas Desmarests (1725-1815), um geólogo francês. Neste atlas, tal como em obras anteriores, Bonne redigiu um texto introdutório que incluía a lista das fontes utilizadas na composição de cada um dos mapas, distinguindo-se pelo uso de um estilo mais sóbrio na apresentação das imagens (Laboulais-Lesage, 2004).

Em todo o caso, o mapa *Brésil et pays des Amazones*, gravado em duas folhas, não constitui uma novidade. Trata-se de uma atualização do mapa com as mesmas características que Bonne preparou, em 1780, para integrar o *Atlas de Toutes les Parties Connues du Globe Terrestre*, que fazia parte da *L'Histoire Philosophique et Politique des Etablissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes*, obra coordenada por Guillaume Raynal (1713-1796).

A diferença assinalável entre as duas versões, prende-se com o facto de o mapa de 1788 já não apresentar informação sobre o espaço que fazia parte da Coroa espanhola, com exceção do território do governo de Bueno Aires, correspondente ao atual Uruguai.



[Carta Geral do Brasil: Esboços], post. 1795 *Carta geographica de projecção esphérica ortogonal da Nova Luzitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil,* António Pires da Silva Pontes Leme, 1817. , 1787-1788

Os novos tratados internacionais sobre a definição dos limites entre a América espanhola e o Brasil, celebrados ao longo do século XVIII – Utreque (1713-1715), Madrid (1750), Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777) –, tornaram premente a obtenção de mapas rigorosos e atualizados do território. Contudo, ao contrário daquilo que sucedeu em Espanha, as autoridades portuguesas nunca se mostraram interessadas em produzir um mapa (impresso) divulgador da imagem cartográfica do Brasil junto das potências rivais.

Assim, embora a produção cartográfica portuguesa tenha aumentado, continuou a ser manuscrita, tendo os mapas uma circulação restrita e sendo, frequentemente, considerados documentos classificados. Tal foi o caso, por exemplo, do *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional*, datado de 1749, mais conhecido como “Mapa das Cortes”, pois foi utilizado pelos diplomatas portugueses nas negociações que conduziram à assinatura do Tratado de Madrid (Ferreira, 2007; Cintra, 2009).

Em finais do século, após várias décadas de expedições geográficas, económicas e militares, reorganizações administrativas e missões de demarcação fronteiriça, as autoridades portuguesas haviam reunido um vasto conjunto de informação cartográfica capaz de produzir uma imagem completa e atuali-

zada dos confins do Brasil. Neste sentido, em 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, recém-empossado Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, incumbiu dois cartógrafos, António Pontes Leme (1750-1805) e Francisco Ciera (1763-1814) de coordenarem a elaboração de uma “Carta Geral do Brasil”, na sequência de uma série de ordens que havia enviado ao vice-rei do Brasil, bem como aos vários governadores das capitâncias, solicitando-lhes informações sobre as condições físicas e políticas dos seus domínios, nomeadamente, descrições geográficas e topográficas, os limites de capitâncias, a rede de comunicação e os mapas existentes (Diniz Silva, 2006, vol.2, p.63). Com esta informação, o novo ministro preparou um projeto de reforma política, cujas linhas gerais foram apresentadas na sua *Memória sobre os melhoramentos dos domínios de sua majestade na América* (1797).

Leme e Ciera eram, matemáticos, astrónomos e lentes na Academia Real da Marinha. O primeiro, participou na Terceira Partida de Demarcação de Limites do Brasil (1780), no Pará e no Mato Grosso, tendo elaborado inúmeros mapas dos territórios explorados; o segundo, foi encarregue de formar a “Triangulação Geral do Reino”, coordenando as primeiras operações geodésicas em Portugal, ao longo da década de 1790.

Para acelerar estas determinações, foram assegurados os



serviços de dois experientes desenhadores: José Joaquim Freire (1760-1847) e Manuel Tavares da Fonseca (c. 1760-1825), ambos provenientes da Fundação do Arsenal Real do Exército, empregados no Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, onde se tinham especializado em desenho de História Natural. Freire integrou a “Viagem Filosófica”, enviada ao Pará, Amazonas e Mato Grosso, entre 1783 e 1792, liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira e, mais tarde, como Fonseca, incorporou o Real Arquivo Militar.

O resultado final do trabalho destes técnicos culminou na realização da *Carta Geographica de Projeção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou Amérca Portuguesa, e Estado do Brazil*. Deste mapa são conhecidas três versões produzidas no Gabinete do Jardim Botânico: a de 1797, corresponde ao exemplar que se encontra na coleção cartográfica à guarda do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra; outra, de 1798, pertence à Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército (Brasil), no Rio de Janeiro; a terceira, datada de 1803, terá sido elaborada para o novo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, o então Visconde de Anadia, podendo corresponder ao exemplar incompleto que se encontra na Biblioteca Nacional de França (Corrêa-Martins, 2011). A estas, junta-se uma quarta versão que, atualmente, integra o acervo do GEAEM-DIE e é tida como o esboço original que deu origem aos restantes exemplares (Corrêa-Martins, 2011). Contudo, a sua elaboração ocorreu vinte anos mais tarde, em 1817.

A 16 de março de 1817, Manuel Tavares da Fonseca e José Joaquim Freire, os dois ocupando postos de capitão adidos ao Real Corpo de Engenheiros, empregados como desenhadores de 1ª classe no Real Arquivo Militar, foram incumbidos de tirarem uma cópia da *Carta Geral do Reino do Brasil* que “... é o trabalho mais completo que possuímos (...). É o resultado coligido de 72 mapas das diversas capitánias levantados pelos matemáticos empregados na demarcação dos Limites (...). Há

todos os indícios de que os sobreditos 72 mapas se desencaminharam e, portanto, se torna tanto mais preciosa a carta que os reúne” (Caixaria, 2006, vol.I, p. 380).

Três meses mais tarde, a cópia estava praticamente finalizada, até porque os autores contaram com a colaboração do desenhador de 2ª classe, Carlos José Correia Botelho (1787-1862), devido à urgência na finalização deste trabalho: “... tendo rogado o proprietário da Carta Geral do Brasil que se lhe restituísse com a maior brevidade possível, por lhe ser necessária para certo trabalho, foi necessário suspender com a redução à escala dupla em que se tinha copiado as 3/5 partes da sobredita Carta e acabar os 2/5 restantes, copiando-a sobre oleados, o que se concluiu completando e fazendo-se depois a entrega ao seu proprietário. Sobre estes oleados é que agora se executa a redução a ponto duplo para se poder reunir ao trabalho já feito sobre as 3/5 partes daquela mesma Carta; e concluída esta redução se passará à reunião dos 38 quadrados que compõem aquele grande Mapa” (Caixaria, 2006, vol.I, p. 382).

Infelizmente não foi possível apurar quem era o proprietário, mas é possível perceber que as 38 folhas oleadas que, ainda hoje, se encontram no arquivo do GEAEM-DIE, correspondem à cópia realizada a partir do mapa que serviu de matriz, sendo esta a versão final (mapa nº 18). A necessidade de apressar a sua conclusão talvez explique as falhas que apresenta, não só nos elementos do mapa – a própria cartela ficou inacabada –, mas também na representação de algumas partes do noroeste da América do Sul.

A premência desta iniciativa, em 1817, era tanto maior, quanto os acontecimentos político-militares na América do Sul assim o exigiam, nomeadamente a elevação do Brasil à categoria de Reino (1815), a expedição militar enviada para a conquista de Montevidéu, permitindo estender a fronteira sul até ao rio da Prata (1816) e, finalmente, a revolução republicana de Pernambuco (1817).

O reconhecimento do território

Províncias e Capitanias

Carta topografica, a onde se compreendem as capitanias de que se compoem ao prezente o governo de Pernambuco,
José Gonçalves da Fonseca, 1766

A ocupação do território brasileiro fez-se de acordo com o modelo já ensaiado no povoamento das ilhas atlânticas (Madeira, Açores e Cabo Verde). Assim, em 1534, no reinado de D. João III, o Brasil foi dividido em 14 capitanias hereditárias, cujos donatários tinham o dever de promover o seu desenvolvimento – daqui resultando: a fundação dos primeiros núcleos de povoamento; a organização das condições de defesa, não apenas face à possível hostilidade dos indígenas, como contra a ameaça de franceses, ingleses e espanhóis; assegurar as condições de desenvolvimento económico.

A primeira capitania a receber carta de doação foi a de Pernambuco (também referida como Nova Lusitânia), tendo o seu foral – o documento onde se fixavam os direitos, foros e tributos que cabiam ao rei e ao capitão donatário – servido de modelo para as restantes capitanias. Dentro deste esque-

ma administrativo, Pernambuco tornou-se a mais próspera de todas as capitanias donatárias, muito graças ao rentável negócio açucareiro que, mais tarde, atrairia a cobiça da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, levando-a a conquistar uma grande parte do leste deste território, dando origem à colónia da Nova Holanda (1630-1654) cuja capital, *Mauritsstad*, correspondia à cidade do Recife.

A reforma político administrativa pombalina pensada para os territórios ultramarinos, iniciada em meados do século XVIII, passou pela extinção das capitanias hereditárias e, em sua substituição, foram criadas as capitanias-gerais, cujo governador era nomeado pela administração central. Neste contexto, à Capitania-Geral do Pernambuco foram anexadas as Capitanias da Paraíba e do Ceará, sendo este o território que foi registado na *Carta topografica, a onde se compreendem as capitanias de que se*



compõem ao prezente o governo de Pernambuco, da autoria de José Gonçalves da Fonseca, datado de 1766: “na barra do Sutuhuba tem princípio o Governo de Pernambuco; e finda na Carunhenha (Carinhanha), que desagua no Rio de S. Francisco”.

Trata-se de um documento cartográfico e iconográfico, cuidadosamente decorado, uma vez que deve ter sido uma oferta, tal como se pode inferir pela leitura da extensa dedicatória a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769), irmão do Marquês de Pombal, governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759) e Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar (1760-1769), reconhecendo-se o seu papel na expansão e desenvolvimento deste espaço brasileiro.

O mapa é encimado pelas Armas de Portugal e um listel com a legenda em latim *Et elegi eos in messoribus meos in terris longinquis* (“e eu os escolhi como meus ceifeiros nos países distantes”).

Na parte inferior do documento, o autor desenhou uma vista do Recife, cujo título *Configuração da Vila de S. António do Recife, observada do Sul para Norte*, se encontra inserto numa cartela barroca, que um querubim enquadra. Na vila, foram numerados e identificados 32 lugares, edifícios e embarcações que se podem observar na perspetiva apresentada.

O autor, José Gonçalves da Fonseca, que desempenhava o cargo de Secretário do Governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, era um experiente cartógrafo, sendo o seu trabalho mais conhecido a *Carta Hydrografica em que se descreve as origens de vários e grandes Rios da América Meridional Portuguesa e muito especialmente o nascimento do Rio da Madeira e os rumos da sua direcção*, que terminou em 1750, após ter participado na expedição preparada no ano anterior, pelo Capitão-Mor do Grão Pará e Mato Grosso – Francisco Pedro de Mendonça Gorjão –, com o intuito de determinar as condições de navegabilidade do rio Madeira até ao Mato Grosso e da qual também deixou um pormenorizado relato (Almeida, 2009, p. 215-235).

Mappa geografico da provincia de Mato Grosso, post. 1780.

A expansão territorial do Brasil, a exploração económica e a fixação das suas fronteiras terrestres, foi um processo que se consolidou no decorrer da segunda metade do século XVIII, muito devido à política ultramarina pombalina.

Para além dos conflitos bélicos, também a diplomacia se revelou essencial para a definição dos limites da então América Portuguesa, ao forjar os tratados que regularam as relações entre as duas potências coloniais ibéricas. O centro desta ação política residia no governo das capitânias-gerais, cabendo a cada capitão-geral a função de ocupar, povoar, desenvolver e defender o território sob sua jurisdição, não só externamente como internamente

Entre todas, a Capitania do Mato Grosso constitui um exemplo paradigmático da administração colonial pombalina,

porquanto a definição dos seus limites representava a expansão do território brasileiro para leste. Neste sentido, desde a assinatura do Tratado de Madrid (1750), os vários capitães-gerais fizeram amplo uso de mapas, como instrumentos de apoio à governação e administração territorial, fosse no planeamento de novos núcleos de povoamento, na planificação de obras de fortificação ou, simplesmente, enquanto documentos de referência geográfica, ou política (Garcia, 2002).

A versão original do *Mappa geografico da provincia de Mato Grosso* terá sido composta sob orientação do capitão-geral Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797). Do fundo do mapa, destaca-se a extensa e densa rede hidrográfica, cujos cursos de água estão devidamente identificados, assim como várias das ilhas e lagos figurados. O conhecimento das

principais características fluviais era absolutamente estratégico, pois o abastecimento e o escoamento da produção da província dependiam da navegação dos rios. Um dos itinerários mais importante era aquele que ligava Vila Bela (capital provincial) e Cuiabá, a Belém, na Capitania do Grão-Pará, através dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira (Silva, 2018). Assim, era crucial localizar e identificar todos os obstáculos à navegação, como por exemplo as 17 cachoeiras localizadas no rio Madeira.

Sobre os aspetos físicos do território, para além da informação relativa aos rios, o mapa revela dados sobre o relevo, desenhado em perspectiva, definindo as cabeceiras e a divisória natural das bacias hidrográficas; sobre o coberto vegetal, figurado por pequenas manchas de vegetação dispersas por todo o território representado; e assinala uma área identificada como “Inundação” nas margens do rio Paraguai e que corresponde ao “Pantanal”.

Do ponto de vista da geografia política, a Capitania ou “Província de Mato Grosso” como foi identificada no título, foi cartografada no contexto das suas confrontações internas, com as capitanias do Grão-Pará, Goiás e São Paulo, bem como em relação aos espaços do Império espanhol, incluindo os limites com o Governo do Rio Negro e as províncias de Mochos e Chiquitos.

A ocupação do território é observável pela figuração dos núcleos de povoamento que se situam, quase sempre na margem dos principais rios navegáveis, ao longo dos itinerários terrestres que cruzavam o interior da província ou que a ligam ao território das Missões de Chiquitos e pela indicação do topónimo “Santo António dos Guarajus”, onde se localizava uma importante área de mineração aurífera. O domínio político e militar é transmitido pela presença dos fortes portugueses (Príncipe da Beira e Coimbra) e espanhol (Borbón).

O mapa completa-se com um quadro de “latitudes, e longitudes dos lugares mais notáveis deste Mappa Geographi-

co, observadas pelos Astronomos Portuguezes que desde o ano de 1780 foraõ empregados nas Demarcações, e limites”. Estes técnicos eram Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1798) e António Pires da Silva Pontes que, conjuntamente com os oficiais Ricardo Francisco de Almeida Serra (1748-1809) e Joaquim José Ferreira (1750-1822), participaram na denominada “Terceira Partida de Demarcação de Limites do Brasil”, organizada na sequência da assinatura do tratado de Santo Ildefonso, em 1777 (Ferreira, 2007).

Num ofício escrito por Marino Miguel Franzini (1779-1861), diretor do Real Arquivo Militar de Lisboa, dirigido ao Comandante do Real Corpo de Engenheiros, general Manuel de Sousa Ramos (1746-1832), datado de 22 de setembro de 1823, informava-se que “(...) igualmente se está copiando huma Carta em grande escala da capitania do Matto grosso, que da mesma maneira me confiou o Snr. Brigadeiro Rapozo, cujas aquisições reputo mui importantes para o aperfeiçoamento da Carta Geral do Reino do Brazil” (Caixaria, 2013, vol. II, p. 97-98). Tratava-se do oficial do Real Corpo de Engenheiros, Francisco António Raposo (1761-1835), que deixou ampla obra cartográfica e de fortificação, incluindo vários trabalhos que realizou durante a campanha de Montevideu (1816-1823), integrando a Divisão dos Voluntários Reais de El-Rei. O GEAEM-DIE possui, igualmente, uma versão em papel oleado (em 30 folhas coladas) que deve corresponder ao borrão/cópia preparatória da versão final (documento sob a cota 4574-3-38-52).

Uma cópia deste mapa encontra-se na Biblioteca Nacional de França (Département Cartes et Plans, GE C-5081) e numa anotação manuscrita é possível constatar que foi usada no âmbito da “Comissão Rondon”, um dos agrupamentos expedicionários estabelecidos pelo governo brasileiro a partir de 1890, com o intuito de reconhecer e ocupar as áreas fronteiriças do Brasil ainda por desbravar.

Novo mappa da capitania de Minas Geraes **Guilherme Barão d' Eschwege, 1821**

Nos finais do século XVII, por ação de alguns bandeirantes e sertanistas, foram descobertas no interior da então Capitania de São Vicente, importantes ocorrências minerais de ouro e de prata que, rapidamente atraíram novos colonos e povoadores para o sertão, à procura de novas oportunidades. Muito naturalmente, a Coroa portuguesa procurou assumir o controlo da crescente atividade de mineração e garimpo aurífero, que já originara importantes conflitos, como a denominada “Guerra dos Emboabas” entre 1707 e 1709.

Assim, uma das primeiras medidas adotadas pela administração Central foi o de integrar este espaço na recém-formada Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (extinguindo-se as de Santana e de São Vicente), incumbindo o seu primeiro governador, António de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725), não só de pacificar o território e restabelecer a autoridade da Coroa, como o de o organizar e desenvolver, tendo, para tal, fundado as primeiras vilas, o que atesta a existência de uma grande vitalidade demográfica e económica, condição que se manteria ao longo dos

mandatos dos governadores que lhe sucederam.

Nesta sequência, em 1720, a região das “Minas” foi elevada à categoria de Capitania de Minas Gerais – separando-se da de São Paulo –, com a capital em Vila Rica (atual Ouro Preto), nome revelador da sua enorme riqueza. Contudo, tal não contribuiu somente para o florescimento da nova Capitania, como a condenou a frequentes conflitos sociais e políticos, envolvendo a população local e as autoridades coloniais.

Dadas as suas características naturais, a posse e a ocupação do território mineiro foram consideradas estratégicas e prioritárias, pelo que, desde cedo, foi registado em representações cartográficas, primeiro, pelo contributo dos bandeirantes e dos sertanistas que legaram um conjunto de mapas onde, em traços simples, se fixaram as características gerais do território (Oliveira, 2013; Rodrigues, 2017); depois, por ação dos administradores coloniais, recorrendo a pessoal técnico especializado, nomeadamente engenheiros militares e outros oficiais desempenhando estas funções – entre os quais se destaca, pelos mapas



produzidos, José Joaquim da Rocha (c. 1740-1807) –, capazes de representar o território de acordo com os mais recentes métodos científicos, para fins de administração pública e de controlo do contrabando, mas incorporando, muitas vezes, a informação recolhida pelos sertanistas, exploradores ou missionários (Moura, 2021). A partir da segunda metade do século XVIII, uma das preocupações dos governadores foi a de fixar com rigor os limites administrativos da capitania (Costa, 2011).

Nos arquivos consultados, foi possível identificar três mapas da Capitania das Minas Gerais todos elaborados nas primeiras décadas do século XIX. Esta maior atenção por parte das autoridades pode ter estado relacionada com os acontecimentos da denominada “Inconfidência Mineira”, ocorrida em 1789, um movimento de inspiração republicana e de cariz separatista, motivado pela cobrança de impostos (“derrama”) por parte dos agentes da Coroa portuguesa.

O *Mappa topografico e hidrografico da capitania de Minas Geraes* (nº 15), de autoria desconhecida, terá servido de protótipo à *Carta geographica da capitania de Minas Geraes*, 1804 (nº 16, atribuída ao funcionário da Intendência dos Diamantes, Caetano Luís de Miranda (ca. 1774-1837), ainda que este exemplar corresponda a uma das suas conhecidas cópias, neste caso elaborada pelo Alferes Albino Mariano dos Santos Pereira, em 1811 (Santos, Cintra e Seabra, 2012).

O terceiro exemplar corresponde ao conhecido *Novo mappa da capitania de Minas Geraes*, da autoria do prussiano barão de Eschwege, datado de 1821. Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), militar e engenheiro, foi contratado por iniciativa do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com o intuito de desenvolver os estudos de mineralogia e de metalurgia, bem como a indústria mineira, colaborando com José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) (Beier e Cintra, 2016, pp. 227-228).

Durante a sua estada em Portugal (1803-1809), ficou

responsável pelos serviços metalúrgicos das minas de ferro e fornos da Foz do Alge e procedeu a vários estudos de carácter mineralógico e geológico. Aquando da primeira invasão francesa foi integrado no Exército com o posto de Capitão. Em 1809, a pedido do Príncipe D. João, partiu para o Brasil para desempenhar as funções de Curador do Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro e Diretor-Geral e Inspetor das Minas de Ouro. Também aqui desenvolveu inúmeros estudos sobre a geologia, a mineralogia e a orografia brasileiras, sobretudo da Capitania de Minas Gerais. Permaneceu no Brasil até ao regresso da Corte à Europa, e foi já com a patente de Tenente-Coronel engenheiro que elaborou este mapa que, para além de se basear em obras cartográficas anteriores, incorpora muitas informações que resultaram das observações recolhidas diretamente no território ao longo de uma década (Neto, 2007).

Depois de uma breve ausência na Prússia, regressou a Portugal, em 1823, para ocupar o cargo de Intendente de Minas. No início de setembro desse ano, o oficial alemão entregou ao Arquivo Militar este mapa para aí ser copiado, ficando concluído no início do mês seguinte (Caixaria, 2013, vol. II, p.97).

O mapa fixa de forma pormenorizada a orografia e a hidrografia do território da Capitania das Minas Gerais. Sobre este ambiente natural foram assinalados os núcleos de povoamento devidamente categorizados e hierarquizados numa tipologia definida na legenda, interligados por itinerários bem definidos. A divisão interna em comarcas é indicada por cores diferentes e também se indicam os limites externos e as confrontações com as restantes capitanias.

No canto inferior esquerdo foi incluído um quadro estatístico demográfico da cada uma das cinco comarcas que compunham a capitania, indicando-se o número de habitantes, fogos, a dimensão em léguas quadradas e a densidade populacional. Na parte inferior, um gráfico colorido regista uma série de observações barométricas que o autor realizou durante as suas viagens.

Planta geographica do Estado Cis-Platino Jacinto Desidério Cony, 1822

O Estado Cisplatino que, grosso modo, corresponde ao atual Uruguai, foi a última parcela de território incorporado no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1821. Este acontecimento materializou uma antiga aspiração imperial portuguesa, a de estender os limites meridionais do Brasil até ao rio da Prata, ao mesmo tempo que oficializava a ocupação do território que, na prática, já ocorria desde 1816-1817..

A presença portuguesa na margem esquerda do estuário do Prata remonta à fundação da Colónia do Santíssimo Sacramento, em 1680. Desde então, inúmeras disputas políticas, diplomáticas e militares ocorreram entre Portugal e a Espanha, no sentido de assegurarem o domínio deste ponto estratégico para o comércio na costa atlântica sul-americana. Se a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777) havia resolvido estes diferendos ao atribuir a soberania da colónia a Espanha, os acontecimentos políticos ocorridos na Europa, no início do século XIX, alteraram a situação.

Pouco depois da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, Napoleão, invadindo a Península Ibérica e ocupando Madrid, forçou a abdicação do rei de Espanha, substituindo-o pelo seu irmão mais velho, José Bonaparte. Toda a instabilidade causada pela Guerra Peninsular (1807-1814) foi

aproveitada por alguns grupos da sociedade colonial do Vice-Reino do Rio da Prata para quebrarem o Pacto Colonial e procurarem obter vantagens, ou através de uma solução autonómica ou pela independência, o que originou um conflito com características de guerra civil (Curado, 2008, pp. 19-30).

Muito naturalmente, toda esta agitação na fronteira sul do Brasil era vista com preocupação pelo Governo português, recentemente estabelecido no Rio de Janeiro. Assim, em 1811, o Príncipe Regente D. João decide intervir militarmente em defesa da causa Bourbon, a pedido das autoridades de Montevideu, fiéis a Espanha. Contudo, face ao armistício assinado no ano seguinte, as tropas portuguesas foram desmobilizadas e regressaram aos seus quartéis, ainda que a situação política e militar se mantivesse instável.

Foi somente depois da restauração de Fernando VII como monarca absoluto de Espanha que a Corte portuguesa retomou o projeto de ocupar aquele território fronteiriço. Assim, em 1816, foi preparada uma expedição conduzida pela “Divisão de Voluntários Reais”, constituída por muitos veteranos da Guerra Peninsular e liderada pelo General Carlos Frederico Lecor (1764-1836), que conquistou e ocupou as principais cidades e portos, nomeadamente Montevideu, em 1817, embora o domínio definitivo da província só fosse estabelecido após a derrota completa das forças opositoras na batalha de Tacuarembó (1820).



Lecor tornou-se o governador desta província e foi agraciado por D. João VI com o título de Barão de Laguna, em 1818.

De forma a oficializar a ocupação territorial, foram organizadas umas “Cortes extraordinárias” – denominadas de “Congresso Cisplatino” –, formadas por deputados representantes da antiga província da Banda Oriental que, em 31 de julho de 1821, aprovaram, por unanimidade, a sua incorporação no domínio do Brasil, com a designação de “Estado Cisplatino” (Ferreira, 2009).

Após a proclamação da Independência do Brasil, Lecor declara o seu apoio ao Imperador Pedro I, enquanto uma parte significativa da Divisão, agora liderada pelo Brigadeiro Álvaro da Costa de Sousa de Macedo (1789-1835), se mantém fiel às Cortes portuguesas saídas da Revolução Liberal de 1820, somente abandonando o território em março 1824, constituindo a última presença militar portuguesa no Brasil.

Foi neste contexto de guerra civil “luso-brasiliense” que, em 16 de agosto de 1822, a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra remeteu ao Arquivo Militar uma série de mapas e plantas referentes ao Estado Cisplatino – entre os quais, este exemplar –, para aí serem copiados.

O autor deste mapa foi o engenheiro militar Jacinto Desidério Cony (1777-1833), descendente de uma família francesa radicada em Lisboa. Deve ter acompanhado o séquito real aquando da sua transferência para o Rio de Janeiro, pois pelo decreto datado de 8 de abril de 1808, o então capitão engenheiro Cony, foi empregado no recém-criado Arquivo Militar do Rio de Janeiro. No Brasil dirigiu várias obras de fortificação e acompanhou as incursões portuguesas ao território cisplatino, onde levantou vários mapas e plantas.

Esta imagem cartográfica, para além das informações gerais sobre orografia, hidrografia, povoamento, rede viária e limites de províncias, também figura “os postos ocupados pelas tropas no princípio do ano de 1822”.

Carta marítima, e geographica da capitania do Ceará Antônio José da Silva Paulet, 1817

Localizada no Nordeste do Brasil, a Capitania do Ceará durante o período colonial esteve subordinada primeiro, à Capitania do Maranhão e, depois, à de Pernambuco, para além de ter conhecido um período intercalado de domínio colonial neerlandês (1637-1654), pelo que, só muito tardiamente alcançou a sua autonomia administrativa (1799).

Entre os vários Governadores-Gerais desta Capitania destaca-se o nome de Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire (1778-1856), que desempenhou o cargo entre 1812 e 1820, pela sua ação em favor do desenvolvimento económico e social do território, através de uma política de construção de obras públicas e de evolução urbana, nomeadamente da capital, a então vila de Fortaleza.

Para a concretização desta política, muito contribuiu o trabalho cartográfico da autoria do seu Ajudante de Ordens, o Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros, António José da Silva Paulet (1777-1837). Este oficial chegou ao Brasil integrado na comitiva que transportou a Corte portuguesa, tendo sido nomeado Governador das Armas do Ceará em 1821; de regresso à metrópole, foi colocado na cidade do Porto onde, já com a patente de Coronel (obtida em 1817), desempenhou as funções de Governador-interino do Castelo de São João da Foz do Douro e de Diretor das Obras da Barra e Cais do Douro.

Sendo um entusiasta defensor do Liberalismo, participou na malograda sublevação militar contra o regime absolutista de D. Miguel, ocorrida entre maio e julho de 1828, (conhecida como “Belfastada”), ocupando o cargo de Secretário da Junta Liberal. Durante o “Cercos do Porto” (1832-1833), em plena Guerra Civil, foi graduado em Brigadeiro e nomeado Comandante Geral do Real Corpo de Engenheiros.

Logo após a sua chegada ao Ceará, Paulet foi incumbido de cartografar o litoral da Capitania o que deixaria registado na sua *Carta da Capitania do Ceará e costa correspondente*, de 1813. Para além deste trabalho, também procedeu ao reconhecimento das sondagens do porto de Fortaleza, elaborou um plano de urbanização da vila e projetou as obras da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, sobre as quais também deixou registo cartográfico (Neto, 2010a e 2010b).

Em 1816, o governador Sampaio e Pina solicitou-lhe um mapa de toda a capitania, trabalho que concluiu no ano seguinte, com o título de *Carta Marítima e Geographica da Capitania do Ceará*. Em 1818, compôs uma nova versão do mapa, intitulada apenas de *Carta da Capitania do Ceará* (Jucá Neto e Beserra, 2021, pp. 28-29).

O autor terá tido conhecimento dos levantamentos elaborados pelos engenheiros militares que o antecederam nestas



funções, mas completou-os com informações que recolheu por observação direta. O mapa apresenta as características comuns aos mapas provinciais elaborados por técnicos militares nesta época: sob um fundo natural composto pela hidrografia e a orografia, o autor destaca os limites territoriais do Ceará, assinalando as capitanias confinantes, mas também marca a divisão administrativa interna, desenhando os limites dos termos de cada uma das respectivas vilas.

A rede urbana, com os seus núcleos, estrutura a rede viária principal. Para completar a leitura do território, o autor acrescentou uma janela no canto inferior direito do mapa, com uma planta do porto e da malha urbana de Fortaleza, onde se destaca a cuidada representação dos baixios, dos recifes e respectivas sondas, bem como a fortaleza e o forte que protegem a capital. O exemplar que se encontra no GEAEM-DIE, corresponde a uma cópia realizada no Arquivo Militar, iniciada em dezembro de 1823, tendo o protótipo sido entregue pelo barão de Eschwege (Caixaria, 2013, vol II, p. 355).

Parte da província de Rio Grande de S. Pedro, [1823]

Ao longo do século XVIII, a definição dos limites meridionais do Brasil constituiu um objetivo político prioritário por parte das duas monarquias ibéricas, uma vez que o Tratado de Tordesilhas não era suficientemente explícito para permitir uma demarcação clara dos espaços sul americanos. O desejo de expansão territorial até à margem esquerda do estuário do Rio da Prata, por parte de Portugal, e a ocupação de toda a Banda Oriental do rio Uruguai, por parte de Espanha, originou uma área fronteiriça motivadora de inúmeras contendas políticas e diplomáticas e de conflitos militares.

O estabelecimento português da Colónia do Santíssimo Sacramento, na margem setentrional do Prata, em frente a Bueno Aires (1680), contou com a forte oposição por parte de Espanha que, desde o início, procurou impedir a fixação de colonos portugueses neste território, tendo mesmo chegado a apoderar-se da colónia em diversas ocasiões, em particular, aquando da Guerra da Sucessão de Espanha (1704-1715), embora a soberania portuguesa fosse restabelecida pelo Tratado de Utreque (1715).

Em 1735, os dois reinos ibéricos viveram, de novo, sob o espetro da guerra. Se na Península Ibérica o conflito não eclodiu,

no estuário do Prata o antigo conflito reacendeu-se e D. João V enviou uma poderosa força naval comandada pelo Brigadeiro José da Silva Pais (1679-1760), que alimentou uma campanha que se estendeu até 1737, tendo como pano de fundo a defesa da Colónia de Sacramento e a possibilidade do estabelecimento de novos assentamentos portugueses na região, nomeadamente Montevideu e Maldonado.

Dada a impossibilidade de concretização deste último desígnio, a armada portuguesa aportou na barra da Lagoa dos Patos (o “Rio Grande”), onde fundou um assentamento e mandou erigir o Forte Jesus, Maria e José que, mais tarde, daria origem à vila do Rio Grande do Sul, foco da ocupação e colonização do território do “Rio Grande de São Pedro”, elevado à categoria de Capitania (ainda que subordinada à do Rio de Janeiro), em 1760. Deste modo, a presença portuguesa avançou mais umas centenas de quilómetros para Sul, aproximando-se da foz do Prata e ocupando um ponto estratégico para controlo das comunicações terrestres e marítimas entre Laguna e a Colónia do Sacramento. O mapa intitulado *Demonstração do R.o da Prata e R.o Gr.e de S. Pedro e Lagoa de Merim* (nº 32), dá conta destes acontecimentos e

mostra com maior detalhe as baías de Montevideu e Maldonado, assim como a entrada do Rio Grande.

Pela assinatura do Tratado de Madrid (1750), a área da capitania deveria ser ampliada pela inclusão do território dos Sete Povos das Missões, por permuta com a Colônia do Sacramento. Contudo, a situação política e militar complicou-se e a Guerra Guaranítica (1753-1756) – conflito que opôs forças luso-espanholas aos índios Guaranis, que se recusavam a abandonar a região –, impediu que o Tratado de Madrid fosse plenamente efetivado, pelo que, a assinatura do Tratado de El Pardo (1761), anulava todas as disposições e obrigava a retomar a situação imposta pelo Tratado de Tordesilhas.

Nesse momento, aproveitando o contexto da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que também opôs Portugal a Espanha na denominada Guerra Fantástica (1762-1763), Pedro de Cevallos (1715-1778), governador da Província de Buenos Aires, invadiu e conquistou grande parte do território da capitania, incluindo a vila do Rio Grande do Sul. Ainda que não tenha sido esboçada nenhuma reação imediata, as autoridades portuguesas não abandonaram a sua velha pretensão sobre este espaço.

Assim, em 1776, uma expedição militar sob o comando do Tenente-General João Henrique (Johann Heinrich) Böhn (1708-1783), recuperou Rio Grande do Sul. Contudo, o contra-ataque espanhol, no ano seguinte, novamente sob a liderança de Pedro de Cevallos, revelou-se contundente: os militares espanhóis apoderaram-se da ilha de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento e preparavam-se para ameaçar Rio Grande.

O Tratado preliminar de Paz de Santo Ildefonso (1777) restituiu a Portugal a ilha de Santa Catarina e deu-lhe a posse definitiva do território do Rio Grande de São Pedro, mas não a dos Sete Povos das Missões que permaneceram sob soberania espanhola, assim como a Colônia de Sacramento.

No entanto, as vicissitudes político-militares ainda não

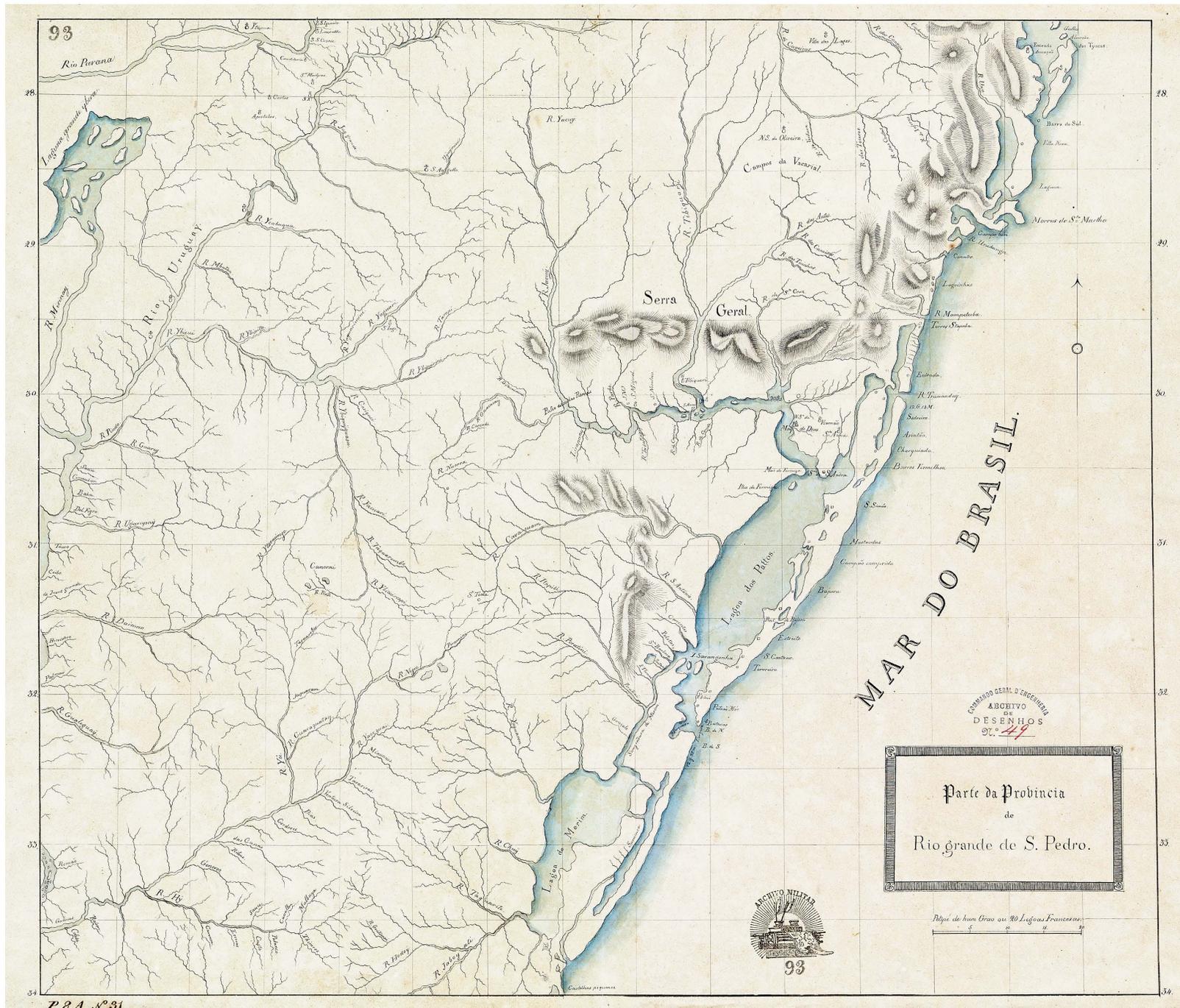
estavam terminadas. Em 1801, no contexto da Guerra das Laranjas – materializada numa invasão franco-espanhola a Portugal – as autoridades militares do Rio Grande de São Pedro aproveitaram o momento para conquistarem o território das Missões, validado pelo Tratado de Paz de Badajoz, de 1801 (Amaral, 2004, pp.83-110).

Estava consolidada, finalmente, a formação territorial desta parte do Brasil meridional. Como corolário deste processo, foi elevada à categoria de Capitania-Geral, em 1807, com a designação de Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e, mais tarde, Província do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1821).

Desde cedo, para além dos motivos decorrentes dos assuntos estritamente militares, também as comissões mistas demarcadoras das fronteiras contribuíram para a necessidade de se proceder ao reconhecimento cartográfico deste território, a diferentes escalas. A título de exemplo, bastaria recordar o papel particularmente ativo de José Custódio de Sá e Faria (Gama, 2021).

O mapa intitulado *Parte da provincia de Rio Grande de S. Pedro* é muito detalhado na figuração da rede hidrográfica, assim como na identificação dos diferentes cursos de água. A orografia foi representada por uma espécie de “normais” e apenas a “serra Geral” foi identificada. O número de topónimos inscritos não é elevado e, na sua maioria, localizam-se na costa; o autor utilizou uma simbologia própria para representar as povoações e os fortes, mas nenhuma legenda foi adicionada. Em todo o caso, infere-se uma leitura militar do território, cuja atenção estava voltada para uma perspetiva de defesa do litoral e menos para a ocupação do interior.

O protótipo deste mapa estava na posse do Barão de Eschwege que, a 10 de novembro de 1823, o entregou no Real Arquivo Militar, em Lisboa, para aí ser copiado (Caixaria, 2013, p. 355). Este pedido podia estar relacionado com a preparação de uma expedição militar a ser enviada ao Brasil.



Carta geographica da provincia do Rio de Janeiro, 1823

Em meados do século XVI, o domínio português sobre o litoral da região do Rio de Janeiro ainda não estava assegurado, sendo alvo de disputa por parte de outras nações europeias, primeiramente de Espanha e, logo depois, de França, para além da frequente ameaça de corsários e de piratas.

Efetivamente, entre 1555 e 1567, uma expedição naval francesa, liderada por Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571), conseguiu estabelecer uma colónia na Baía de Guanabara, que ficaria conhecida como “França Antártica”. Após uma primei-

ra expedição militar, que logrou expulsar os franceses do litoral, a Coroa portuguesa fundou um núcleo de povoamento permanente, em 1565, com a designação de São Sebastião do Rio de Janeiro e, dois anos mais tarde, seria criada a Capitania do Rio de Janeiro, por desagregação de uma parte do norte da Capitania de São Vicente.

Todavia, a presença francesa só seria definitivamente erradicada em 1575, após a denominada Guerra de Cabo Frio, ainda que as incursões francesas ao Rio de Janeiro tenham conhecido,

muito posteriormente, mais dois episódios. Em agosto de 1710, no contexto da Guerra de Sucessão de Espanha (1703-1715), a França, enviou uma expedição corsária, liderada por Jean-François Duclerc (?-1711), que acabou por fracassar, mas, um ano depois, em setembro de 1711, uma segunda expedição foi preparada, agora sob comando de René Duguay-Trouin (1673-1736), que conseguiu obter um precioso saque que transportou para França.

Nesta época, o Rio de Janeiro já era a maior cidade do Brasil e a sua importância aumentava cada vez mais, à medida que se intensificava a exploração das minas de ouro e de diamantes em Minas Gerais, cuja produção era escoada pelo seu porto, através do denominado “Caminho Novo”. Por esta razão, em 1763, o Secretário de Estado do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, (1699-1782), decide transferir a capital do Estado do Brasil de Salvador para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Este engrandecimento aumentou com a chegada da Corte portuguesa (1808). A partir de 1815 e até 1821, a cidade foi capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Neste contexto foi elaborada a *Carta geographica da provincia do Rio de Janeiro*, cujas características gerais correspondem ao modelo de cartografia provincial/regional, para fins administrativos, em uso na época. A menção de província, reflete a mudança sociopolítica imposta pela Revolução Liberal do Porto (1820), e decorre da reforma administrativa decidida pelas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, em fevereiro de 1821, que substituiu o sistema de capitânias pelo provincial.

Além deste exemplar à guarda do Exército português, conhece-se uma outra cópia, conservada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Apesar de anónimos, são os melhores mapas desta região realizados durante o período colonial (Menezes et al., 2016). Uma nota de um registo do Arquivo Militar de Lisboa, datado de 30 de junho de 1822, refere que, a instâncias da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra “... se receba

do Marechal de Campo Carlos Frederico de Caula, a carta da Provincia do Rio de Janeiro, o Plano das principais Fortalezas daquele Porto, Costa e Sondas da vasta Bahia (...) a fim de que no mesmo Archivo se proceda a tirar copias, para ficarem ali depositadas...” (Caixaria, 2013, vol. II, p. 56).

Carlos Frederico Bernardo de Caula (1765 – 1835), foi o 1º Visconde de Elvas, era engenheiro militar tendo sido promovido ao posto de Marechal de Campo do Exército português (1821). A sua atuação destaca-se tanto no campo da Geodesia como no da Cartografia, pois, nos finais do século XVIII, foi um dos oficiais responsáveis pelos trabalhos de Triangulação Geral do Reino, com o intuito de servir de suporte ao levantamento da Carta Geral do Reino de Portugal (Dias, 2003, pp. 383-396).

Aquando da Guerra Peninsular (1807-1814) manteve um papel ativo e decisivo, tanto nos levantamentos topográficos que estiveram na origem da construção das linhas de defesa de Lisboa (Linhas de Torres Vedras), como no desenvolvimento da “telegrafia visual terrestre”, um sistema de semáforos que se revelou útil para as transmissões militares durante o conflito.

Em 1815 foi chamado por D. João VI ao Brasil, sendo nomeado Governador das Armas da Corte e Província do Rio de Janeiro (1821) e, já depois do regresso da Corte a Lisboa, foi apontado Ministro da Guerra do então regente, o Príncipe D. Pedro, cargo que desempenhou entre fevereiro de 1821 e janeiro de 1822, abandonando-o após o “Dia do Fico” e apressando o seu regresso a Portugal, ocorrido nos princípios de maio desse ano.

Para a elaboração deste mapa, Caula deve ter recorrido a exemplares anteriores, como o mapa nº 22, sem autoria atribuída, mas datado de 1767, dois anos após a elevação do Rio de Janeiro a capital do Brasil. Atendendo à sua vasta experiência e competências profissionais, bem como a observações topográficas, este oficial compôs um mapa mais moderno, verdadeiro instrumento de administração.

Carta geral da provincia do Maranhão, Antonio Bernardino Pereira do Lago, 1822-1823

Não obstante ter sido criada como capitania hereditária no século XVI, o Maranhão só recebeu uma maior atenção por parte das autoridades portuguesas na sequência dos esforços desenvolvidos no sentido de erradicar mais uma tentativa francesa de estabelecer uma colônia nesta parte da América do Sul – a França Equinocial (1612-1615). Assim, em 1621, a Coroa criou o Estado do Maranhão, abrangendo a maior parte do norte da América portuguesa, distinto do Estado do Brasil, formado pelas capitânias localizadas na parte sul.

Em meados do século XVII, após a expulsão dos neerlandeses do nordeste brasileiro, o Estado do Maranhão passou a ser designado de Estado do Maranhão e Grão-Pará. Um século mais tarde, já durante a administração pombalina (1751), refletindo a sua importância estratégica no domínio das rotas de navegação atlânticas, em direção a Lisboa, e fluviais, para o interior do continente, o seu nome sofre nova alteração, passando a designar-se de Estado do Grão-Pará e Maranhão, ocorrendo ainda a transferência da sua capital de São Luís para Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Uma nova alteração ocorreu em 1772, com a divisão entre o Estado do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís, e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém (Silva, s/d, pp. 2-6).

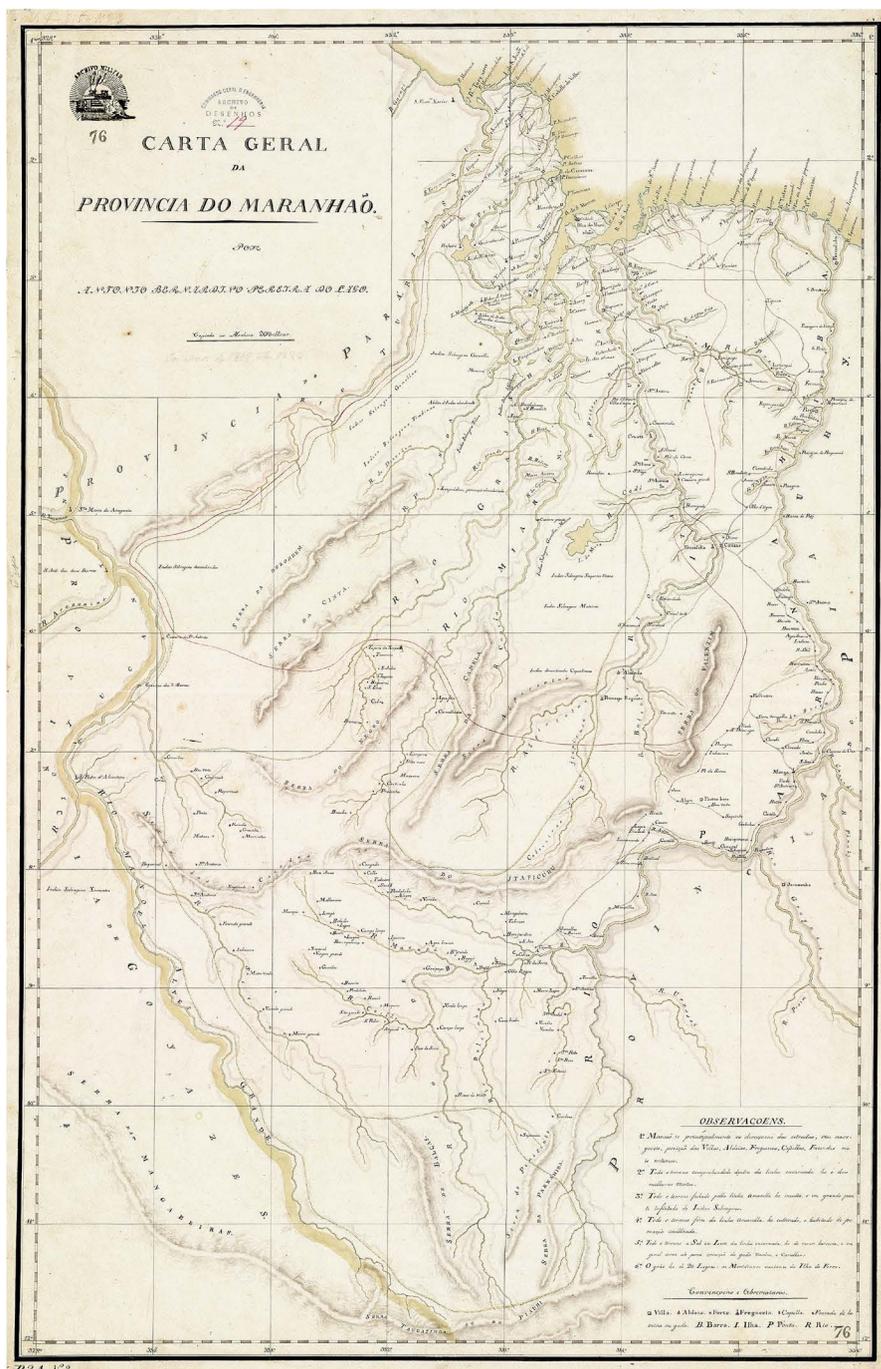
Na segunda metade do século XVIII, as necessidades decorrentes da nova administração colonial e dos tratados de fronteiras (Madrid, 1750 e Santo Ildefonso/Pardo, 1777-1778), fizeram aumentar a produção cartográfica sobre estes territórios, enquanto nas primeiras décadas do século XIX, o processo de

definição dos limites entre as capitânias de Goiás e do Maranhão (Mendes, 1852), na atual região de Carolina (anteriormente São Pedro de Alcântara), exigiu novos e mais atualizados mapas, como o *Mappa Geographico da Capitania do Maranhão*, elaborado pelo oficial do exército Francisco de Paula Ribeiro (?-1823), em 1819, acompanhado de um Roteiro.

O exemplar da *Carta geral da provincia do Maranhão* que aqui se analisa, corresponde a uma cópia elaborada no Arquivo Militar, em Lisboa, a pedido da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra em agosto de 1822. Sabe-se, no entanto, que em março do ano seguinte, ainda não estava terminada (Caixaria, 2013, vol. II, p. 56), o que é confirmado pela indicação inscrita no mapa, a lápis, indicando “Por anos de 1822 e 1823”.

De uma forma geral, o documento apresenta as características comuns aos mapas provinciais da época: uma particular atenção foi colocada na figuração da rede hidrográfica (na legenda explica-se o significado de algumas letras: “B. Barra; I. Ilha; P. Ponta; R. Rio”), e da orografia, que fornecem o quadro natural onde se estabeleceram os núcleos de povoamento ou de ocupação humana, classificados em vilas, aldeias, fortes, freguesias, capelas, fazendas de lavoura ou gado, ligados por alguns itinerários terrestres, mais concentrados no litoral.

Para além desta informação, o autor fornece indicações preciosas relativamente à ocupação do solo, do ponto de vista da sua exploração económica, localizando os terrenos mais férteis, os mais adequados para a criação de gado e assinalando o terreno “...inculto, e em grande parte infestado de Indios Selvagens”.



Sobre o seu autor, António Bernardino Pereira do Lago (1777-1847), sabe-se que, depois de ter cursado Direito na Universidade de Coimbra, concluiu o curso da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, ingressando no Real Corpo de Engenheiros, em 1804. Em 1822 detinha o posto de coronel e reformou-se no posto de Brigadeiro. Depois de ter servido no Maranhão, regressou a Portugal, talvez nos primeiros meses de 1822, sendo um defensor do liberalismo, no decurso da Guerra Civil portuguesa (1828-1834) e esteve exilado, entre 1828 e 1833 (Dias, 2022).

O autor assinou diversos trabalhos, cartográficos e outros, que comprovam que possuía um conhecimento completo desta província (Rodrigues, 1981). Em todo o caso, pelas características apresentadas, nomeadamente, a tipologia, organização e apresentação da informação, tudo indica que terá consultado fontes cartográficas e geográficas anteriores, tais como o *Roteiro e mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro*, de autoria de Sebastião Gomes da Silva Belford (1781-1825), editado em 1810 e o *Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e de Goiás*, no ano de 1815.

Embora este seu mapa tenha permanecido manuscrito e inédito, o mesmo não sucedeu relativamente a alguns mapas hidrográficos que elaborou, como o *Mapa da ilha de S. Luiz do Maranhão*, impresso na litografia do Arquivo Militar do Rio de Janeiro, em 1820 ou a *Nova carta reduzida da costa da Provincia do Maranhão por observações astronómicas e trigonometricas* (mapa nº 46), que foi gravada, impressa e editada em Liverpool, em 1821, numa versão bilingue que, seguramente, servia para apoio à navegação marítima, contendo inúmeras indicações de sondagens batimétricas, perfis da costa e coordenadas geográficas de algumas localidades costeiras. Inclui ainda duas janelas: o *Plano da Barra de S. Luiz do Maranhão* e a *Carta particular das duas Bahias, de S. Marcos e S. Joze, athe ao Rio Musquito, com a entrada do Porto e Ilha do S. Luiz do Maranhão*.

A definição dos limites

As fronteiras terrestres

Mapa geografico da 3a partida de divizoens q. compreende do Salto Grande do Parana the a boca do rio Jaurú onde se colocou hu marco de marmore em o dia 14 de Janeiro de 1754, [post. 1781].

A expansão territorial do Brasil, para além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas (1494), constituiu o maior desafio que Portugal enfrentou na América, sobretudo porque contou com uma forte oposição política, diplomática e militar por parte da Espanha, ciosa de garantir os seus direitos de posse sobre aqueles territórios.

Não obstante, o esforço conjugado de vontades individuais e coletivas, de técnicos, oficiais e administradores coloniais, bem como de colonos, aventureiros e exploradores (bandeirantes e sertanistas), permitiu concretizar de facto a plena ocupação de vastos territórios na Amazônia, no Mato-Grosso ou no Rio Grande.

Esta situação era geradora de forte tensão entre as duas coroas ibéricas, no entanto, só em meados do século XVIII se reuniram as condições para o estabelecimento de um tratado de

limites na América meridional, concretizado em 1750, aquando da assinatura do Tratado de Madrid. Este previa a aplicação de um conjunto de pressupostos: a aceitação do princípio do direito romano *uti possedetis*, ou seja, o reconhecimento de posse pela efetiva ocupação; privilegiar os elementos naturais, como rios e montanhas, para definir a fronteira, e onde tal não fosse possível, implantar marcos artificiais; possibilidade de efetuar trocas territoriais e formar duas Comissões Mistas de demarcação, uma para a fronteira norte e outra para a parte sul, sendo que, cada uma das Comissões foi subdividida em três partidas, responsáveis por um determinado segmento de fronteira a demarcar (Cruz, 2019).

No início da década de 1750, Portugal não dispunha de todos os meios para concluir esta enorme tarefa, pelo que houve necessidade de contratar técnicos qualificados estrangeiros

(astrónomos, engenheiros, geógrafos/cartógrafos, desenhadores, matemáticos, etc.), preferencialmente de origem italiana, alemã e francesa, perfazendo um total superior a uma centena de pessoas. Paralelamente, também se adquiriram instrumentos de apoio, como relógios, octantes, lunetas, telescópios, etc. (Almeida, 2001; Carvalho, 2019).

Contudo, as circunstâncias políticas na Europa rapidamente se alteraram e, mais uma vez, Portugal e Espanha se posicionaram em lados opostos do tabuleiro geopolítico – Guerra dos Sete Anos (1756-1763) –, anulando esta primeira tentativa de definição dos limites (Tratado de El Pardo, 1761). Na década seguinte, na sequência de uma situação de guerra declarada no sul do Brasil, um novo tratado foi assinado, prevendo nova demarcação de limites (Tratados de Santo Ildefonso e El Pardo, 1777-1778), mas de novo alterada pelo Tratado de Badajoz, de 1801.

Todo o processo negocial e, sobretudo, as diligências efetuadas para a efetivação dos tratados, nomeadamente, os reconhecimentos geo-topográficos para demarcação da fronteira, constituiu um verdadeira escola prática para a formação de pessoal técnico especializado, cujo saber e experiência adquirida foram úteis, décadas mais tarde, aquando das negociações para a definição da fronteira entre Portugal e Espanha (que culminou com a assinatura do Tratado de Lisboa, em 1864) assim como das possessões coloniais, em África, na sequência da Conferência de Berlim (1885).

O *Mapa geografico da 3a partida de divizoens*, que compreende o território entre os rios Paraguai e Paraná, sintetiza uma parte dos trabalhos desenvolvidos pela terceira partida da Comissão do Sul, à qual tinha sido atribuída a demarcação desde a boca do Igurei à do rio Jaurú (artigo VI do Tratado de Madrid). Esta partida foi liderada, do lado português, pelo então Sargento-Mor com exercício de engenheiro, José Custódio

de Sá e Faria (1710-1792), desempenhando a função de Primeiro Comissário, entre 1753 e 1755.

O mapa mostra o percurso seguido pelos demarcadores, desde a cidade do Paraguai (Assunção), de onde partiram no dia 26 de outubro de 1753, seguindo o percurso do rio Paraguai, indicando-se as etapas percorridas em cada dia, terminando os trabalhos no dia 9 de janeiro de 1754, culminando com a colocação de um “marco de mármore” na foz do rio Jaurú, cinco dias depois. A sul, a linha de fronteira prolongava-se entre o Grande Salto do Paraná e o rio Iguatemi que, àquele tempo, servia de marco natural entre o Brasil e o Paraguai.

A indicação manuscrita “está conforme”, certifica que o mapa corresponde a uma cópia realizada no Arquivo Militar. De facto, no GEAEM-DIE existe um exemplar copiado em papel oleado, cuja realização foi atribuída ao desenhador José Joaquim Freire (1760-1847), em data posterior a 1811 (ver exemplar com cota 4564/V-3-38-52). Refira-se ainda que, no arquivo da Casa da Ínsua, cujo núcleo cartográfico foi constituído pelo Capitão-Geral do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), existe um mapa semelhante (Garcia, 2002).

No entanto, todo este esforço revelou-se inglório: a norte, as partidas demarcatórias praticamente não avançaram e a sul, todo o trabalho foi anulado com a situação de guerra entre Portugal e Espanha, que decorreu no território do Rio Grande de São Pedro e que se estendeu entre 1763 e 1777, ano em que, pela assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, foi necessário preparar novas comissões mistas que, desta vez, seriam compostas, maioritariamente por oficiais e técnicos portugueses. Contudo, também esta tentativa não produziu resultados plenamente satisfatórios.

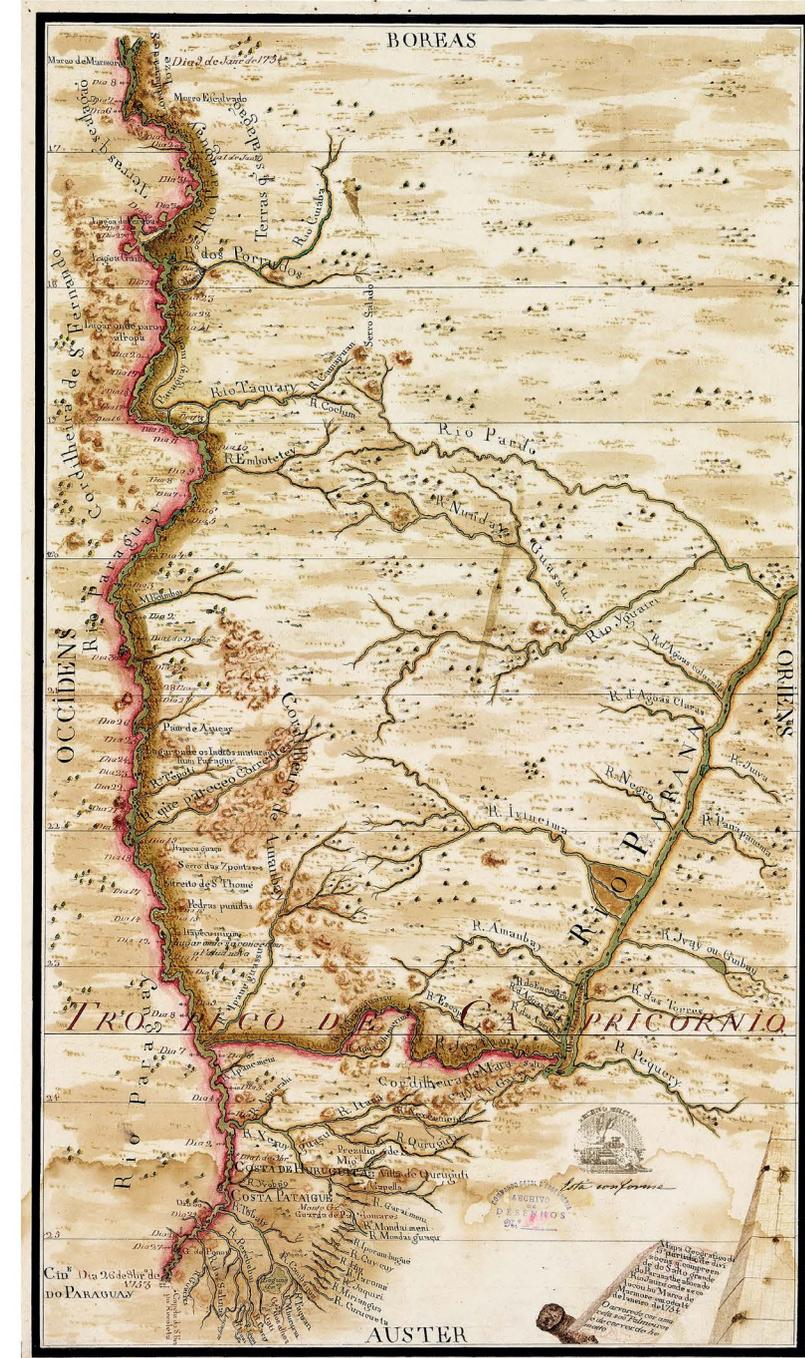
A denominada Guerra das Laranjas (1801), iniciada na Península Ibérica, foi aproveitada pelas autoridades portuguesas para recuperarem os territórios perdidos e os que, em 1750, tinham

sido atribuídos a Portugal, mas que nunca foram integrados na sua soberania, nomeadamente o território dos Sete Povos das Missões.

O *Mappa geographico de huma parte da America Meridional: desde a latitude de 27° 30' ate a barra do Rio da Prata o qual mostra o terreno que occupa os vassallos de S. Magestade Fidelissima pelas fronteiras do Rio Grande de S. Pedro*, que parece ser um borrão ou uma cópia realizada num momento posterior a este conflito, regista o momento em que a fronteira meridional do Brasil se estabeleceu em Castilhos Grandes (mapa nº 28).

Um novo acerto desta fronteira está patente no mapa *Planta do terreno contiguo á linha divisoria das capitánias do Rio Grande, e Monte Video, comprehendida entre o oceano, e o rio Uruguay*, ainda que deva ser considerada como uma proposta de linha divisória interna, dado que esta era uma fronteira fluída e mal conhecida (Reckziegel, 2015). De facto, a Banda Oriental/Província Cisplatina havia sido conquistada (1817) e integrada no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, precisamente em 1821. Deste modo, as autoridades procuravam adaptar este território a uma nova realidade sociopolítica que durou até à independência do Uruguai, em 1828.

A permanência de um elevado número de técnicos no Brasil, entre 1750 e 1823, permitiu aos Governadores-Generais requisitar os seus serviços para o desenvolvimento de obras públicas, mas também para procederem ao reconhecimento do território, elaborando mapas mais precisos, com especial interesse para a delimitação dos domínios de cada capitania/província. Os mapas nº 26, 27 e 29, constituem bons exemplos do contributo que estes militares deram para o desenvolvimento do conhecimento geográfico do interior do Brasil (Matos, 1939, pp. 3-19). Aqui se registam um conjunto de informações preciosas sobre o território, não apenas relativas às riquezas minerais, como também sobre os itinerários terrestres e a navegabilidade dos rios que asseguravam as comunicações desde o interior das capitánias.





A definição dos limites

A linha de costa

[Rio Grande de São Pedro], [post. 1776]

Os limites exteriores do Brasil, correspondentes à sua extensa linha de costa, foram reconhecidos e fixados cartograficamente desde o início do período colonial. Efetivamente, durante o século XVI, a estratégia de ocupação territorial utilizada pela Coroa portuguesa seguiu o mesmo padrão usado no século anterior em África e na Ásia, assentando na construção de feitorias e na inauguração de pequenos núcleos de povoamento, ao longo do litoral definido pelo Tratado de Tordesilhas.

Assim, entre o importante universo de mapas hidrográficos ou com características hidrográficas, destaca-se um conjunto de mapas referentes ao território sul do Brasil, genericamente entre o estuário do Rio da Prata e Rio Grande de São Pedro, elaborados no contexto dos vários conflitos que marcaram esta região fronteira, ao longo do século XVIII, mas em especial, a Guerra de 1776-1777.

Em 1763, a campanha vitoriosa das forças espanholas, comandadas por D. Pedro de Cevallos, conduziu à perda da Colônia do Sacramento e da vila do Rio Grande de São Pedro. Se a primeira foi devolvida pelo acordo de Paz de Paris (1763), a segunda continuou na posse de Espanha, impedindo o acesso dos

portugueses ao Rio da Prata. Muito naturalmente, as autoridades militares no Rio de Janeiro pensaram retomar o território o mais rapidamente possível e dificultar a permanência espanhola ao máximo, fustigando-a com ações de guerrilha (Bento, 1996).

A primeira iniciativa bem-sucedida culminou na reconquista de São José do Norte, em 1767, o que motivou mais uma ofensiva espanhola na região. Nesta sequência, em 1775, as autoridades portuguesas prepararam uma expedição militar, com o apoio de duas esquadras navais comandadas por Robert MacDouall e George Hardcastle, com o intuito de recuperar o território perdido. O comando foi atribuído a Johann Heinrich Böhn (1708-1783), um oficial alemão enviado para o Brasil, em 1767, para desempenhar a função de Inspetor Geral, Comandante e Administrador do Exército do Brasil, reformando-o de acordo com a doutrina do Conde de Lippe (Bento, 1996; Torres, 2008). As operações militares foram plenamente vitoriosas, assim se assegurando a reconquista do Rio Grande, em abril de 1776.

O mapa do Rio Grande de São Pedro, figura uma parte do território reconquistado, onde se localizavam as principais obras defensivas que protegiam a entrada da barra, estando muitas delas destruídas, na sequência do ataque português. O

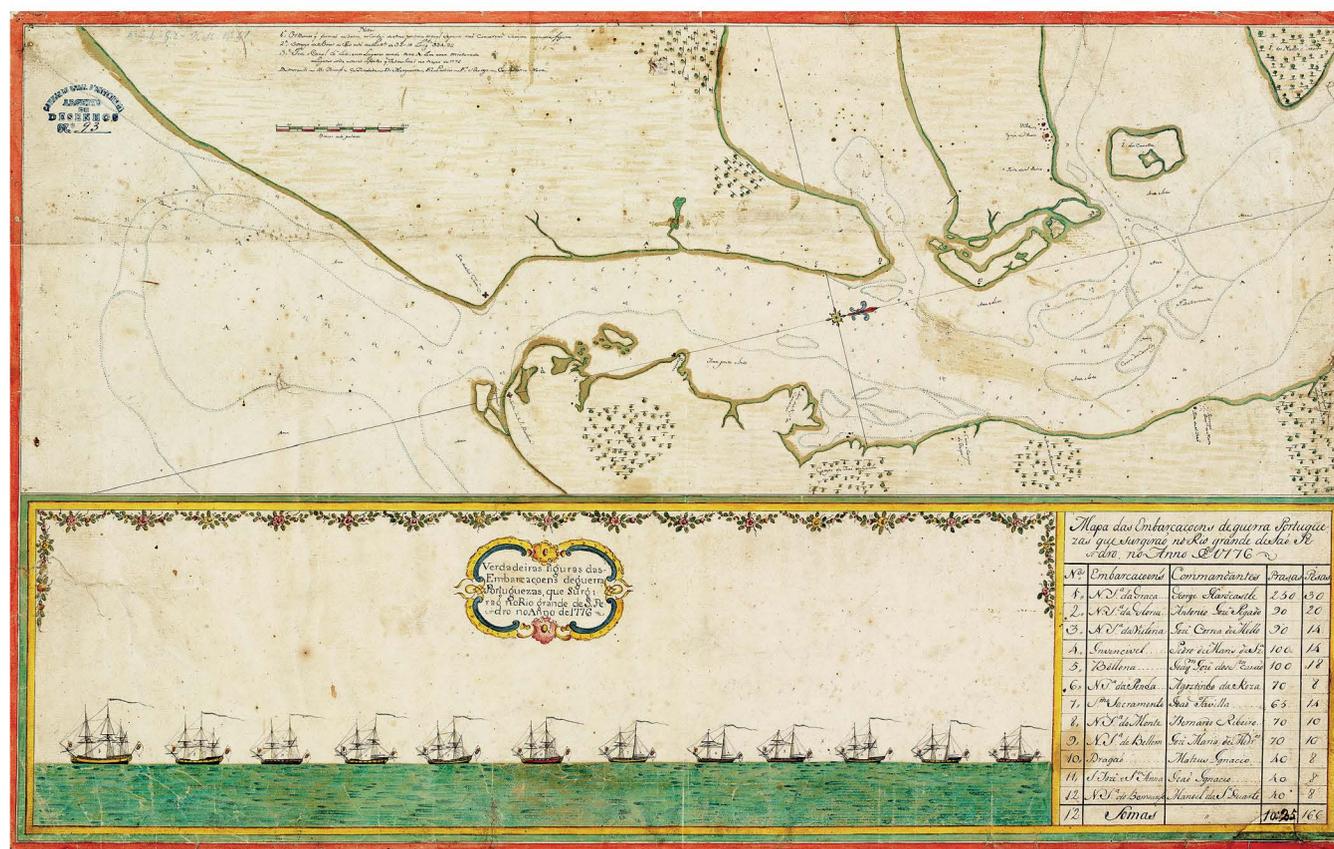
autor mostra uma particular atenção relativamente às condições de navegabilidade na Lagoa dos Patos, assinalando os baixios, indicando o valor das sondagens e identificando o tipo de fundo.

O mapa é completado por duas janelas: numa, o autor desenhou cada uma das 12 embarcações de guerra que participaram na conquista do Rio Grande de São Pedro e, na outra, figura um quadro onde se identificam as embarcações, os respectivos comandantes, o número de praças e o número de peças de cada uma.

Este exemplar anónimo é muito idêntico ao *Mapa da Ilha de Santa Catarina com o canal e a terra Firme*, elaborado pelo Enge-

nheiro-militar José Custódio de Sá e Faria (ca.1710-1795), apenas se distinguindo no espaço cartografado, pois também apresenta o desenho dos navios e o quadro descritivo. Atendendo ao papel desempenhado por Sá e Faria nesta parte do Brasil, não seria descabido admitir a sua participação na elaboração deste documento.

A configuração geral do território, assemelha-se bastante ao do *Plano do rio Grande de S. Pedro principiado a tirar no anno de 1776 e acabado no de 1777* (nº 31), atribuído a Pedro de Mariz de Sousa Sarmiento (1745-1822), ele próprio um participante ativo na reconquista do Rio Grande, pela expedição conduzida por Böhn (Esparteiro, 1960).



Demonstração da ilha de S.ta Catharina, [post. 1822]

No arquivo do GEAEM-DIE existem três versões de um “atlas hidrográfico”, composto por mapas manuscritos e coloridos, sem escala uniforme. Presumivelmente, o atlas terá sido elaborado no contexto da preparação da expedição de reconquista do Rio Grande do Sul, em 1776-1777. Uma das versões está identificada como Litoral Atlântico desde o Rio de Janeiro até ao rio da Prata (cota, 4974-3-38-52). O documento compõe-se de uma pasta com 14 mapas, com dimensões aproximadas de 44 x 31 cm e que registam o litoral desde o Rio Janeiro (mapa nº 1), até ao Estuário do Prata, a sul (mapa nº 14).

Finalmente, uma terceira versão, corresponde à *Relação da costa de Buenos Aires, e nova Colonia do Sacramento, em mappas com todas as ilhas, enceadas, braças de fundo, e barras de todos os portos, onde qualquer embarcação pode dar fundo, conforme a pratica q abaixo delles se aponta até ao Rio de Janeiro, em 1777* (cota, 4975-1A-10A-53) que integra uma pasta com 16 documentos, de dimensão aproximada de 33 x 47 cm cada, embora,

neste caso, a numeração se inicie de sul para norte, ou seja, a partir da imagem do Rio da Prata.

Um documento datado de 28 de março de 1822, indica que “... sendo presente a Sua Majestade que o Major Francisco Pedro de Arbués Moreira, tem em seu poder, uma coleção de cartas Hidrográficas de toda a Costa Sul, desde a Baía do Rio de Janeiro, até Bueno Aires, nas quais se descrevem os Portos, Villas, Lugares, Baías e Rios, com todas as sondas, ancoradouros, indicações da maneira com que navegam, diferentes embarcações que se encontram; manda El Rei pela Secretaria d’Estado dos Negócios da Guerra, que o Marechal de Campo Comandante do Corpo d’ Engenheiros, expeça as ordens para que o dito Major seja admitido no Arquivo Militar, a fim de copiar ali, e por a limpo, o referido trabalho, que se acha em borrão, o qual logo que esteja pronto deverá ser enviado a esta Secretaria d’Estado para ser presente a Sua Majestade” (Caixaria, 2013, vol. II, p. 48). Pelo menos uma cópia foi concluída a 14 de maio de 1823, ficando depositada no Arquivo Militar.

Das três versões, aquela que parece corresponder a um “borrão” ou cópia inacabada é a terceira (4975-1A-10A-53).

A existência destas versões, comprova a utilidade destes documentos para apoio na ligação marítima entre o centro político e militar localizado no Rio de Janeiro e os principais pontos de afirmação da soberania portuguesa na disputada fronteira meridional do Brasil – Santa Catarina, Rio Grande, Sacramento e, desde 1817, o território Cisplatino –, cuja manutenção dependia dos reforços enviados pelas autoridades.

Francisco Pedro de Arbués Moreira (1777-1843) foi um oficial do Real Corpo de Engenheiros, que se reformou no posto de Coronel. Foi, também, o fundador de uma geração de oficiais do Exército, através dos seus dois filhos, Francisco Pedro (1810-1868) e Carlos Ernesto (1814-1899), tendo este último se destacado no desempenho do cargo de Diretor-Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos e Hidrográficos do Reino.

Arbués Moreira acumulou vasta experiência de levantamentos cartográficos, tendo participado nos principais conflitos militares em que o país se viu envolvido, desde a Guerra das Laranjas (1801), Guerra Peninsular (1807-1814) e Guerra Civil (1828-1832). Também realizou levantamentos no terreno preparatórios da *Carta Geográfica do Reino*, bem como, para a realização de obras públicas. Em 1817, foi convocado por Carta Régia, de 21 de abril, para servir no Brasil como engenheiro (Brasil, 1890, p. 25).

De regresso a Portugal, em janeiro de 1822, foi readmitido no Real Corpo de Engenheiros, com o posto de Major e, numa primeira fase, colocado no Arquivo Militar para proceder à cópia dos seus mapas. Entretanto, o seu nome foi apontado para governador de Macau, embora nunca tenha tomado posse; em 1825, integrou a comissão responsável pelo levantamento da *Carta Militar e Chorographica do Reyno do Algarve* (Moreira, 2020, p. 71). Com o início da Guerra Civil, Arbués Moreira e os seus filhos foram servir no Exército Liberal, sendo dele a autoria da *Carta Topographica das*

Linhas do Porto, impressa em 1834. No final do conflito, voltou a trabalhar na projeção de obras públicas.

O mapa intitulado *Demonstração da ilha de S.ta Catharina* (mapa nº 33) corresponde à folha nº dez do atlas *Litoral Atlântico desde o Rio de Janeiro até ao rio da Prata* e possui as mesmas características gerais dos restantes mapas: destaca a informação batimétrica e as condições de navegação e coloca um cuidado particular na configuração da linha de costa e das ilhas.

Também é da autoria de Arbués Moreira o mapa nº 34, *Carta hydrographica da costa da provincia de São Paulo em 1820*, que deve ter sido copiada no Arquivo Militar, na mesma altura. Este mapa, elaborado numa escala de ca. 1:340 000, revela um traçado mais “atualizado” da faixa costeira onde, para além dos recortes da linha litoral, o autor representou o relevo (através de *hachures*), a rede hidrográfica, os núcleos de povoamento, os fortes e alguns itinerários.

Foram marcadas as coordenadas geográficas de cinco lugares que também atestam a cientificidade do mapa: São Paulo; Ytanhaem; Santos; São Sebastião e Ubatuba. A batimetria, apenas foi registada em Santos e em São Sebastião, mas o autor prestou grande cuidado no registo da toponímia costeira.

Este exemplar representa já uma grande evolução técnica e científica na produção deste tipo de mapas, sendo este salto qualitativo mais evidente quando se compara com outros exemplares, não apenas aqueles que foram elaborados em décadas anteriores como o *Plano hydrographico da costa do Brazil desde a lagoa de Gorupaba até à barra do rio Guratuba*, post. 1783 (mapa nº 44) e o *Plano do porto de Pernambuco desde o cabo de Santo Agostinho athe a cidade de Olinda : construido para o uzo da navegação*, 1799 (mapa nº 42) mas também com outros mapas contemporâneos como o *Mappa da costa, barras, rios, e matas desde o rio grande de Belmonte até à barra Grande do Camamú da Comarca dos Ilheos*, 1816 (mapa nº 45).



DEMONSTRAÇÃO DA ILHA DE S.^{TA} CATHARINA

A Demonstração he da Laguna, sua Costa que corre thê a Barra do Sul da Ilha de S.^{ta} Catharina, a qual corre N. S. 15 legoas pela dita Costa de Barra a Barra.

Plano de la Isla y Puerto de Santa Catalina situado en la America Meridional e Plano de la entrada del rio Grande de San Pedro, Tomás Lopez, em 1777

Enquanto as forças portuguesas retomavam o controlo da região da Lagoa dos Patos, em Espanha, a Coroa preparava uma grande expedição naval com o intuito de expulsar definitivamente os portugueses da margem norte do Prata. De forma a garantir o pleno sucesso, o comando desta força foi entregue a D. Pedro de Cevallos (1715-1778), dele se esperando que repetisse o feito alcançado em 1763.

Em fevereiro de 1777, a expedição espanhola, saída de Buenos Aires, conseguiu conquistar os três pontos chave do litoral sul do Brasil na mão dos portugueses: a Colónia de Sacramento, o Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina. Esta campanha militar esteve na base da assinatura do Tratado Preliminar de Paz de Santo Ildefonso que, não só pôs fim ao conflito, como confirmou a perda definitiva da Colónia do Sacramento.

Tomás López de Vargas Machuca (1730-1802) nasceu em Madrid. Depois de completar a sua formação na Real Academia de Belas Artes de San Fernando, foi enviado a Paris, por proposta do ministro marquês de la Ensenada, juntamente com o também cartógrafo, Juan de la Cruz Cano y Olmedilla (1734-1790). Enquanto “Pensionistas de Sua Majestade”, deveriam aperfeiçoarem-se na arte de gravação e de impressão de mapas, recebendo formação no estúdio de Jean Baptiste Bourguignon d’Anville (1687-1782).

Regressado a Madrid, em 1760, López estabeleceu uma casa editorial e como geógrafo e “cartógrafo de gabinete”, desenvolveu ao longo das décadas seguintes uma prolífica produção

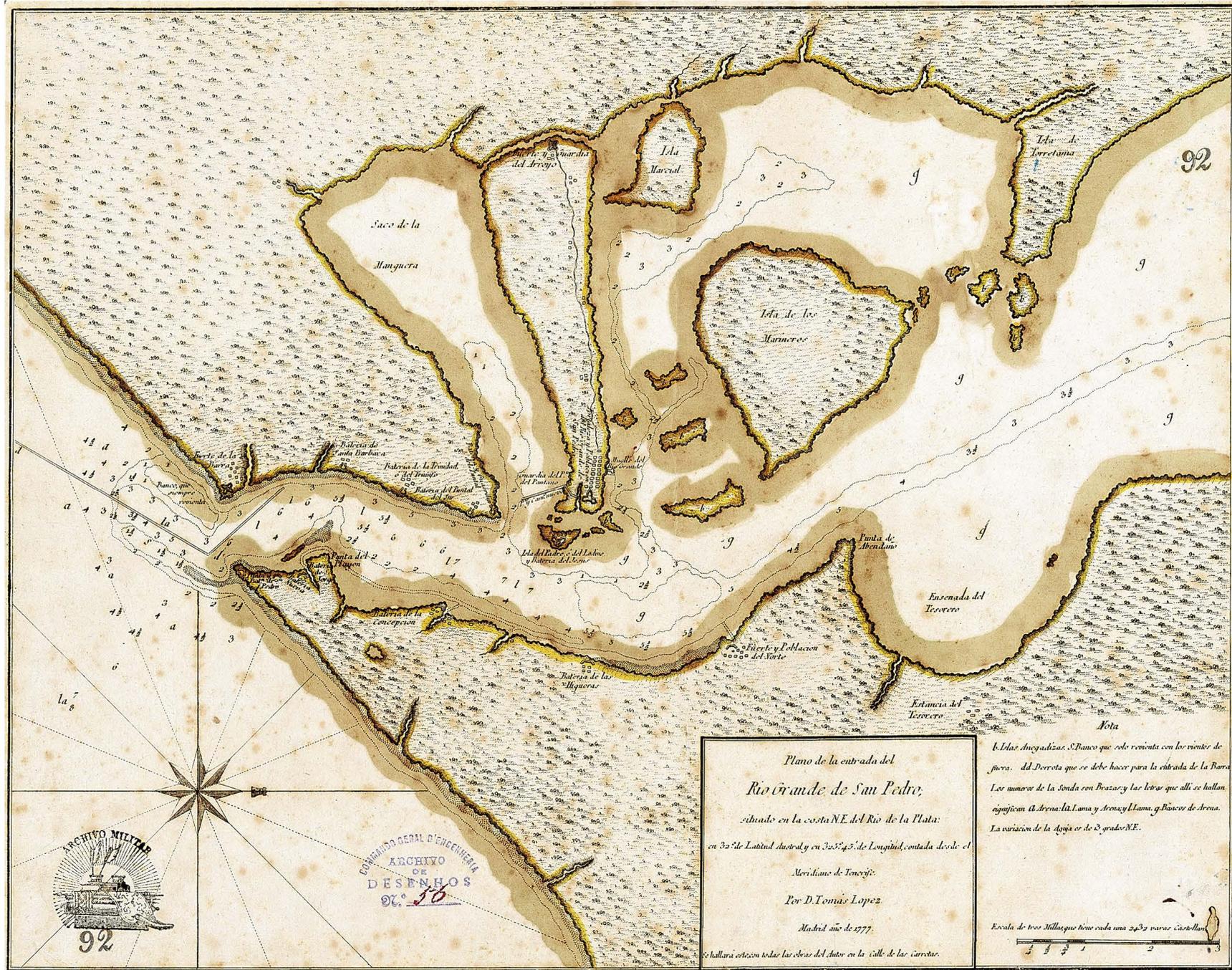
cartográfica, valendo-lhe, em 1770, o título de “Geógrafo dos Domínios de Sua Majestade”.

Mostrando-se atento aos acontecimentos políticos e militares ocorridos na América Meridional, este geógrafo-editor espanhol, compôs “novas” e atualizadas imagens cartográficas capazes de atrair a atenção do público ibérico (Garcia e Moreira, 2008).

O *Plano de la Isla y Puerto de Santa Catalina situado en la America Meridional* é um mapa de enquadramento do troço do litoral brasileiro onde se situa a estratégica ilha. Uma grande atenção foi dada ao registo das sondagens, identificando-se os canais de navegação, os baixios e os locais para fundear, tanto na ilha como no litoral da “Terra Firme” contíguo. O Plano complementa-se com uma *Vista de la Isla de Sta Catalina por la parte del Este*, colocado numa janela situada no topo do mapa.

Tal como era seu apanágio, tanto por estratégia comercial como por razões de discurso científico, o autor revelou as suas fontes de informação: “Sacado por el extracto, que hizo estampar el año pasado de 1776 D. Cristovoal del Canto: habiendo tenido este el que formo el año de 1757 D. Estevan Alvarez del Fierro, en punto maior”, apenas se diferenciando do original por não figurar as movimentações militares que conduziram aos desembarques que permitiram a sua conquista.

Já o *Plano de la entrada del Rio Grande de San Pedro* figura detalhadamente a batimetria, as ilhas e os canais de





navegação da parte terminal da Lagoa dos Patos, bem como as obras de fortificação que defendiam a entrada da sua barra. Embora o autor não indique as fontes consultadas, pode-se admitir que tenha tido acesso a exemplares cartográficos elaborados no contexto da expedição espanhola de 1773.

Ainda neste contexto, vale a pena referir que Tomás López também editou um *Plano de la Plaza de la Colonia del Sacramento*, assinalando a conquista definitiva para Espanha daquele enclave português no estuário do Prata, e ainda, a *Carta reducida del Golfode Guinéa donde entre otras islas, esta la de Annonbon, y la de Fernando del Pó, cedidas al Rei N.S. por la Reina Fidelissima, en virtud del Artículo XIII del Tratado de Amistad, Garantía y Comercio, concluído entre las dos Cortes en 24 de Marzo de 1778* (Garcia e Moreira, 2008).

Planta hydrografica do porto do Rio de Janeiro, levantada por ordem do Serenissimo Senhor Infante Almirante General, Diogo Jorge de Brito, 1810

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro, transformando a cidade no centro político do Reino e a abertura dos portos “a todas as nações amigas”, contribuíram para transformar por completo a geografia portuária brasileira e, em especial, a da Baía de Guanabara. ciosa de garantir os seus direitos de posse sobre aqueles territórios. Nos anos seguintes, a par do crescimento urbano, também o porto do Rio de Janeiro conheceu uma profunda alteração, à medida que cada vez mais navios demandavam as suas águas, o que exigia a elaboração de cartas hidrográficas precisas e atualizadas de forma a ser garantida a segurança da navegação.

Deste modo, não surpreende que se encontrem vários mapas hidrográficos, não apenas do porto, mas de toda a barra e Baía de Guanabara, como são exemplo: o mapa nº 38, *Plano hydrographico da enseada do Rio de Janeiro* (1792); o mapa nº 39, intitulado *Planno hydrographico da bahia do Rio de Janeiro*, copiado por Pedro Mauricio Heriques, no Arquivo Militar de Lisboa, em 1816, ou o mapa nº 40, *Plano do Rio de Janeiro* [1816], muito embora a ausência de informação sobre as profundidades nestes dois últimos exemplares, pareça indicar que não se destinavam ao uso da navegação.

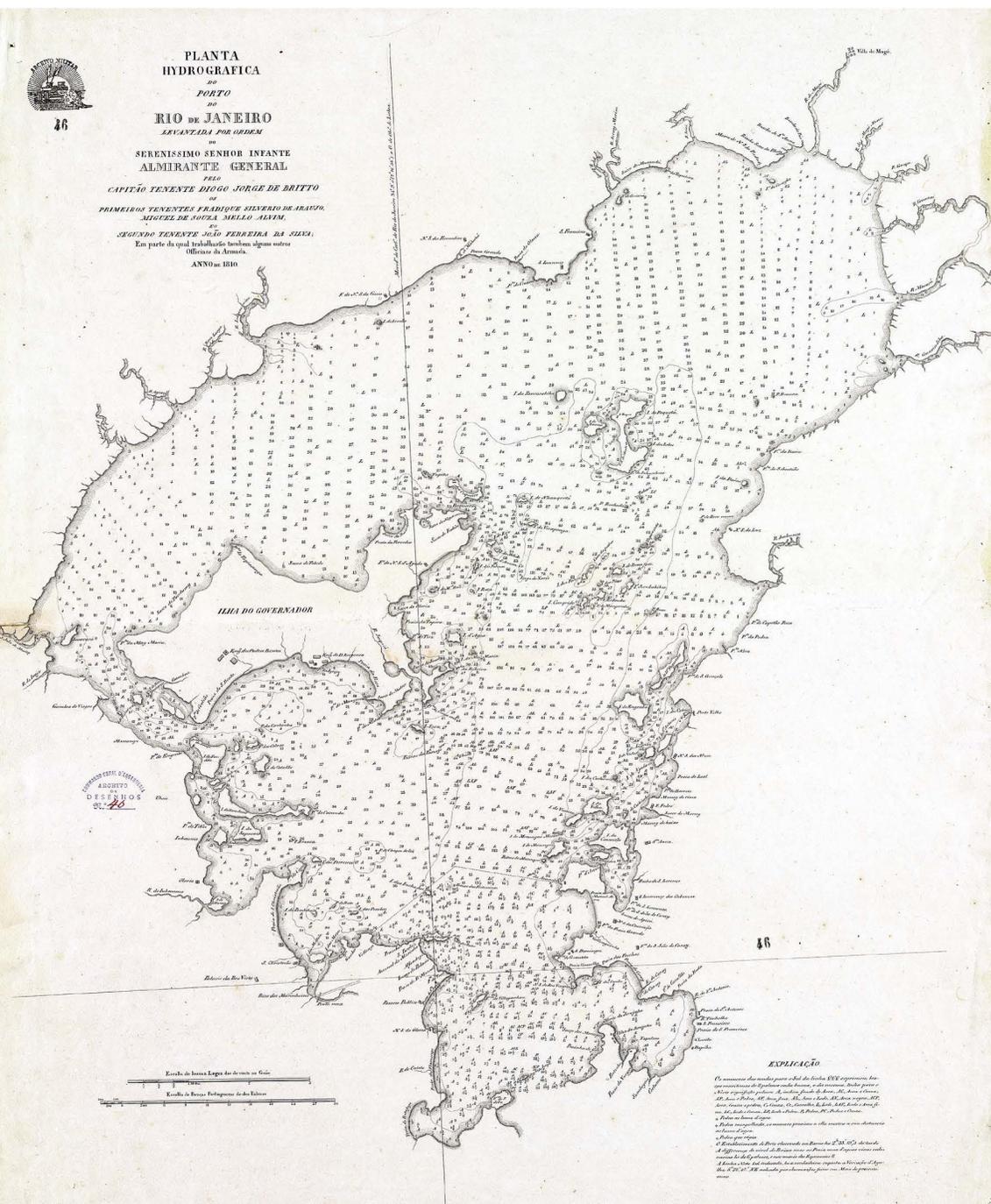
Pelas suas características gerais, detalhe na representação da informação e rigor técnico que apresenta, destaca-se o exemplar da *Planta hydrografica do porto do Rio de Janeiro*, elaborada em 1810, por ordem do “Serenissimo Senhor Infante Almirante General”.

Tratava-se de D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança (1786-1812), cunhado e genro de D. João VI, que o nomeou para o posto de “Almirante General da Marinha”, a 13 de maio de 1808.

Os responsáveis pela execução do levantamento foram o “Capitão Tenente Diogo Jorge de Brito os primeiros Tenentes Fradique Silverio de Araujo, Miguel de Souza Mello Alvim e o Segundo-Tenente João Ferreira da Silva”. Alguns destes oficiais desempenhariam um papel fundamental nos acontecimentos que permitiram a emancipação política do Brasil, assumindo funções políticas de destaque nos primeiros governos do Império.

Diogo Jorge de Brito (1785-1830) foi oficial da Marinha portuguesa e, depois, do Brasil. Formado na Academia Real dos Guardas-Marinha (1797), era já Primeiro-Tenente quando, em 1807, acompanhou a Família Real na travessia do Atlântico sul e no ano seguinte foi nomeado Capitão-Tenente e neste posto coordenou o levantamento desta planta, sendo, por isso, considerado um dos pioneiros da hidrografia brasileira. Pelos seus méritos, também trabalhará no porto do Recife, em 1814.

Em 1817, já como Capitão de Fragata graduado, distinguiu-se na campanha militar de conquista da Província Cisplatina, desempenhando um papel crucial na ocupação da Colônia do Sacramento. Voltou ao Rio da Prata, em 1825, agora como Segundo Comandante da Esquadra do Rio da Prata, na Guerra Cisplatina que o Império do Brasil manteve com os revoltosos e que culminou na criação da República do Uruguai. Após o regresso da Corte a



Lisboa, manteve-se fiel a D. Pedro, defendeu a independência do Brasil, sendo Ministro de Estado e Negócio da Marinha (1827-1828) e Diretor-Geral dos Correios do Império, em 1829.

Fradique Silvério de Araújo, notabilizou-se como Lente de Artilharia, na Academia de Guardas-Marinha, e Lente Substituto da Academia Real da Marinha, no Rio de Janeiro.

Miguel de Sousa Melo Alvim (1784-1866), teve um percurso muito semelhante ao de Diogo de Brito. Formou-se na Academia de Marinha e também acompanhou a Corte, em 1807. No Brasil independente, foi Ministro de Estado e Negócio da Marinha (1828-1829) e foi presidente das Províncias de Santa Catarina (1829) e de São Paulo (1842).

Do então segundo Tenente, João Ferreira da Silva, apenas se sabe que terá regressado ao Reino, após 1821 e o seu nome surge numa lista elaborada em 1835, que elenca os oficiais da Marinha afastados por estarem conotados com o Partido Absolutista, então com a patente de Capitão-Tenente (Silva, 2009, p. 185).

A planta hidrográfica figura com grande detalhe os recortes costeiros da Baía de Guanabara, assinalando as ilhas, os baixios, as praias, os cabos e todos os pontos de referências localizados na costa, como aldeias e edifícios notáveis, em especial igrejas, engenhos e o “Palácio da Boa Vista”, residência oficial do Almirante General.

As sondagens batimétricas preenchem por completo toda a área da vasta baía e testemunham o zelo, a perícia e a atenção metódica com que o levantamento foi conduzido. O exemplar que serviu de protótipo para se tirar esta cópia, foi entregue pelo Marechal de Campo, Carlos Frederico de Caula, em junho de 1822, a instâncias da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (Caixaria, 2013, vol.II, p. 54). A planta foi impressa, em 1827, na litografia do Arquivo Militar, no Rio de Janeiro, e serviu de base para a realização de novos mapas hidrográficos para apoio a diversas marinhas.

A ocupação do território

Fortificação e povoamento

Discrição da Bahia, de Todos os Santos no Estado do Brazil, e Planta de sua cidade do Salvador metropoli do mesmo Estado, José Francisco de Melo, [ant. 1763].

O contributo dado pela Engenharia Militar portuguesa – ainda que, em muitos casos, por militares estrangeiros –, no desenvolvimento urbano do Brasil já foi amplamente analisado. De facto, os centros urbanos fundados por iniciativa régia foram, quase sempre, planeados e construídos por engenheiros militares enviados de Portugal.

Em meados do século XVI, quando D. João III (1502-1557) ordenou a fundação e fortificação da cidade de São Salvador da Bahia, de forma a solidificar a presença portuguesa nesta parte do litoral brasileiro, enviou ao primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Sousa (1503-1579), um conjunto de instruções a ter em conta relativamente à estrutura urbana, condições de salubridade, condições de defesa e de abastecimento marítimo, acesso a água potável, etc. (Teixeira e Valla, 1999, pp. 217-220).

Levando em conta as características topográficas, o local escolhido para se estabelecer a sede do Governo-Geral do Brasil, permitiu o desenvolvimento de um modelo urbano familiar aos portugueses – o “urbanismo de colina” –, que dividia a cidade em duas: a parte alta, onde se localizavam os edifícios que simbolizavam o poder civil e eclesiástico, e a parte baixa, dos mercadores e comerciantes (Lobo e Júnior, 2012).

Ao longo das décadas seguintes, graças aos lucros proporcionados pelo “ciclo açucareiro”, a cidade capital do Estado do Brasil desenvolveu-se rapidamente. Assim, não surpreende que tenha sido considerada um importante objetivo para a estratégia de expansão comercial e colonial da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Em maio de 1624, uma armada comandada por Jacob Willekens (1571-1633) atacou e conquistou Salvador da Bahia, provocando a fuga de muitos dos seus habitantes e a captura do Governador-Geral. A reação portuguesa foi liderada a partir de Olinda, pelo novo Governador-Geral, Matias de Albuquerque (1580-1647). Contudo, só o envio de uma poderosa força naval conjunta luso-espanhola (a “Jornada dos Vassalos”), permitiu recuperar a cidade, em maio de 1625.

Apesar do domínio neerlandês na Bahia só ter durado um ano, a sua conquista foi amplamente celebrada e difundida através de inúmeras imagens, cartográficas e iconográficas, editadas pelas ativas casas editoriais de Amesterdão. Uma destas imagens foi publicada, logo em 1624-1625, por Hendrik Hondius (1597-1651), intitulando-se *Aanwijzingen van de Stadt Salvador ende de Baya de todos los Santtos* e nele se pode observar a configuração da baía e no canto superior esquerdo, uma janela com a planta da cidade, em perspetiva planimétrica. Mas a imagem mais difun-

dida e conhecida, talvez tenha sido aquela que, em 1647, Frans Jansz Post (1612-1680) gravou e Caspar Barlaeus (1584-1648) editou com o título *Sinus omnium Sanctorum* (“Baía de Todos os Santos”), que seria sucessivamente copiada e refeita, por diferentes editores europeus, até à segunda metade do século XVIII.

Terá sido uma versão desta planta que permitiu ao capitão de artilharia, José Francisco de Melo (?-?), compor esta sua *Discripção da Bahia, de Todos os Santos no Estado do Brazil, e Planta de sua cidade do Salvador metropoli do mesmo Estado*, apenas realizando ligeiras alterações, como seja a retirada dos elementos hidrográficos (o valor das sondas já não consta nesta cópia), assim como a representação da esquadra neerlandesa, ou a atualização da planta da cidade de São Salvador, destacando-se a representação do “Forte do Mar”(Forte de São Marcelo).

Não se tratando de uma imagem inovadora ou que tenha resultado de um levantamento específico, o seu desenho cuidado, a decoração barroca da cercadura e o cuidado na coloração, fazem supor tratar-se de um documento para ser “exibido”.

Esta não é a única representação da cidade de Salvador que se pode encontrar nos arquivos do Exército português. A [Planta] *Topográfica da cidade capital de S. Salvador Bahia de Todos os Santos: huma das mais famozas do reino de Portugal* (mapa nº 48), realizada em 1798, pelo ajudante engenheiro Joaquim Vieira da Silva (?-?), constitui um bom exemplo. Aparentemente, este trabalho terá resultado de um levantamento realizado conjuntamente com o Capitão-Mor e professor da Aula Militar da Bahia (Artilharia), José Gonçalves Galeão (?-1816) e deveria fazer parte do seu processo de aprendizagem.

A planta destaca a malha urbana regular, organizada em quarteirões, modelo renascentista que a engenharia militar portuguesa aplicou desde meados do século XVI e que se acentuaria a partir do século XVIII, agora marcado pelo ideário iluminista e racional, evoluindo para um modelo geométrico quase absoluto, aplicado a quase todas os núcleos de povoamento ex novo,

que permitiam ocupar – para logo dominar –, o imenso sertão sul-americano. Este modelo encontra-se plasmado na *Planta da Guarda do Serrito com o projeto de arruamento para a Povoação que se for formando*, (mapa nº 50) da autoria de João Vieira de Carvalho (1791-1847), reveladora das intenções de afirmar o domínio português no vale do Jaguarão, no Rio Grande do Sul.

Destaque, também, para o *Perspecto da cid.e de S. Salvador Bahia de Todos os Santos* (mapa nº 49), assinado pelo Capitão com exercício de Engenheiro, Manoel Roiz (Rodrigues) Teixeira (fl. 1785-1806), também no ano de 1798, atesta bem a vitalidade da Aula Militar da Bahia. Neste caso concreto, a vista parece ser uma nova versão do seu *Prospecto visto pela frente de hua porção da cidade da Bahia*, elaborado ca. de 1786. Em todo o caso, tanto um como outro, parecem seguir o modelo proposto por José António Caldas (1725-1782), um engenheiro militar baiano, formado na Aula Militar da Bahia que aí foi professor. Em 1759 escreveu a *Noticia Geral de Toda Esta Capitania da Bahia desde o Seu Descobrimto até o Presente Anno de 1759*, obra manuscrita que ofereceu ao Vice-Rei do Brasil, o 6.º Conde dos Arcos, Marcos José de Noronha e Brito, onde se inclui uma vista da cidade, intitulada *Elevação e Faxada que mostra em Prospetto pela marinha a Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos, Metropole do Brazil*, 1759.

Talvez se possa associar esta produção cartográfica, à Conjuração Baiana (ou Revolta dos Alfaiates), de carácter independentista e republicano, ocorrida em 1798 e rapidamente reprimida pelas forças militares portuguesas. Um interesse renovado neste território e, em particular, sobre esta geografia urbana, surgiu em 1822-1823, um ano marcado por confrontos militares entre forças independentistas brasileiras (primeiro baianas e depois imperiais) e forças leais a Portugal, numa guerra colonial com contornos de guerra civil, que culminou na unificação do Brasil independente. Estes exemplares, devem corresponder a cópias realizadas nesta época.

Plano da villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco

Localizada na costa da Capitania de Pernambuco, a fundação de Recife deve muito às suas características topográficas, favoráveis ao estabelecimento de um porto de apoio ao lucrativo comércio açucareiro. Nos primeiros anos de colonização portuguesa, os administradores coloniais e a elite social preferiram estabelecer-se em Olinda, localizada num ponto mais elevado e, por isso, mais facilmente defensável de ataques vindos do atlântico, sendo o Recife o seu porto natural. Uma das versões está identificada como Litoral Atlântico desde o Rio de Janeiro até ao rio da Prata (cota, 4974-3-38-52; o documento compõe-se de uma pasta com 14 mapas, com dimensões aproximadas de 44 x 31 cm e que registam o litoral desde o Rio Janeiro (mapa nº 1), até ao Estuário do Prata, a sul (mapa nº 14).

Com a ocupação neerlandesa (Nova Holanda, 1630-1654) entrou-se numa nova etapa de desenvolvimento urbano, sobretudo após 1637, quando o governador Johan Maurits van Nassau-Siegen (Conde Maurício de Nassau, 1604-1679), decidiu estabelecer a capital da Nova Holanda no Recife. A denominada Mauritsstad ou Cidade Maurícia destacava-se pelo seu desenho urbano de traçado regular que incluía um sistema de canais, pontes, fossos, trincheiras e fortificações, à boa maneira da escola de engenharia militar holandesa, ainda que nem toda a cidade projetada fosse efetivamente contruída.

Muito naturalmente, as ativas casas editoriais cartográ-

ficas de Amesterdão não perderam a oportunidade de produzir novas imagens de Olinda e do Recife que exaltavam a expansão colonial neerlandesa.

Uma vez retomado o domínio português no Nordeste, o Recife continuará a prosperar, sendo elevada à categoria de “vila”, em 1710, com o nome de Santo António do Recife e no final da Guerra dos Mascates, foi transformada em capital de Pernambuco. Na paisagem urbana, a construção de vários edifícios religiosos, entre igrejas e conventos, testemunha esta etapa do seu desenvolvimento urbano que, pouco a pouco, foi apagando os vestígios da presença neerlandesa (Neves e Júnior, 2007).

Ao longo do século XVIII, vários levantamentos foram realizados por engenheiros militares, alguns deles formados no Brasil, dando origem a novas imagens cartográficas de Recife e do seu entorno. Um destes exemplos é o mapa nº 52, erradamente identificado como *Olinda*, que deverá datar da década de 1760 e, para além de registar a malha urbana de Recife, também figura o alçado de alguns edifícios e de outros elementos da vila, evidenciando a sua monumentalidade barroca.

Contudo, é a existência de alguns exemplares cartográficos, elaborados na segunda metade do século XVIII, cujas características mais se relacionam com o mapa em análise. Um destes é a *Planta genografica da Villa de S. António do Recife de Pernambuco, cituada em 8 graos 4 minutos de latitude e 348 graos de longetude ao sul da linha na*

America meridional, datada de 1763, que faz parte de um conjunto de levantamentos realizados no litoral de Pernambuco naquela época (*Mapas de vários regimentos da Capitania de Pernambuco*), e que, presentemente, se encontra depositada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU_ACL_CU_015, Cx. 83, D.6929). Os outros exemplares são identificados, genericamente, como *Plano da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco*. Há dois mapas anônimos, datados de 1771 e de 1773 (este, arquivado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro); uma versão de 1775, assinada por Antonio Albino de Amaral, existente no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro; finalmente, outro exemplar, agora datado de 1780, terá servido de base, em 1808, ao *Plano do Porto e Praça de Pernambuco*, de José Fernandes Portugal (Borborema et al., 2011; Lins, 2011; Sá e Vasconcelos, 2015).

Qualquer um dos referidos documentos poderia ter servido de base a esta cópia elaborada nas primeiras décadas do século XIX, no Arquivo Militar de Lisboa, e que nada acrescenta às imagens anteriores. O interesse em Recife, poderá estar relacionado com os acontecimentos ocorridos em 1817, integrados na Revolução Pernambucana, violentamente sufocada pela Marinha e o Exército portugueses, que bloquearam e cercaram o porto e a cidade do Recife e.

Assim também o mapa nº 43, *Planta hydrografica do porto de Pernambuco, redigida no Real Archivo Militar em 1817*, e o mapa nº 53, *Plano d’Pernambuco feito de ordem do Senh.r Donald Campbell* se devem associar a estes eventos. Este último foi realizado por Paulo Dias de Almeida (1779-1833), um oficial do Real Corpo de Engenheiros que se notabilizou pelos trabalhos realizados na ilha da Madeira, e, em especial, pelo seu mapa do conjunto. O autor esteve por duas vezes no Brasil, a primeira em 1808, na sequência da ocupação britânica da Madeira e a segunda, em 1817, para apresentar ao rei D. João VI, o mapa e a descrição da ilha (Dias, 2019).



Plano da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e a parte principal do seu porto com os lugares fortificados para sua defesa, José Correia Rangel de Bulhões, 1796

A cidade do Rio de Janeiro também foi amplamente registada em forma de plantas, planos e vistas. Se, inicialmente, muitas destas imagens foram produzidas no contexto das Aulas do Terço de Artilharia, onde chegou a pontificar o engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765), a partir da segunda metade do século XVIII, a elevação da cidade a capital do Brasil (1763), as demarcações das fronteiras, o estado de guerra frequente e o aumento urbano e comercial, fez aumentar a presença de vários técnicos cartógrafos no Rio de Janeiro, cujos contributos para a geografia urbana, ainda hoje, são observáveis. No final do século, a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (1792) e, depois, em 1810, a fundação da Academia Real Militar, traduzem a necessidade de consolidar a formação autónoma de engenheiros militares brasileiros.

O mapa elaborado por José Correia Bulhões, em 1796, constitui um precioso testemunho da História da Cartografia urbana do Rio de Janeiro, e um exemplo do contexto local de produção cartográfica, em finais do século XVIII.

Este autor, provavelmente nascido no Brasil (fl. 1749-1800), era oficial de infantaria com o exercício de Engenheiro e assinou vários trabalhos cartográficos, dos quais se destacam a *Defesa da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro dividida em duas partes*, elaborada entre 1786-1789, devidamente ilustrada com vários planos e plantas e a *Descrição do plano urba-*

nístico para o centro da cidade do Rio de Janeiro, onde revela a sua face de urbanista, orientando o crescimento e expansão da cidade. O *Plano da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, revela que o autor não limitou o seu trabalho ao espaço urbano mais restrito, antes o alargando à entrada da Baía de Guanabara, com destaque para a representação das obras de fortificação que a protegiam (“*e a parte principal do seu porto com os lugares fortificados para sua defesa*”) e das sondagens que facilitavam a navegação até aos locais de atracagem dos navios.

No título, o autor refere que o modelo utilizado para a base do seu mapa “... foi [o plano] ellevado, e sondado em 1768 pelo Marechal de Campo Jaques Funck”. Jacques Funck (1715-1788), foi um militar sueco contratado ao serviço de Portugal que, no final da Guerra Fantástica (1762-1763) foi enviado para reforçar a defesa do porto do Rio de Janeiro, acompanhando o Tenente-General Johann Heinrich Böhn (1708-1783). Em 1776 participou na campanha da reconquista do Rio Grande de São Pedro. Entre os seus trabalhos cartográficos mais destacados, está o *Plan de Ryo de Janeyro avec ses forteresses et une partie de la baye 1768*, diferenciando-se pela sua cartela muito decorada.

Bulhões também refere que, o mapa de Funck foi “aumentado com a parte da cidade, que tem crecido desde aq[u]ele t[em]po, segundo o novo Plano ellevado em 1791”. Este plano corresponde ao mapa nº 55, *Plano da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e a parte principal do seu porto, levantado em 1791*, mas não tem auto-

Prospecto do norte da cidade de Bellem, do Gram Para, José André Schwebel, 1753

A implementação dos artigos definidos pelo Tratado de Madrid (1750), previa a existência de pessoal técnico habilitado para fazer observações astronômicas, cálculo de coordenadas geográficas e levantamentos cartográficos. Muito naturalmente, caberia aos militares, sobretudo aqueles com o exercício de engenheiro, a enorme tarefa de demarcação da linha de separação ibérica na América do Sul.

Uma vez que, em meados do século XVIII, Portugal não dispunha de recursos humanos suficientes para assegurar a constituição das equipas que deveriam integrar a “partidas demarcadoras”, foi necessário desenvolver esforços diplomáticos na Europa, sobretudo nos territórios germânicos e italianos, para se encontrarem estes técnicos – astrónomos, matemáticos, geógrafos e cartógrafos –, para trabalharem no Brasil.

Entre os vários estrangeiros contratados em 1750, encontrava-se o capitão com exercício de engenheiro, Johann Andreas Schwebel (1718-1760?), oriundo de Nuremberga. Chegou ao Grão-Pará encarregado de documentar e auxiliar a 1ª Comissão Demarcadora de Limites, liderada pelo próprio Governador-Geral da capitania, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), que, em 1754, se dirigiu para o vale do rio Negro (Oberacker Jr., 1972 e Sanjad, 2007).

Em colaboração com outros técnicos alemães que o acompanharam, Schwebel produziu mapas atualizados da região amazônica e desenhou vistas das vilas e das aldeias localizadas nas margens dos rios que estavam a ser explorados e que estendiam o domínio português à vasta bacia do Amazonas (Bueno et al., 2020).

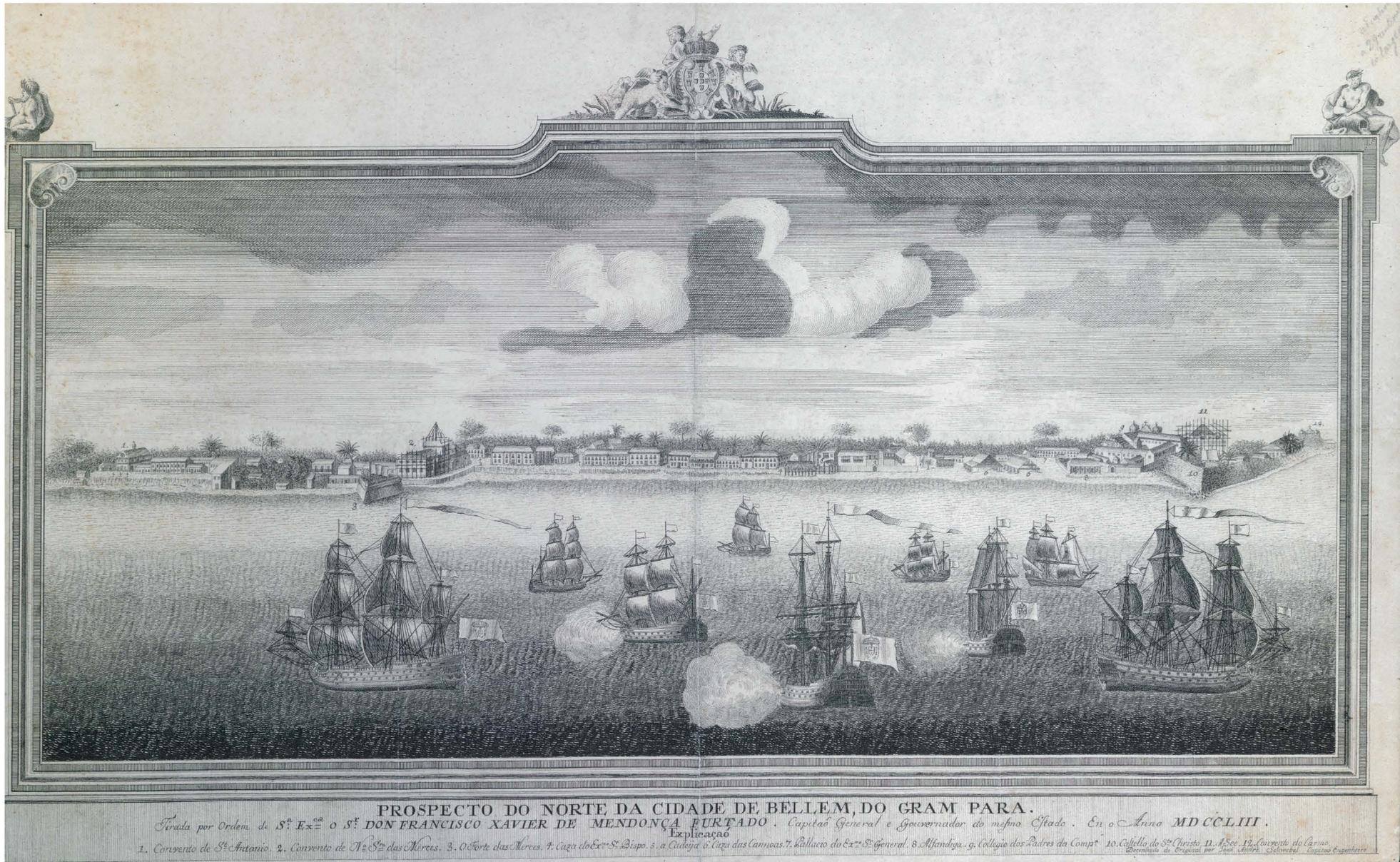
O engenheiro alemão adoeceu em 1756 e, no ano seguinte, foi enviado de volta para Belém, para se restabelecer. Foi durante a sua estada na capital que terminou a *Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os engenheiros de expediçam principiando da cidade do Pará the a aldea de Mariua no Rio-Negro, onde se acha o arrayal, alem dos prospectos de outras tres ultimas aldeas chamadas Camarâ, Bararuâ, Dari; situadas no mesmo rio. 1756*, um conjunto que testemunham o esforço expansionista nesta parte do Brasil.

Entre estes, inclui-se o *Prospecto do norte da cidade de Bellem, do Gram Para*, datado de 1753, o que indicia que terá sido um dos primeiros a ser terminado e deveria complementar a sua *Planta geometrica da cidade de Belém do Gram Pará*, que também elaborou a aquando da primeira estada em Belém.

A vista segue o mesmo método empregue em todas as outras, figurando as povoações a partir de um ponto de vista afastado, provavelmente tomado do rio, talvez a partir de uma das canoas de transporte ou mesmo da margem contrária, de modo a mostrar a maior parte possível da frente ribeirinha dessas localidades.

No prospeto de Belém, o autor assinala na legenda os edifícios mais notáveis e importantes da cidade, com destaque para os edifícios religiosos (igrejas e conventos), o palácio do governador e as obras militares.

Em 1758, porque a sua saúde não dava mostras de melhoria, foi enviado para Lisboa, incumbido de fazer cópias da *Collecçam dos prospectos*, tendo falecido pouco tempo depois.



Planta da fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção, da capitania do Ceara Grande, [Antônio José da Silva Paulet], [1825]

Muito do trabalho desenvolvido no Brasil pelos militares portugueses – ou estrangeiros ao serviço de Portugal –, relacionou-se com obras de fortificação. Afinal, a defesa das povoações marítimas e das linhas de fronteira, assentou na construção de fortes, fortalezas e outras obras defensivas, verdadeiros marcos de soberania territorial.

No Ceará, as primeiras tentativas de ocupação portuguesa só ocorreram no início do século XVII e, em parte, foram motivadas pela necessidade de afastar a concorrência, primeiro francesa e, logo depois, neerlandesa. Assim, para além da fundação de um povoado, denominado de “Nova Lisboa”, foi ordenada a construção de um fortim (de invocação dedicada a São Tiago) para a sua proteção.

No entanto, a forte oposição indígena, as frequentes incursões de corsários e piratas europeus e o clima hostil, fez fracassar esta primeira tentativa de colonização. No entanto, logo se seguiria uma nova iniciativa levada a cabo por Martim Soares Moreno (c.1586 -1648?), o futuro Capitão-Mor do Ceará. O fortim seria reconstruído, agora como fortim de São Sebastião, embora as condições para a fixação da população se mantivessem difíceis.

A partir de 1637, a presença portuguesa foi substituída pela neerlandesa que, não sem dificuldades, finalmente se estabeleceram no litoral cearense no final da década seguinte, e fizeram construir um novo forte, de maior dimensão e num lugar mais elevado, tomando emprestado o nome do governa-

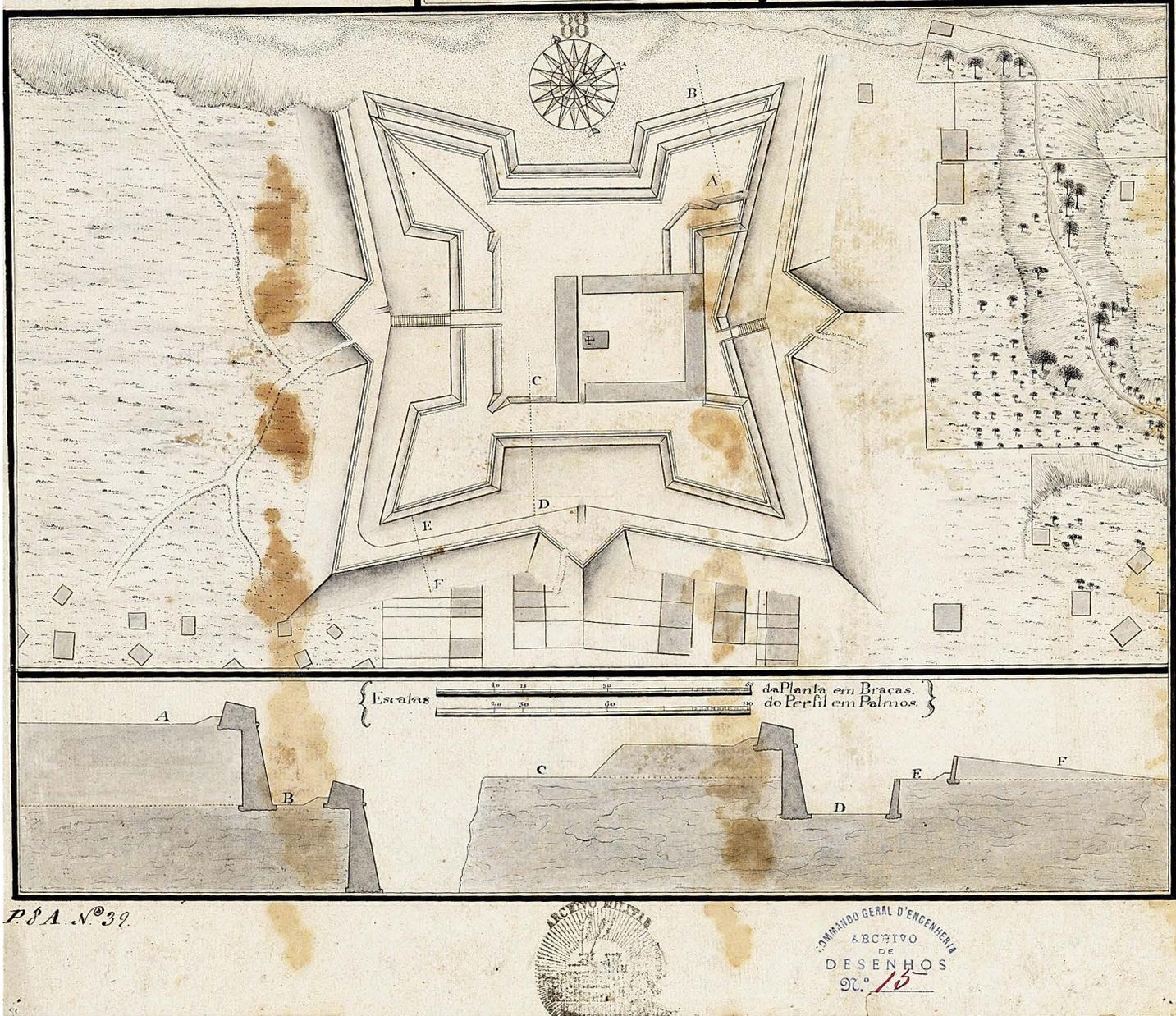
dor neerlandês de Pernambuco, Walter van Schoonenborch. À sombra das suas muralhas nasceu uma povoação que, mais tarde, se chamou de “Fortaleza” e se converteu em capital da Capitania do Ceará.

Com a expulsão dos neerlandeses do Nordeste, em 1654, Portugal retomou o controlo sobre este território e ocupou o forte neerlandês, rebatizado de “Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção”. Desde então, a fortaleza mereceu vários reparos, mas nunca uma intervenção profunda, pelo que, o seu estado de degradação foi-se agravando, até que ruiu em 1812.

O então governador da Capitania do Ceará, Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire (1777-1856), incumbiu o seu ajudante de ordens, o engenheiro militar Antônio José da Silva Paulet (1778-1837), de proceder à reedificação desta obra militar, assim como, de elaborar um plano de desenvolvimento urbanístico para a vila. O financiamento das obras contou com a ajuda de doações particulares, tendo as obras demorado uma década a serem concluídas, já sem a orientação pessoal deste engenheiro (Teixeira, 2004).

Este exemplar não assinado corresponde a uma cópia realizada no Arquivo Militar, atribuindo-se a data de 1825 para a sua realização. Nele se divisam os seus quatro baluartes, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção (nordeste), São José (sudeste), Dom João (noroeste) e Príncipe da Beira (sudoeste); os edifícios dos quartéis e a capela. Resta referir que, ainda hoje, a fortaleza permanece ocupada, sendo a sede da 10ª Região Militar do Exército Brasileiro.

Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção, da Capitania do Ceará Grande.



P&A. N.º 39.



Descrição das imagens reproduzidas & créditos

1. MÜNSTER, Sébastien, 1489-1552

Tabula Novarum Insularum, Quas Diversis Respectibus Occidentales & Indianas uocant / Sébastien Munster. – [Escala não determinada]. – [Basileae : Henrichum Petri, 1550]. – 1 mapa : p&b ; 26 X 35 cm.
In: *Cosmographiae universalis lib. VI, in quibus juxta describuntur omniu habitabilis orbis partiu situs*
BE, 2037-9-2



2. ORTELIUS, Abraham, 1527-1598

Americae Sive Novi Orbis Nova Descriptio / Abraham Ortello ; Ivan Baptista Vrintio. – [Escala não determinada]. – [Anveres: Emprepta Plantiniana, 1602]. – 1 mapa : p&b ; 36 x 50 cm.
In: *Theatro d'el orbe de la tierra : en qual antes el extremo dia de su vida por la postrera vez ha emendado, y con nuevas tablas y commentarios augmentado y esclarecido / de Abraham Ortello. – En Anvers : Ivan Baptista Urintio, 1602, En la Emprepta Platiniana. – 1 Atlas, [16] p., 118 [i.é. 121] f. de mapas ; 44 cm.*
BE, 9-2-1



3. ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Amérique Méridionale / par le Sr Robert de Vaugondy. – Escala [1: ca. 17 400 000], 840 Mille Pas géométriques de 60 au Degré = [9,10 cm]. – [Paris: chez Delamarche, 1797]. – 1 mapa : color ; 59 x 48 cm
In: *Atlas universel / Robert et par Robert de Vaugondy fils; Corrigé et augmenté de la carte de la République Française divisée en departemens par C. F. Delamarche. – A Paris: Chez Delamarche, [1797]. – [3], 36 f. de texto, 116 mapas: traçados color.*
BE, 7830





4. CRUZ CANO Y OLMEDILLA, Juan de la, 1734-1790

Mapa Geográfico de America Meridional / dispuesto y gravado por D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, Geog.fo pens.do de S. M. Individuo de la R.I Academia de S.n Fernando, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais, teniendo presentes varios mapas y noticias originales con arreglo á observaciones astronómicas, Año de 1775. – Escala [ca. 1:4 300 000], 100 leguas comunes de España de 20 en grado, iguales ó las marinas de Francia e Inglaterra = [13 cm]. – Londres : publicado por Guilherme Faden, Geografo del Rey, y del Principe de Gales, 1799. – 1 mapa em 6 folhas coladas : color. ; 186 x 133 cm. GEAEM-DIE, 5912-5-62-65



5. KITCHIN, Thomas, 1718-1784

A map of South America containing Tierra-Firma, Guayana, New Granada, Amazonia, Brasil, Peru, Paraguay, Chaco, Tucuman, Chili and Patagonia, from Mr. d'Anville with several improvements and additions, and the newest discoveries. (with) A chart of Falkland's Islands named by the French Malouine Islands and discovered by Hawkins, in the year 1593. – Escala [1:7 900 000]. – London : Published by Laurie & Whittle, 1808. – 1 mapa em 2 folhas : color ; 50 x 118

In: Kitchin's general atlas describing the whole universe : being a complete collection of the most approved maps extant corrected with great care, and Augmented From the Last Edition of D'Anville and Robert, With Many Improvements by Other Eminent Geographers / Thomas Kitchin. – London: Robert Laurie and James Whittle, 1808. – 67 f., 28 mapas.

BAM, 07282-U-7

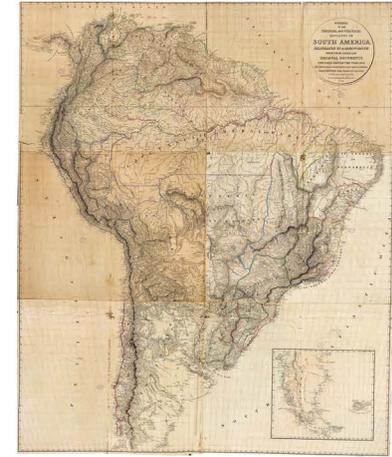


6. DELAROCLETTE, Louis Stanislas d'Arcy, 1731-1802

Colombia Prima or South America, in which it has been attempted to delineate the extent of our knowledge of that continent extracted chiefly from the original manuscript maps of His Excellency the late Chevalier Pinto likewise from those of João Joaquim da Rocha, João da Costa Ferreira; El Padre Francisco Manuel Sobreviela & c. and from the most authentic edited accounts of those countries / digested & constructed by the late eminent and learned Geographer Louis Stanislas d'Arcy de la Rochette ; Cooper scrip.t et sculp.t.- Escala [ca.1:3 200 000], 80 common Spanish leagues equal to English marine leagues 20 to a degree = [13,70 cm]. – London : Published by William Faden, Geographer to His Majesty and to His Royal Highness the Prince of Wales, 1807. – 1 mapa em 8 folhas coladas : color. ; 248 x 172 cm GEAEM-DIE, 5903-5-62-65

7. ARROWSMITH, Aaron, 1750-1833

Outlines of the physical and political division of South America delineated by A. Arrowsmith partly from scarce and original documents, published before the year 1806 but principally from manuscript maps & surveys made between the years 1771 and 1806 : corrected from accurate astronomical observations to 1810 / delineated by A. Arrowsmith ; engraved by Edw.d Jones. – Escala [ca.1:2 800 000], 60 geographical miles [60 ao grau] = [4,00 cm]. London : Published by A. Arrowsmith, Hydrographer to H.R.H. the Prince of Wales, 1811 [i.e 1814]. – 1 mapa em 6 folhas coladas : color. ; 242 x 201 cm
GEAEM-DIE, 5928-5-62-65



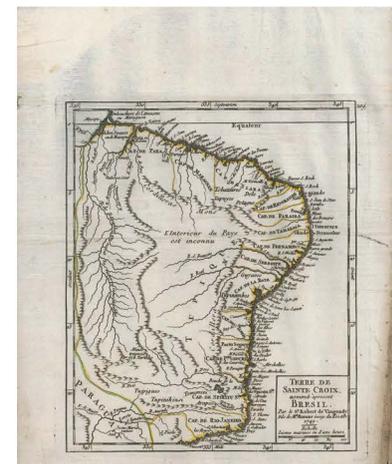
8. HONDIUS, Hendrik, 1597-1651.

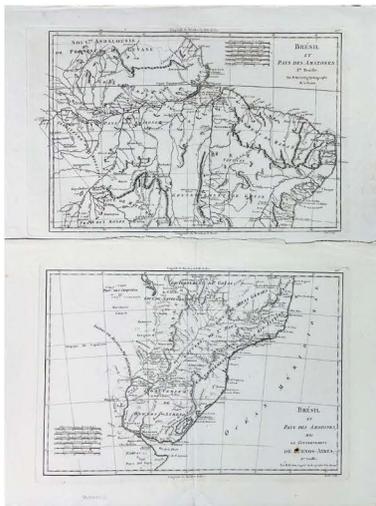
Accuratissima Brasiliae tabula / Gerard Mercator e Jodocus Hondius. – [Escala não determinada]. – Amstelodami : Henricus Hondius, excudit, [1630]. – 1 mapa : color. ; 36 x 47 cm
In : Atlas ou representation du Monde Universel et des parties d'icelui faite en tables et descriptions tres amples et exactes: divisé en deux tomes / Gerardi Mercator et Hondius. Amsterdam : Henry Hondius, 1633. – 2 tomos
BAM, 02333-38-e



9. ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Terre de Sainte Croix, nommée à present Bresil / Par M. Robert, geographe ordinaire du roi. – [Escala não determinada]. – Paris : [s.n.], 1749. – 1 mapa, p&b ; 22 x 19
In: Atlas portatif, universel et militaire, composé d'après les meilleures cartes, tant gravées que manuscrites, des plus célèbres géographes et ingénieurs / Gilles Robert de Vaugondy. Paris : [s.n.], 1748. – 1 vol, 210 mapas.
GEAEM-DIE, 1948-7-1



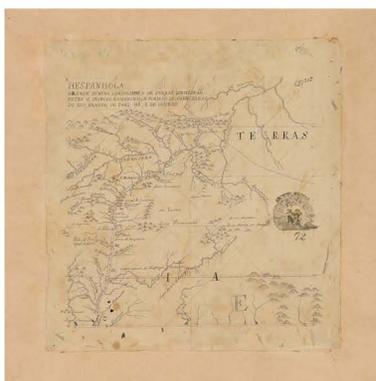


10. BONNE, Rigobert, 1727-1795

Brésil et pays des Amazones 1er Feuille/ par M.r Bonne, Ingénieur-Hydrographe de la Marine. – Escala [ca. 1:11 000 000], 100 Lieues d’Espagne et de Portugal de 17 1/2 au Degré = [5,70 cm]. – Paris: Chez Panckoucke, 1787-1788. – 1 mapa : p&b ; 21 x 32 cm

Brésil et pays des Amazones avec le Gouvernement de Buenos Ayres 2me Feuille / par M. Bonne, Ingénieur-Hydrographe de la Marine. – Escala [ca. 1:11 000 000], 100 Lieues d’Espagne et de Portugal de 17 1/2 au deg. = [5,60 cm]. – Paris: Chez Panckoucke, 1787-1788. – 1 mapa : , p&b ; 21 x 32 cm

In: Atlas encyclopédique : contenant la géographie ancienne, et quelques cartes sur la géographie du moyen age, la géographie moderne, et les cartes relatives à la géographie physique / Par M. Bonne et par M. Desmarest. – A Paris : Chez [Panckoucke] Hotel de Thou, 1787-1788. – 2 vols. BCM, 1157



11. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

[Bacia do rio Branco : Amazonas / Arquivo Militar]. – [Escala ca. 1: 2 100 000]. – [1794-1823].

- 1 mapa : ms., p&b. ; 34 x 35 cm

GEAEM-DIE, 5260-1A-9A-99



12. LEME, António Pires da Silva Pontes, 1757-1806

Carta geographica de projecção esphérica ortogonal da Nova Luzitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil / António Pires da Silva Pontes Leme. – Escala [ca.1:2 600 000], 5 graus de latitude = [21,70 cm].- [1817]. – 1 mapa em 16 folhas coladas : ms., color. ; 199 x 202 cm

GEAEM-DIE, 9994-3-38-52

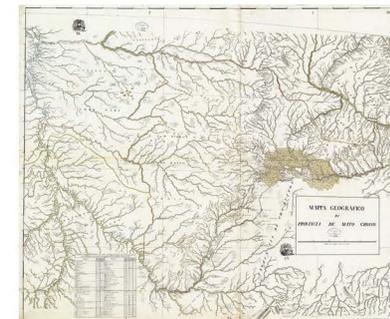
13. FONSECA, José Gonçalves da, fl. 1737-1769

Carta topografica, a onde se compreendem as capitãnas de que se compoem ao prezente o governo de Pernambuco : oferecida ao Il.mo e Ex.mo S.r Fran.co X. de M.ça Furtado, do Conselho de S. Mag.e Fidelissima, Ministro, e Secretario de Estado da Marinha, e Conquistas / Josê Gonsalves da Fonseca. – Escala [ca.1:4 300 000], 1 grau de latitude = [2,6 cm]. – 1766. 1 mapa em 2 folhas coladas : ms., color. ; 96 x 62 cm. GEAEM-DIE, 4586-3-38-52



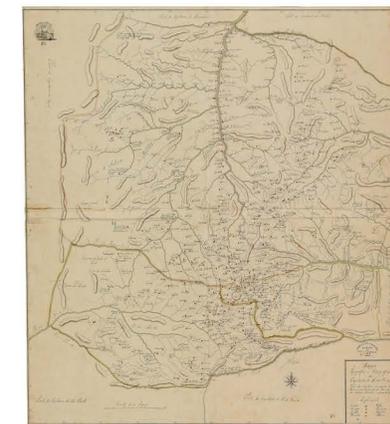
14. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Mappa geografico da provincia de Mato Grosso. – Escala [ca.1:2 600 000], petipé de 100 legoas de 20 ao gráo = [21,70 cm]. – [post 1780]. – 1 mapa em 2 folhas coladas : ms., color. ; 89 x 107 cm. GEAEM-DIE, 4566-3-38-52



15. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

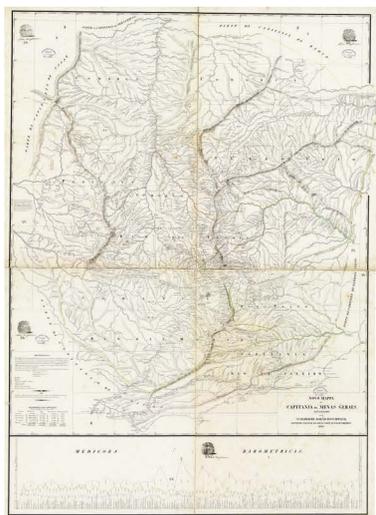
Mappa topografico e hidrografico da capitania de Minas Geraes : toda esta capitania he coberta de matas, e só nas comarcas do rio das Mortes, Sabará, e Serro tem manxas de campo. – Escala [ca.1:1 600 000], 30 legoas [18 ao grau] = [11,30 cm]. – [post 1816]. – 1 mapa em 2 folhas coladas : ms., color. ; 77 x 68 cm. GEAEM-DIE, 4567-1A-10A-53





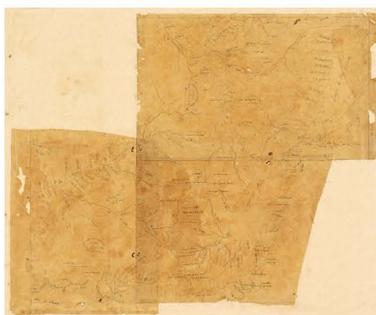
16. MIRANDA, Caetano Luís de, ca. 1774-1837

Carta geographica da capitania de Minas Geraes anno de 1804 / [Caetano Luís de Miranda] ; copia tirada em 1811 por Albino Marianno dos Santos Pereira Alferes d'Infantaria de Linha no Rio de Janeiro. – Escala [ca.1:1 600 000], 20 legoas de 18 ao gráo = [7,50 cm]. – 1811. – 1 mapa em 2 folhas coladas : ms., color. ; 78 x 71 cm. GEAEM-DIE, 4643-3-38-52



17. ESCHWEGE, Barão de, 1777-1855

Novo mappa da capitania de Minas Geraes / levantado por Guilherme Barão d' Eschwege, Tenente Coronel do Real Corpo d'Engenheiros, 1821. – Escala [ca. 1:990 000], 1 grau de latitude = [11,20 cm]. – [1823]. – 1 mapa em 4 folhas coladas : ms., color. ; 141 x 104 cm. GEAEM-DIE, 4568-3-38-52



18. FREIRE, José Joaquim, 1760-1847

Territórios do Rio Grande do Sul e parte do Uruguai. – Escala [ca. 1:630 000]. – [1793-1846]. 1 mapa em 3 folhas coladas : ms. ; 55 x 68 cm. – 1 mapa em 3 folhas coladas : ms. ; 55 x 68 cm GEAEM-DIE, 4564/XIV-3-38-52

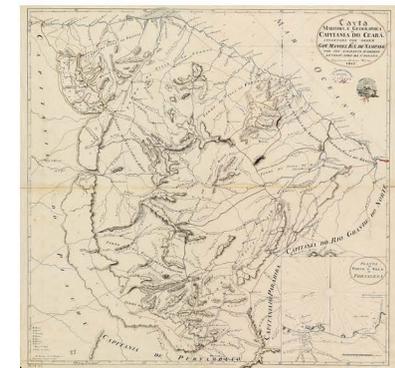
19. CONY, Jacinto Disidério de, fl. 1799-1822

Planta geographica do Estado Cis-Platino : Provincia de Entre Rios, e parte das capitancias do Rio Grande do Sul, S. Paulo, provincia do Paraguay, e Governo de Buenos Ayres. Feita por ordem do Ill.mo e Ex.mo Sñr. Barão da Laguna / arranjada e correcta, em alguns pontos, pelo Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Jacinto Diziderio Cony. – Escala [ca.1:1 200 000], 1 grau de latitude = [9,50 cm]. – [ca. 1822]. – 1 mapa em 4 folhas coladas : ms., color. ; 102 x 87 cm
GAEEM-DIE, 4575-3-38-52



20. PAULET, António José da Silva, 1777-1837

Carta maritima, e geographica da capitania do Ceará / Levantada por ordem do Gov.or Manoel Ign.ço de Sampayo por seu Ajudante d'Ordens Antonio Joze da S.a Paulet ; Copiada no Archivo Militar. – Escala [ca.1:920 000], 1 grau de latitude = [12,10 cm]. – 1817. – 1 mapa : ms., color. ; 66 x 67cm
GAEEM-DIE, 4578-1A-10A-53



21. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

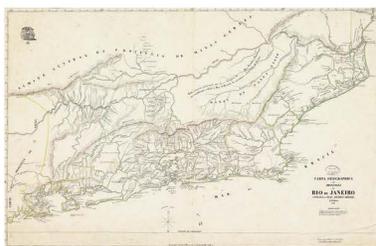
Parte da provincia de Rio Grande de S. Pedro. – Escala [ca. 1:1 500 000], petipé de hum grao ou 20 legoas francezas = [7,30 cm]. – [1823] . – 1 mapa : ms., color. ; 50 x 59 cm.
GAEEM-DIE, 4555-3-38-52.





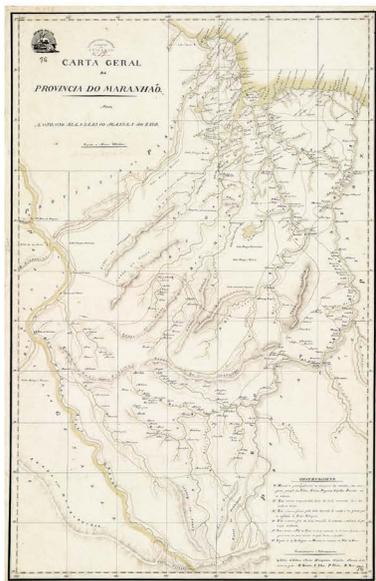
22. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

[Mapa da Capitania do Rio de Janeiro]. – Escala [ca.1:350 000]. – 1767. – 1 mapa em 6 folhas coladas : ms., color. ; 72 x 123 cm. DIE-GEAEM, 9963-3-38-52



23. CAULA, Carlos Frederico Bernardo de, 1766 – 1835

Carta geographica da provincia do Rio de Janeiro / copiada no Real Archivo Militar. – Escala [ca.1:440 000], 4 legoas portuguezas de 18 ao gráo = [5,50 cm]. – 1823. – 1 mapa : ms., color. ; 63 x 97 cm. GEAEM-DIE, 4593-3-38-52



24. LAGO, António Bernardino Pereira do, 1777-1847

Carta geral da provincia do Maranhão / por Antonio Benardino Pereira do Lago ; copiada no Archivo Millitar. – Escala [ca. 1:1 500 000], 1 grau de latitude = [7,2 cm]. – [post 1822]. – 1 mapa : ms., color. ; 84 x 55 cm. GEAEM-DIE, 4570-3-38-52

25. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Mapa geográfico da 3a partida de divisoens q. comprehende do Salto Grande do Parana the a boca do rio Jaurú onde se colocou hu marco de marmore em o dia 14 de Janeiro de 1754. Escala [ca.1:1 700 000], 1 grau de latitude = [6,65 cm]. – [post 1781]. – 1 mapa : ms., color. ; 67 x 40 cm.
GEAEM-DIE, 4607-1A-10A-53



26. SILVA, Antonio Galdino da Costa e, fl. 1818-1853

Mappa que compriende os lemites das fronteiras do Brazil, desde a villa Albuquerque até S. Paulo ou desde 17o até 24o de latt.e, e 320 ate 331 de long.e oriental do meridiano do Ferro / reduzido e copiado por Antonio Galdino da Costa e Silva no Real Arquivo Militar no anno de 1824. – Escala [ca.1:2 100 000], 1 grau de latitude = [5,30 cm]. – 1824. – 1 mapa : ms., color. ; 18 x 63 cm.
GEAEM-DIE, 4647-3-38-52



27. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Carta limitrofe do paiz de Mato Grosso e Cuyaba : desde a foz do rio Mamore athe o lago Xarayes e seus adjacentes levantado pellos officiaes da demarcação dos Reais Dominios de Sua Magestade Fedellissima desde o anno de 1780 athe o de 1782 correcta com as observacoens astronomicas em todos os logares notáveis. – Escala [ca.1:2 500 000], 1 grau de latitude = [4,50 cm]. – [post 1790]. – 1 mapa : ms., color. ; 22 x 53 cm.
GEAEM-DIE, 4591-1A-10A-53



28. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

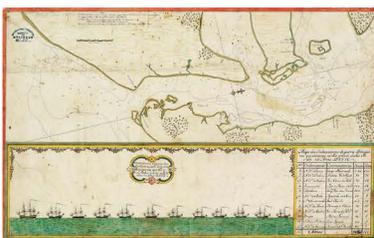
Mappa geographico de huma parte da America Meridional : desde a lattitude de 27o'30' ate a barra do Rio da Prata o qual mostra o terreno que occupaõ os vassallos de S. Magestade Fidelissima pelas fronteiras do Rio Grande de S. Pedro. – Escala [ca.1:1 500 000], petipé de hum gráo, ou 20 legoas Francezas = [7,25 cm]. – [post 1814]. – 1 mapa em 3 folhas coladas : ms., color. ; 68 x 82 cm.
GEAEM-DIE, 9996-1A-10A-53





29. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Planta do terreno contiguo á linha divisoria das capitanias do Rio Grande, e Monte Video : comprehendida entre o oceano, e o rio Uruguay, para inteligencia da informação, dada pelos Officiaes Engenheiros que por ordem de S. Magestade a precorrerão no anno de 1821. Escala [ca.1:1 200 000], 40 leguas [ou] dois graos [20 ao grau] = [18,9 cm]. – [post 1821]. – 1 mapa : ms., color. ; 30 x 52 cm GEAEM-DIE, 1157-2A-29A-106



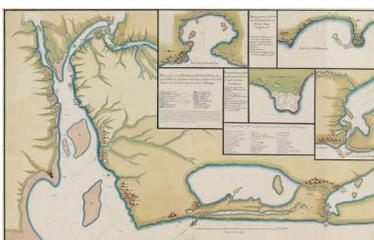
30. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Rio Grande de São Pedro. – Escala [ca.1:34 000], 1000 braças de 10 palmos = [6,40 cm]. [post 1776]. – 1 mapa : ms., color. ; 43 x 68 cm. GEAEM-DIE, 4635-3-38-52



31. SARMENTO, Pedro de Mariz de Sousa, 1743-1822

Plano do rio Grande de S. Pedro principiado a tirar no anno de 1776 e acabado no de 1777 / [Pedro de Mariz de Sousa Sarmento]. – Escala [ca.1:34 000], 1000 braças = [6,55 cm]. – [S.l. : s.n.], 1777. – 1 mapa em 2 folhas coladas : ms., color. ; ; 24 x 68 cm. GEAEM-DIE, 4612-1A-10A-53



32. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Demonstração do R.o da Prata e R.o Gre de S. Pedro e Lagoa de Merim e das Pracas da Colonia e Monte Vidio Maldonado e R.o Grande em ponto maior a margem. – Escala [ca.1:1 000 000], 30 leguas de 18 ao grao = [18,50 cm]. – [post 1737]. – 1 mapa em 2 folhas coladas : ms., color. ; 54 x 86 cm GEAEM-DIE, 4609-3-38-52

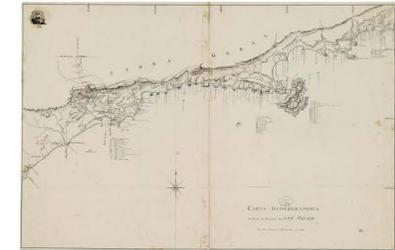


33. [MOREIRA, Francisco Pedro de Arbués, 1777-1843]

Demonstração da ilha de S.ta Catharina : a demonstraçãõ he da Laguna que corre thê a Barra do Sul da ilha de S.ta Catharina, a qual corre N. S. 15 legoas pela dita costa de Barra a Barra. – Escala []. – [post. 1822]. – 1 mapa : color. GEAEM-DIE, 4974-3-38-52
In: [Atlas] Litoral Atlântico desde o Rio de Janeiro até ao rio da Prata

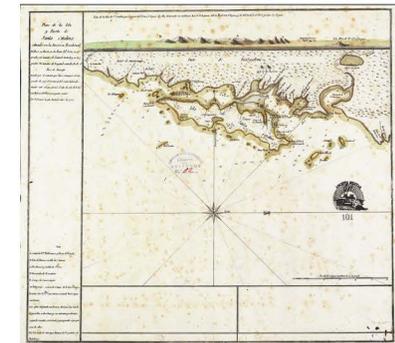
34. MOREIRA, Francisco Pedro de Arbués, 1777-1843

Carta hydrographica da costa da provincia de São Paulo em 1820 / pêllo Major Engenheiro F.P.A. Moreira.
 – Escala [ca. 1:340 000], 1 grau de latitude = [33,20 cm]. – 1820. – 1 mapa : ms., color. ; 60 x 91 cm.
 GEAEM-DIE, 4557-3-38-52



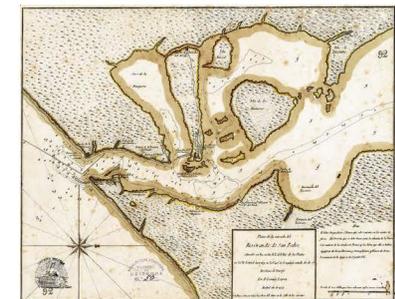
35. LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1730-1802

Plano de la Isla y Puerto de Santa Catalina : situado en la America Meridional / por D. Tomás Lopez,
 Madrid año de 1777. – Escala [ca.1:310 000], 6 leguas maritimas de 20 en grado =
 [10,90 cm]. – Madrid : Tomás Lopez, 1777. – 1 mapa : color. ; 41 x 44 cm
 GEAEM-DIE, 5864-3-38-52



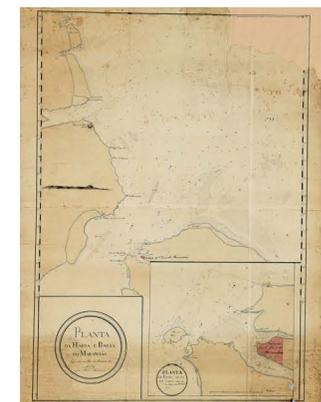
36. LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1730-1802

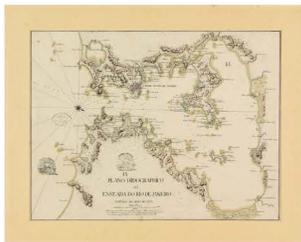
Plano de la entrada del rio Grande de San Pedro : situado en la costa N.E. del rio de la Plata: en 32o de latitud austral y en
 325o 45' de longitud, contada desde el meridiano de Tenerife / por D. Tomás Lopez. – Escala [ca.1:91 000], tres millas, que
 tiene cada una 2432 varas castellan[as] = [6,70 cm]. – Madrid : Tomás Lopez, 1777. – 1 mapa : color. ; 33 x 42 cm
 GEAEM-DIE, 4613-1A-10A-53



37. MARIANNO, Albino

Planta da habra e barra do Maranhão / copiada no Rio de Janeiro em 1814 por Albino Marianno. – Escala [ca.
 1:170 000], 30' de latitude = [32,50 cm]. – 1814. – 1 planta em 4 folhas coladas : ms., color. ; 74 x 57 cm
 GEAEM-DIE, 4642-3-38-52





38. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Plano hidrographico da enseada do Rio de Janeiro : copiado no anno de 1792. – Escala [ca.1:83 000], 3000 braças = [8,00 cm]. – 1792. – 1 mapa : ms., color. ; 37 x 49 cm
GEAEM-DIE 4597-1A-10A-53



39. HENRIQUES, Pedro Maurício, 1782?-1829

Planno hidrographico da bahia do Rio de Janeiro / copiado em Lisboa no Real Arquivo Melitar por Pedro Mauricio Heriques no anno de 1816. – Escala [ca.1:100 000], 5 [léguas] de 20 legoas ao graó = [27,40 cm]. – 1816. – 1 mapa : ms., color. ; 48 x 32 cm
GEAEM-DIE, 4598-1A-10A-53

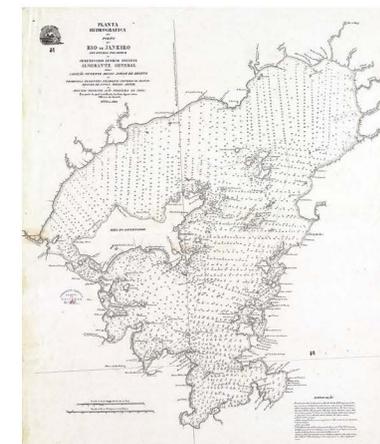


40. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Plano do Rio de Janeiro : situado em 22o54' de latitude e 2o14' 40" ao occidente de Lisboa. – Escala [ca.1:50 000], 5 [léguas] de 20 legoas ao grao = [55,50 cm]. – [ca. 1816]. – 1 mapa em 2 folhas coladas : ms., color. ; 92 x 62 cm.
GEAEM-DIE, 4596-3-38-52

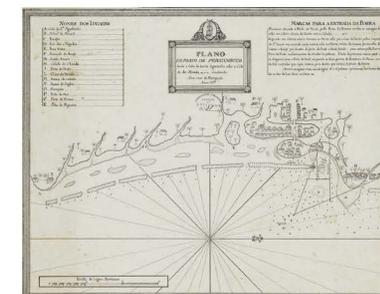
41. BRITO, Diogo Jorge de, fl. 1810

Planta hydrografica do porto do Rio de Janeiro : levantada por ordem do Serenissimo Senhor Infante Almirante General / pelo Capitão Tenente Diogo Jorge de Britto os primeiros Tenentes Fradique Silverio de Araujo, Miguel de Souza Mello Alvim e o segundo Tenente João Ferreira da Silva; em parte da qual trabalharão tambem alguns outros officiaes da Armada. Anno de 1810. – Escala [ca.1:48 000], huma [légua] das de vinte ao gráo = [11,55 cm]. – 1810. – 1 mapa : ms. ; 78 x 66 cm. GEAEM-DIE 4604/I-3-38-52



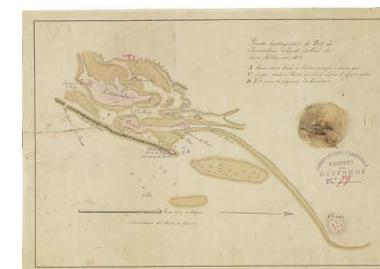
42. TRINDADE, José

Plano do porto de Pernambuco desde o cabo de Santo Agostinho athe a cidade de Olinda : construido para o uzo da navegação. Anno 1799 / Joze da Trindade o copiou. – Escala [ca.1:110 000], 3 legoas maritimas [20 ao grau] = [15,90 cm]. – [post 1799]. – 1 mapa : ms. ; 44 x 56 cm GEAEM-DIE, 3789-6-82-115



43. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

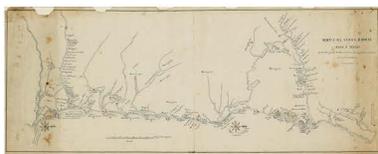
Planta hydrografica do porto de Pernambuco, redigida no Real Archivo Militar em 1817. Escala [ca.1:33 000], hum terço de legoa [18 ao grau] = [6,30 cm]. – 1817. – 1 mapa : ms., color. ; 21 x 29 cm GEAEM-DIE, 4577-3-38-52



44. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

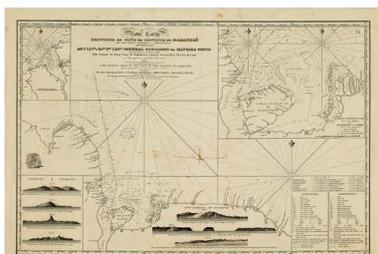
Plano hydrographico da costa do Brazil desde a lagoa de Gorupaba até à barra do rio Guratuba. – Escala [ca.1:380 000]. – [post 1783]. – 1 mapa em 3 folhas coladas : ms., color. ; 27 x 142 cm GEAEM-DIE, 3858-6-8-115





45. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Mappa da costa, barras, rios, e matas desde o rio grande de Belmonte até à barra Grande do Camamú da Comarca dos Ilheos. – Escala [ca.1:420 000], petipé de 7 legoas portuguesas [18 ao grau] = [10,20 cm]. – 1816. – 1 mapa em 2 folhas coladas : ms., color. ; 33 x 83 cm
GEAEM-DIE, 4641-3-38-52



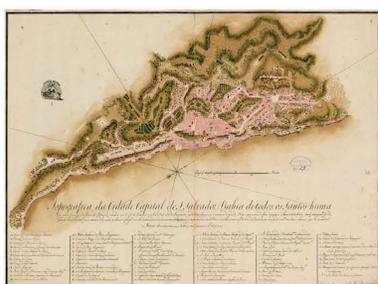
46. LAGO, António Bernardino Pereira do, 1777-1847

Nova carta reduzida da costa da provincia do Maranhão por observações astronomicas e trigonometricas. A new reduced chart of the coast of the Province of Maranhão from astronomical and trigonometrical remarks / levantada e construida pelo Coronel do Real Corpo de Engenheiros Antonio Bernardino Pereira do Lago em Comissão na sobredita Provincia ; desenhada por J. C. Guillobel, Tenente do R. C. de Engenheiros ; T. Smith sculp.e. Escala [ca.1:650 000], 1 grau de latitude = [17,10 cm]. – Liverpool : I. Bywater & C.o Pool Lane, 1821. – 1 mapa : p&b ; ; 59 x 87 cm.
GEAEM-DIE, 4571/II-3-38-52



47. MELO, Francisco José de

Discripção da Bahia, de Todos os Santos no Estado do Brazil, e Planta de sua cidade do Salvador metropoli do mesmo Estado / copia de Fran.co Jozê de Mello, Cap.o do Regim.to de Arter.a. – Escala [ca.1:160 000], duas legoas [18 ao grau] = [7,60 cm]. – [ant. 1763]. – 1 mapa : ms., color. ; 45 x 59 cm
GEAEM-DIE, 4639-3-38-52



48. SILVA, Joaquim Vieira da, fl. 1798-1804

Planta topográfica da cidade capital de S. Salvador Bahia de Todos os Santos : huma das mais famozas do reino de Portugal, cituada aos 13 gr.s de latitude ao Sul, e 346, e 36 de longitude, onde tambem se vê o restante do grande dique, que servia de fosso aquatico a huma trincheira, com q. antigam.te foi defendida essa cidade p.la parte interior de q. ainda se observão fragm.tos, e este m.to diminuido, naõ só na sua maior extenção, q. comprehendia toda cid.e, mas tambem na menor p.a o centro della pela terem uzurpado os m.tos entulhos, e hortas, que a circundaõ / Joaquim Vieyra da Silva, Ajud.e Eng.o 1798. Escala [ca.1:4 100], petipé de 200 braças = [10,85 cm]. – 1798. – 1 planta : ms., color. ; 49 x 66 cm
GEAEM-DIE, 4615/I-1A-10A-53

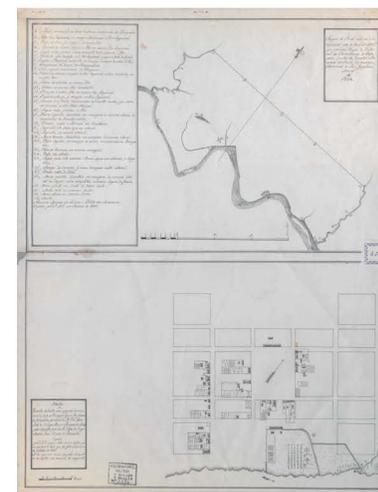
49. TEIXEIRA, Manoel Roiz (Rodrigues), fl. 1785-1806

Perspecto da cid.e de S. Salvador Bahia de Todos os Santos / feito por Manoel Roiz Teixr.a Cap.am Enginhro.
 – [Escala não determinada]. – [ca. 1786]. – 1 vista em 2 folhas coladas : ms., color. ; 33 x 159 cm
 GEAEM-DIE, 4616-3-38-52



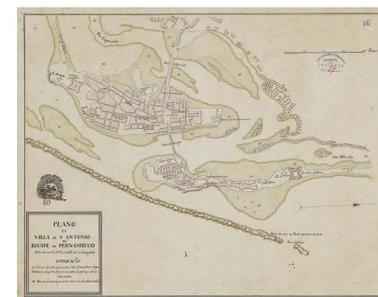
50. CARVALHO, João Vieira de, 1791-1847

Planta da Guarda do Serrito com o projeto de arruamento para a Povoação que se for formando / levantada por ordem do Ilm. Sr. Marechal de Campo Manoel Marques de Souza, pelo Sargento Mor do RI Corpo de Engenheiros João Vieira de Carvalho. – [Escala não determinada]. – 1815-1816. – 1 Planta : P&b. ; 36,8x22,7
 AHM, DIV/3/47/AV2/3576.



51. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

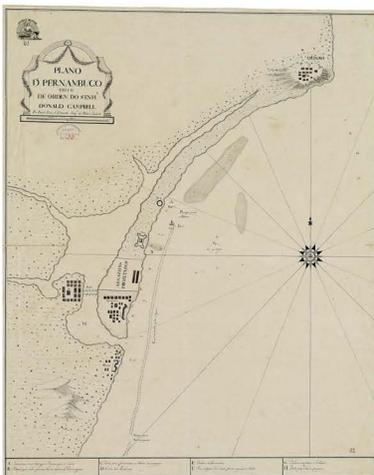
Plano da villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco : situada em 8o, 4' Sul, e 348o, 46' de longitude.
 – Escala [ca.1:8 300], 400 braças = [10,65 cm]. – [ca. 1800]. – 1 mapa : ms., color. ; 40 x 51cm.
 GEAEM-DIE, 4587-1A-10A-53



52. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

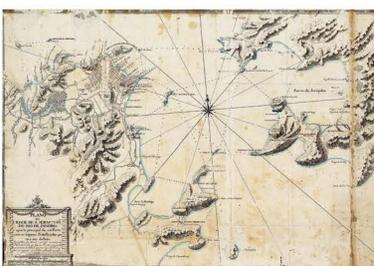
Olinda [sic] [Recife]. – [Escala não determinada]. – [post 1800]. – 1 mapa em 15 folhas coladas : ms., color. ; 93 x 149 cm
 GEAEM-DIE, 3283-6-82-115





53. ALMEIDA, Paulo Dias de, 1779-1833

Plano d'Pernambuco feito de ordem do Senh.r Donald Campbell / por Paulo Dias d'Almeida Sarg.to do Mar e Guerra. – Escala [ca.1:24 000], meia legua [18 ao grau] = [12,75 cm]. – [ca. 1793-1803]. – 1 mapa : ms., color. ; 75 x 60 cm
GEAEM-DIE, 4588-3-38-52



54. BULHÕES, José Correia Rangel de, fl. 1749-1800

Plano da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e a parte principal do seu porto com os lugares fortificados para sua defeza / este Plano foi ellevado, e sondado em 1768 pelo Marechal de Campo Jaques Funck, e augmentado com a parte da cidade, que tem crecido desde aq[u]ele t[em]po, segundo o novo Plano ellevado em 1791 ; por Jozé Correa Rangel de Bulhoens o Ajud.e de Infantr.a com exerc: de Engrn.ro. – Escala [ca.1:21 000], petipè de 1000 braças = [10,50 cm]. – 1796. – 1 mapa : ms., color. ; 47 x 67 cm
GEAEM-DIE, 4645-3-38-52

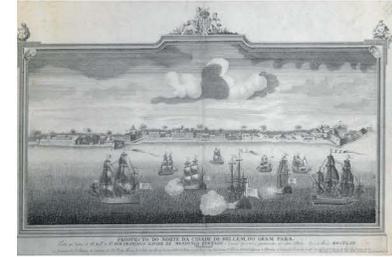


55. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Plano da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e a parte principal do seu porto, levantado em 1791. – Escala [ca.1:49 000], 1000 braças = [4,50 cm]. – [post 1821]. – 1 mapa : ms., color. ; 23 x 34 cm
GEAEM-DIE, 4455-2A-27A-102

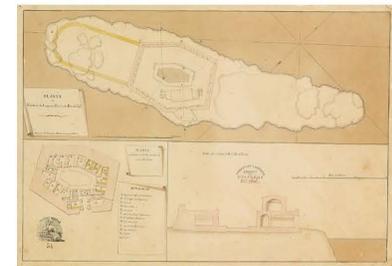
56. SCHWEBEL, José André

“Prospecto do norte da cidade de Bellem, do Gram Para”. – 1753. – 1 estampa, P&b. ; 38 x 62 cm
 In: Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os
 engenheiros de expediçam principiando da cidade do Pará the a aldeia de Mariua no Rio-Negro... 1756.
 AHM, FE/010/B01/GR/1



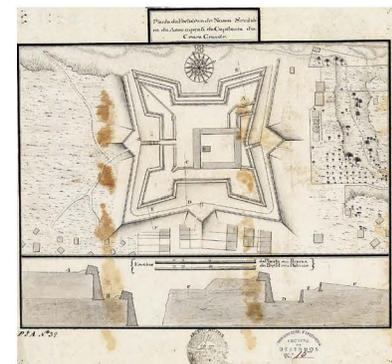
57. PORTUGAL. Arquivo Militar, 1802-1868

Planta da fortaleza da Lage na barra do Rio de Janeiro / copiada no N. e R. Archivo Militar, no anno de
 1823. – Escala [ca.1:500], 25 braças = [11,00 cm]. – 1823. – 1 planta : ms., color. ; 37 x 53 cm.
 GEAEM-DIE, 4601-1A-10A-53



58. PAULET, António José da Silva, 1777-1837

Planta da fortalêza de Nossa Senhora da Assumpção, da capitania do Ceara Grande / [Antonio Joze da S.a Paulet
 Cor.el Engenheiro]. – Escala [ca.1:1 400], 55 braças = [8,80 cm]. [1825]. – 1 planta : ms., color. ; 32 x 34cm.
 GEAEM-DIE, 4579-1A-10A-53





Referências Bibliográficas

- Allen, D. Y. (2016). Alexander von Humboldt's Critique of Aaron Arrowsmith's 1810 Map of Mexico. *Imago Mundi*, 68 (2), 232-236
- Almeida, A. F. (2001). *A formação do espaço brasileiro e o projecto do novo atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Almeida, A.F. (2009). A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*, 17 (2), 215-235.
- Almeida A. F. & Garcia, J. C. (2011). Os mapas do Brasil na Engenharia Militar Portuguesa (1750-1822). In A.G. Costa, A.S. Bittencourt, A.M. Pereira, P.M. Menezes & D. Mello (Orgs.) *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais. <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/organizacao.htm>
- Amaral, M. (2004). *Olivença – 1801- Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*. Tribuna da História.
- Bechis, M. (2006). El Nuevo Mundo: América y el Lejano Este, *Revista Tefros*, 4 (1), 1-2.
- Beier, J. R. e Cintra, J. P. (2016). O Mapa da Capitania de São Paulo de Wilhelm Ludwig Von Eschwege: uma Análise Cartográfica. In A. Costa e M. Santos (orgs.) *Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica* (pp. 227-237). Universidade Federal de Minas Gerais. <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/anais.html>
- Bento, C. (1996). *A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul (1774-1776)*. Biblioteca do Exército Editora.
- Borborema, A.; Andrade, H & Sá, L. (2011). Da Cartografia dos Antigos Engenhos à Cartografia Holandesa e Portuguesa. In A.G. Costa, A.S. Bittencourt, A.M. Pereira, P.M. Menezes & D. Mello (Orgs.) *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais. https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BORBOREMA_ANA_CLAUDIA_B_ET_AL.pdf
- Bowers, B. (2018, Abril 18). Innovation et rivalité: le marché cartographique du siècle d'or néerlandais. *Hypotheses*, <https://bibulyon.hypotheses.org/8420>
- Brasil (1890). *Collecção das Leis de 1817*. Imprensa Nacional.
- Brito, P. (2018). A Biblioteca do Brigadeiro Bernardo de Wiederhold. In M. J. F. Silva & T. C. P. R. Miranda (Coord.), *Libros Relege, Volve, Lege. O livro antigo na Biblioteca do Exército* (pp. 263-277). Exército Português / Direção de História e Cultura Militar / Biblioteca do Exército.

- Brotton, Jerry (2019). *História do Mundo em 12 mapas*. Edições 70.
- Bueno, B. P. S.; Cabral, P. H. & Carvalho, M. R. C. (2020). Pensar con los ojos. *Terra Brasilis*, 14. <https://doi.org/10.4000/terrabilis.7831>
- Caixaria, J. E. (2006). *O Real Archivo Militar: cronologia histórica e documental: 1802-1821* (vol. I). Direcção de Infra-Estruturas: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.
- Caixaria, J. E. (2013). *O Real Archivo Militar: cronologia histórica e documental: 1822-1832* (Vol. 2). Direcção de Infra-Estruturas: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.
- Campos, F. M. G. (2018). Proveniências conventuais na coleção de livro antigo da Biblioteca do Exército. In M. J. F. Silva & T. C. P. R. Miranda (Coord.), *Libros Relege, Volve, Lege. O livro antigo na Biblioteca do Exército* (pp. 51-67). Exército Português / Direcção de História e Cultura Militar / Biblioteca do Exército.
- Carvalho, A. M. (2019). Execução técnica do Tratado de Madrid (1750): o contributo dos engenheiros portugueses. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018* (pp. 334-375). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Castanheira, M. Z. (2020). Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo – A Experiência do Brigadeiro António Bernardino Pereira do Lago em Inglaterra: Ver e Aproveitar. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 29, 183-215.
- Cintra, J. P. (2009). O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. *Anais do Museu Paulista*, 17 (2), 63-77.
- Corrêa-Martins, F.J. (2011). Compilar para conhecer: Alguns mapas do território colonial brasileiro da Mapoteca do *Arquivo Histórico do Exército. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, 20 (2), 63-79.
- Corrêa-Martins, F. J. (2018). Exemplos de representações e informações do território da colônia do Brasil na cartografia impressa nos séculos XVI e XVII. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, 27, 42-72.
- Costa, A. G. (2011). A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In M. Fernandes (Ed.), *Atas do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/15.pdf>
- Cruz, J. J. S. (2019). A definição das fronteiras terrestres do Brasil, com países vizinhos, durante o século XVIII. *Revista Militar*, 2607, 503-554.
- Curado, S. (2008). *A Campanha de Montevideu – A Ocupação Portuguesa do Uruguai*. Quidnovi.
- DeNipoti, C. (2008). O Mundo Organizado em um Catálogo de Biblioteca. Conhecimento, livros e pensamento em Portugal no início do século XIX. *Arquipélago • História*, 11-12, 163-190.
- Dias, M. H. (2002). Disponibilizar, utilizar e valorizar a informação cartográfica histórica: o projecto SIDCarta. In J. Geirinhas; A. Sousa; J. Ferreira; L. Gaspar & R. Julião (Orgs.) *Actas do VI Encontro de Utilizadores de Informa-*

- ção Geográfica*. USIG – Associação dos Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica.
- Dias, M. H. (2003). As Explorações Geográficas dos Finais dos Setecentos e a Grande Aventura da Carta Geral do Reino de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1 (19), 383-396.
- Dias, M. H. (2019). *Ad Occidentem Solem–Na rota do sol-poente. Figuração das ilhas da Madeira, obra do Exército português*. Centro de Informação Geoespacial do Exército.
- Dias, M. H. (2022). Os Engenheiros Militares do século XIX. Desafios e Produção Documental. In O. Santos *Breve Dicionário de Autores Militares Portugueses do Século XIX*. Direção de História e Cultura Militar e Biblioteca do Exército, pp. 21-42.
- Diniz-Silva, A. M. (2006). *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812* (Vol. II). Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- Esparteiro, A. M. (1960). O Almirante Pedro de Mariz de Sousa Sarmiento. *Boletim Geral do Ultramar*, 36 (426), 371-446.
- Ferreira, F. (2009). O Congresso Cisplatino e seus desdobramentos políticos no Brasil e na região do Prata. *Estudios Historicos*, 2.
- URL: https://estudioshistoricos.org/edicion_2/fabio_ferreira.pdf
- Ferreira, A. S. (2021). 1821 – O Regresso do Rei. *A Viagem de D. João VI e a Chegada da Corte a Portugal*. Planeta.
- Ferreira, M. C. (2007). O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid a cartografia a serviço da diplomacia. *VARIA HISTORIA*, 23 (37), 51-69.
- Ferreira, M. C. (2007). Cartografar o Sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII. In *Actas do II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Instituto Geográfico Português.
- URL: http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf.
- Filho, A. K. (2016). O Sertão do Maranhão nas memórias de Francisco de Paula Ribeiro. In M. Vásquez; S. Caponi & Márcia Silva (org.) *Anais do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência e Universidade Federal de Santa Catarina.
- Furtado, J. F. (2020). “O paraíso amazônico e seus mitos cartográficos”, *Terra Brasilis*, 14. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.7371>
- Gama, M. P. (2021). *A cartografia de José Custódio de Sá e Faria e o processo de formação territorial do Rio Grande de São Pedro (c.– 1753 – c.– 1769)*. [Dissertação de Bacharelato, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume-Repository Digital UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/224003>
- Garcia, J. C. (2014). Nos Contrafortes dos Andes: reflexões geográficas sobre a cartografia do Brasil setecentista. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, 3 (6), 19-24.

- Garcia, J. C. (Coord.) (2002). *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Garcia, J. & Almeida, A. F. (2000). A América Portuguesa nos Manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In J. Costa (Coord.). *Terra de Vera Cruz. Viagens, Descrições e Mapas do século XVIII*. Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Garcia J. e Moreira L. (2008). “El Geógrafo trabaja en su casa”: espaços portugueses na produção cartográfica de Tomás López. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 5, 103-125.
- Harris, J. (2010). Plantin’s Spanish Atlas and the Politics of the Vernacular. In B. Taylor & A. Coroleu (Eds.). *Humanism and Christian Letters in Early Modern Iberia (1480-1630)*. Cambridge Scholars Publishing, 75-89.
- Jiménez Garcés, J. A. (2015). *La obra del cartógrafo Cano y Olmedilla y su mapa de la América meridional de 1775*. [Tese de Doutorado, Universidad Complutense de Madrid]. E-Prints Complutense. <https://eprints.ucm.es/id/eprint/37926/>.
- Junior, C. H. O. (1972). Dois cartógrafos alemães a serviço do Brasil no século XVIII: Johann Andreas Schwebel e Filipe Sturm. *Revista de História*, 44 (89), 93-109. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131263>. Acesso em: 9 set. 2022.
- Kantor, I. (2010). Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, 12 (24), 110-123.
- Krogt, P. (1994). Commercial Cartography in the Netherlands, with particular reference to atlas production (16th-18th centuries). In Institut Cartogràfic de Catalunya, *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia. La Cartografia dels Països Baixos: Art curs*. Institut Cartogràfic de Catalunya, 73-140.
- Laboulais-Lesage, I. (2004). La géographie physique de Nicolas Desmarest : Pour une autre manière de construire les savoirs géographiques à la fin du XVIIIe siècle. *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, 51(2), 38-57.
- Lins, A. G. (2011). Representações de identidades da Cidade Necessária (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife Colonial: planos de PERNAMBUCO do ante-bellum à restauração. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-12092011-105620/pt-br.php>
- Lobo, M. L. da C., & Júnior, J. G. S. (Eds.). (2012). *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. SciELO – Editora Mackenzie.
- Magalhães, J. R.; Garcia, J.C. & Flores, J. (Coord.) (1997). *Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Matos, J. (1939). Geratrizes Memoráveis da Geografia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, 1 (2), 3-19.

- Mendes, C. (1852). *A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goyaz: questão submetida a decisão da Camara dos srs. Deputados desde 15 de junho de 1835*. Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & C^a.
- Menezes, P. M. L.; Fernandes, M. C.; Santos, K. S. & Laeta, T. (2016). Estudo Comparativo da Carta Geographica da Província do Rio de Janeiro de 1823 – Uma Abordagem para Datação. In A. Costa e M. Santos (orgs.) *Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica* (pp. 212-226). Universidade Federal de Minas Gerais.
- Moreira, L. M. (2012). *Cartografia, geografia e poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII*. [Dissertação de Doutorado, Universidade do Minho]. RepositoriUM. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24567>
- Moura, D. (2021). Aprendendo com roteiros a comunicar por carta geográfica: cultura visual institucional de sertões e fronteiras conquistadas (século XVIII). *Fronteras de la Historia*, 26 (2), 8-37. <https://doi.org/10.22380/20274688.1453>
- Neto, C. R. J. (2010a). Sobre a pouca importância do Ceará no movimento expansionista português em direção à América Espanhola. *Trajetos – Revista de História da UFC*, 5 (9-10), 265-288. <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=e01f24c2-ae64-40ea-a609-2f4fed16cfd6>
- Neto, C. R. J. (2010b). Desenhando o Ceará. In A. Moraes et alli (org.) *Atas do 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana*. Universidade de São Paulo. <https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/texto-com-imagens-cartografia-sp-desenhando-o-ceara-texto-final.pdf>
- Neto, C. J. e Beserra, J. R. (2021). Mobilidade e Interconexões oceânicas: o Engenheiro Militar e o artífice entre a Capitania do Ceará e o Reino de Portugal”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 29, 1-95. <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e16>.
- Neto, H. F. (2015). *Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)*. [Tese de doutoramento, Universidade de Brasília], Repositório Institucional da UNB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20238>
- Neto, M. S. (2014). O Convênio Luso-Brasileiro de 1867: Coleções, Mapas e Instituições. *Revista Tamoios*, 10 (1), 151-157.
- Neto, M. J. B. (2007). Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre a Alemanha, o Brasil e Portugal. In N. Ferreira-Alves (coord.), *Artistas e artífices: e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa* (pp. 385-392). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/artistas-e-artifices-e-sua-mobilidade-no-mundo-de-expressao-portuguesa>
- Neves, A. e Júnior, J. M. (2007). Os edifícios religiosos e a estrutura urbana dos bairros de Santo Antônio e São José – 1654-1800. *Humanae*, 1 (1), 1-13.

- Oliveira, T. K. (2013). Cartografias do “Sertão”: os Mapas Sertanistas no Discurso Histórico de Jaime Cortesão e Sergio Buarque De Holanda. *Revista Territórios & Fronteiras*, 6 (2), 188-210.
- Pedley, M. S. (1979). The Subscription List of the 1757 Atlas Universel: A Study in Cartographic Dissemination. *Imago Mundi*, 31, 66-77.
- Pedley, M. S. (1992). *Bel et Utile: The Work of the Robert De Vaugondy Family of Mapmakers*. Map Collector Publications Ltd,.
- Pedley, M. S. (1996). Maps, war and Commerce: business correspondence with London Map firm of Thomas Jefferys and William Faden. *Imago Mundi*, 48, 161-173.
- Petto, C. M. (2007). *When France Was King of Cartography: The Patronage and Production of Maps in Early Modern France*. Lexington Books.
- Piva, T. (2013). A Evolução da Engenharia no Rio de Janeiro de 1765 a 1810. In C. Fiolhais; C. Simões & D. Martins (Eds.) *História da Ciência Luso-Brasileira. Coimbra entre Portugal e o Brasil* (pp. 145-156). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Reckziegel, A. L. S. (2015). Fronteiras fluídas: Rio Grande do Sul e a Banda Oriental no processo de fixação de limites. *História: Debates e Tendências*, 15 (2), 429-440.
- Reis, A. (2019). Nas Fronteiras do Papel: a Cartografia Histórica e a Produção do Território do Ceará. In M. Vilela (Org.) *Anais do 30° Simpósio Nacional de História – História e o futuro da educação no Brasil*. Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil. https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553038372_ARQUIVO_NASFRONTEIRASDOPAPELanpuh.pdf
- Rodrigues, C. (2020). Um Experto em Amazônia? O Visconde de Balsemão e a Representação da Amazônia Portuguesa no mapa “Colombia Prima or South America”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, 12 (2), 113-148. <https://doi.org/10.38047/rct.v12.n02.2020.d6.p.113.148>
- Rodrigues, C. (2017). Os mapas de sertanistas das pedras brilhantes. *Terra Brasilis*, 9. <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2366>.
- Rodrigues, J. H. (Intro.) (1981). *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (Tomo I, vol. 10). Universidade de Brasília.
- Sá, L. e Vasconcelos, T. (2015). A evolução da Região Metropolitana do Recife a partir da Cartografia. *Revista Brasileira de Cartografia*, 67 (4), 715-728.
- Sanjad, N. (2007). As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820. In N. Ferreira-Alves (Coord.) *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa* (pp. 431-437). CEPESE. <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/artistas-e-artifices-e-sua-mobilidade-no-mundo-de-expressao-portuguesa/as-fronteiras-do-ultramar-engenheiros-matematicos-naturalistas-e-artistas-na-amazonia-1750-1820>

- Santos, M. M. D.; Cintra, J. P e Seabra, M. (2012). A Carta Geographica e o Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira?. *Caletrosópio*, 1, 9-27.
- Santos, M. M. D.; Cintra, J. P. & Renger, F. E. (2013). Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821. In *Atas do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>.
- Shire, Wiiliam (2021). A Changing World: Sebastian Münster Cosmographia from 1544. *New College Notes*, 16 (5).
- Silva, G. E. F. (2018). No século XVIII, uma encruzilhada de povos: os indígenas na formação da capitania de Mato Grosso. *Fronteiras: Revista Catarinense de História. Dossiê História Indígena e estudos decoloniais*, 31, 86-103. <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2018n31.10563>
- Silva, J. M. (2009). A Marinha de Guerra Portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851) – Adaptação a uma Nova Realidade. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositorio da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1703/1/21632_ulfl071884_tm.pdf
- Silva, J. M. A. (s/d). *O modelo pombalino de colonização da Amazônia*. Instituto de História da Expansão Ultramarina. <https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>
- Silva, M. A. (2011). A ponte no papel: atravessando a história de Recife nos mapas dos séculos XVII e XVIII). In A.G. Costa, A.S. Bittencourt, A.M. Pereira, P.M. Menezes & D. Mello (Orgs.) *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais. https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simpósio/SILVA_MARIA_ANGELICA.pdf
- Silva, M. J. F.; Miranda, T. C. P. R. (Coord.) (2018). *Libros, relege, volve, lege. O livro antigo na Biblioteca do Exército*. Exército Português/ Direção de História e Cultura Militar/ Biblioteca do Exército.
- Smith, T (1966). Cruz Cano's Map of South America, Madrid, 1775: Its Creation, Adversities and Rehabilitation. *Imago Mundi*, 20, 49-78.
- Tavares, C. C. (2005). A escrita jesuítica da história das missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII). In *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Universidade Nova de Lisboa. http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/celia_tavares.pdf
- Teixeira, M.C. e Valla, M. (1999). *O Urbanismo português. Séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte.
- Teixeira, P. R. R. (2004). Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. *Revista DaCultura*, 4 (7), 53-64.
- Torres, L. (2008). O Poente e o Nascente do Projeto Luso-Brasileiro (1763-1777). *Biblos*, 22 (2): 19-25.

No ano em que comemora o seu 90º aniversário, o Centro de Informação Geoespacial do Exército associa-se às comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, preparando uma exposição cartográfica dedicada a este país lusófono. Com esta iniciativa pretende-se atingir dois objetivos: o primeiro é o de divulgar o papel ativo dos militares portugueses no reconhecimento geográfico e cartográfico do território brasileiro e no alargamento das suas fronteiras; o segundo objetivo, é o de dar a conhecer uma parte dos documentos cartográficos que, presentemente, se conservam nalguns dos mais importantes acervos bibliográficos e cartográficos do Exército português.

*In "Introdução",
Luís Miguel Moreira*

